



Tatiana Prado Vargas

**Fernando Henrique Cardoso e o CEBRAP: considerações sobre
desenvolvimento, autoritarismo e democratização**

Campinas
Abril/2013



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Tatiana Prado Vargas

**Fernando Henrique Cardoso e o CEBRAP: considerações sobre
desenvolvimento, autoritarismo e democratização**

Orientador: Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Ciência Política
da Universidade Estadual de Campinas
sob orientação do prof. Dr. Alvaro G.
Bianchi Mendez para obtenção do
título de mestre.

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação defendida por Tatiana Prado Vargas e
orientada pelo Prof. Dr. Alvaro G. Bianchi Mendez

ERRATA: Onde se lê "mestre" leia-se
"Mestra em Ciência Política".



ERRATA:

Onde se lê 'mestre'

Leia-se: 'mestra'

Prof. Dra. Fátima Regina Rodrigues Evers

Campinas

Prof. Dra. Fátima Regina
Coordenadora
Pós-Graduação

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

V426f	Vargas, Tatiana Prado, 1985- Fernando Henrique Cardoso e o CEBRAP: considerações sobre desenvolvimento, autoritarismo e democratização / Tatiana Prado Vargas. -- Campinas, SP : [s. n.], 2013. Orientador: Alvaro Gabriel Bianchi Mendez. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 1. Cardoso, Fernando Henrique, 1931- 2. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. 3. Autoritarismo. 4. Desenvolvimento econômico. 5. Democracia. I. Bianchi, Alvaro, 1966- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.
-------	---

Informação para Biblioteca Digital

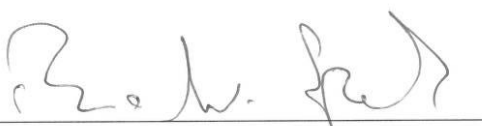
Título em Inglês: Fernando Henrique Cardoso and CEBRAP:
considerations on development, authoritarianism and democratization
Palavras-chave em inglês:
Brazilian Center for Analysis and Planning
Authoritarianism
Economic development
Democracy
Área de concentração: Ciência Política
Titulação: Mestra em Ciência Política
Banca examinadora:
Bruno Wilhelm Speck [Presidente]
Plínio Soares Arruda Sampaio Junior
Christy Ganzert Patto
Data da defesa: 27-03-2013
Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 10 de abril de 2013, considerou a candidata TATIANA PRADO VARGAS aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck _____ 

Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior _____ 

Prof. Dr. Christy Ganzert Gomes Pato _____ 

AGRADECIMENTOS

Aos professores Plínio de Arruda Sampaio Jr., Edmundo Fernandes Dias e Álvaro Bianchi agradeço as conversas e observações, sempre valiosíssimas, ao longo dessa pesquisa.

Ao meu grupo de estudos, de militância e de amigos – Ana Elisa, Luiz, Rodrigo – agradeço ao que tenho de mais forte na minha formação intelectual, que construímos juntos ao longo quase 10 anos de conversas, leituras e discussões.

Ao CNPq, agradeço pela bolsa de estudos.

A minha família pelo aprendizado que me proporcionaram ao longo da vida. Agradeço o apoio incondicional que sempre me deram nas minhas escolhas e opiniões. Tenho certeza que muitas idéias que estão neste trabalho nasceram em casa.

Por fim, aos companheiros e companheiras de militância do coletivo - ainda sem nome – de lutadores e lutadoras sem-terra de Campinas. Dedico a vocês todo o estudo realizado até aqui. Foi no aprendizado da prática militante que surgiram as idéias deste texto.

Resumo

Formado no ano de 1969, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) congregou uma intelectualidade que tinha como um de seus principais objetivos sistematizar uma nova interpretação acerca do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Na presente dissertação nosso objetivo foi sistematizar uma leitura crítica da produção intelectual deste grupo no decorrer da década de 1970 e na primeira metade dos anos 1980, a partir de dois eixos que consideramos fundamentais: 1- a caracterização do debate cebrapiano em torno do *modelo de desenvolvimento brasileiro*; 2- a *concepção de democracia* que norteou o pensamento daqueles intelectuais. A partir desses eixos buscamos apreender e sistematizar o *fio condutor* da análise cebrapiana, que em nosso entendimento caminhou para a justificação teórica e política de um projeto social-democrata para o Brasil.

Palavras-chave: Fernando Henrique Cardoso, CEBRAP, Autoritarismo, Democracia.

Abstract

Created in 1969, the Brazilian Center for Analysis and Planning (CEBRAP) assembled intellectuals with the objective of organizing a new interpretation of the brazilian capitalist development. In the present work our goal is to systematize a critical reading of such intellectual production during the 70s and first half of the 80s. We will focus on two main themes: 1 - the characterization of the debate inside Cebrap about the brazilian development model; 2 - the conception of democracy which guided this debate. We seek to apprehend both the guiding principle of cebrapian analysis, as well as its political influence as a theoretic justification of a social democratic project in Brazil.

Keywords: Fernando Henrique Cardoso, CEBRAP, Authoritarianism, Democracy.

SUMÁRIO

Introdução.....	p.15
-----------------	------

<u>Capítulo 1- Mundialização do capital, a nova articulação dependente e o dilema da contra-revolução prolongada.....</u>	<u>p.21</u>
---	-------------

a.1) Os anos 1970 e a ditadura do grande capital	p.21
--	------

a.2) A liberalização outorgada: ruptura ou continuidade da ditadura?...	p.27
---	------

b) O Cebrap e o embate ideológico	p.33
---	------

b.1) a revisão do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe	p.36
---	------

b.2) A negação das teses do Partido Comunista Brasileiro	p.40
--	------

b.3) a contraposição ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros	p.45
---	------

b.4) o CEBRAP e os intelectuais “contrários à ordem”	p.50
--	------

<u>Capítulo 2 – O modelo de desenvolvimento cebrapiano – interdependência e capitalismo associado nos marcos do “desenvolvimento possível” ...</u>	<u>p.57</u>
--	-------------

a) Antecedentes: a teoria da dependência de Cardoso e Faletto.....	p.59
--	------

a.1) A construção conceitual da dependência	p.59
---	------

a.2) A internacionalização dos mercados e o novo caráter da dependência...	p. 66
--	-------

b) A “Crítica à razão dualista” de Chico de Oliveira	p. 73
--	-------

c) A crítica ao estagnacionismo por Maria da Conceição Tavares e José Serra: nos marcos do “desenvolvimento possível”	p.88
---	------

Capítulo 3 – O Modelo político brasileiro e o debate sobre a democracia.....p.99

a) O estatuto teórico do autoritarismo burocrático	p. 100
b) O CEBRAP e a transição conservadora: nos marcos da “democracia possível”	p.113
c) Sobre os sujeitos políticos do processo de democratização	p.117

Considerações Finais	p.131
Bibliografia	p. 139
Anexo 1	p.151

“(…) como parece que não tenho remédio
e estou definitivamente perdido
para a frutífera neutralidade
o mais provável é que continue escrevendo
contos não neutros
e poemas e ensaios e canções e novelas não neutras
mas aviso que será assim
mesmo que não tratem de torturas e prisões
ou outros tópicos que ao que parece
tornam-se insuportáveis para os neutros
será assim mesmo que tratem de borboletas e nuvens
e de duendes e peixinhos” (Mário Benedetti)

Introdução

O estado da pesquisa e do pensamento político-social no Brasil nos anos 1970 e 1980 esteve fortemente marcado pelo contexto político da ditadura, orientando-se amplamente à elucidação da natureza e da função econômico-social cumprida por esse regime na história do país. Nesse período, a sociedade brasileira experimentou transformações sociais de grande peso e viu sua economia modernizar-se de acordo com os padrões internacionais do capital monopolista sem que isso significasse a resolução dos seus problemas sociais mais graves: a miséria interna, a extrema concentração da renda e do poder político, a dependência externa e o caráter autocrático de seu Estado. Foi nesse contexto que se tornou explícita a “ruptura com o quadro conceitual até então inquestionável e referenciado pelo nacionalismo, como foi possível também ter a exata dimensão da derrota sofrida pelo conjunto de forças que lhe dava sustentação política” (LAHUERTA, 2001, p.57).

Formado no calor do endurecimento político da ditadura e em pleno contexto de “milagre econômico”, no ano de 1969, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) congregou intelectuais opositores ao regime, tornando-se referência para o pensamento político-social brasileiro das décadas de 1970 e 1980. Tratava-se de um esforço de aglutinação dos intelectuais que haviam sido compulsoriamente afastados de suas carreiras acadêmicas pela ditadura e da tentativa de se abrir um caminho institucional para garantir a continuidade do trabalho intelectual desenvolvido na Universidade de São Paulo (USP) anos anteriores ao golpe. Reunidos em vista da necessidade de manter a tradição de pesquisa universitária, intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, José A. Giannotti, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Elza Berquó, Juarez Brandão Lopes, Francisco Weffort, entre outros, fundaram o CEBRAP com o propósito de dar continuidade às pesquisas anteriormente desenvolvidas no âmbito da universidade.

Na presente dissertação, nosso objetivo será retomar criticamente aquela que acreditamos ter sido a *linha diretiva* do pensamento cebrapiano ao longo da década de

1970 e no decorrer da primeira metade dos anos 1980. Isso porque, durante este período o CEBRAP constituiu-se como um ponto de referência para o pensamento de oposição à ditadura, consolidando-se como uma instituição de grande peso para a redefinição da agenda política e intelectual da esquerda brasileira. Empenhados em elaborar uma crítica consistente ao pensamento nacional-desenvolvimentista predominante no pensamento social brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, os intelectuais cebrapianos formularam uma linha de interpretação do processo econômico e político que se configurava no país, abertamente marcado pelo Estado ditatorial e pela internacionalização econômica sob a égide do capital monopolista.

Aqui cabem algumas considerações de ordem metodológica. O presente estudo apresenta uma dificuldade no que se refere à diversidade de orientações presentes no interior do CEBRAP, em vista da grande variedade de áreas de atuação e de conhecimento dos intelectuais que compunham o Centro. A produção teórica desenvolvida em suas fileiras ao longo de quinze anos é bastante extensa e abrangente, o que trouxe a tona um problema metodológico para a presente pesquisa. Não caberia numa dissertação de mestrado uma sistematização que levasse em conta a totalidade da vasta produção intelectual cebrapiana. E esse não era o nosso objetivo. Procuramos contornar este problema buscando recortar o nosso objetivo em basicamente dois eixos: 1- a caracterização do debate cebrapiano em torno do *modelo de desenvolvimento brasileiro*; 2- a *concepção de democracia* que norteou o pensamento daqueles intelectuais. A partir desses eixos, buscamos apreender e sistematizar o *fio condutor* que unia aqueles intelectuais em torno do CEBRAP, procurando tornar mais palpável a idéia de que seus membros não estavam ali reunidos aleatoriamente, mas apresentavam concepções comuns que os conferia o estatuto de *grupo*¹. Para captar essa dimensão que acreditamos ser *coletiva* daquele pensamento, nos centraremos nas produções de alguns membros do chamado *staff* cebrapiano, os quais ditavam consideravelmente as linhas políticas e ideológicas que norteavam as produções intelectuais de seus membros. A obra de

¹ Para uma melhor visualização da dimensão de *grupo* assumida pelos intelectuais reunidos em torno do CEBRAP, cf. a publicação de entrevistas e o documentário produzido na ocasião da comemoração dos 40 anos do CEBRAP. Oportunamente, o livro foi intitulado *Retrato de grupo*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

Fernando Henrique Cardoso, grande liderança da instituição, será central na presente dissertação, à medida que, nos debates sobre democracia e desenvolvimento, sua obra adquiriu uma grande projeção dentro e fora do Cebrap, tornando-se referência comum para os demais intelectuais que produziram sobre essas questões. Como ressalta Lahuerta (2001):

“Nesse cenário, avulta a figura de Fernando Henrique Cardoso: a tal ponto que o autor torna-se maior que a própria obra. A projeção obtida pelo Cebrap, a condição de ‘exilado’, a ‘aposentadoria’ precoce, permitiram que se criasse uma aura mítica não só em torno do intelectual Fernando Henrique, mas também da figura do intelectual em geral. (...) Essa condição possibilita ao Cebrap exercer um papel diretivo na elaboração intelectual que terá fortes reflexos na cultura política do período e que garantirá a Fernando Henrique Cardoso uma condição de *intelectual que lidera intelectuais*, sem precedentes na história do país. Tal condição afortunada, com o auto-exílio de Florestan Fernandes durante os anos 70, torna-se absolutamente incontestável no cenário acadêmico” (p.65).

Segundo Sorj (2001):

“A figura que maior espaço ocupava no Centro era indubitavelmente Fernando Henrique Cardoso. (...) Era sem dúvida o integrante de maior renome nacional e internacional, mantendo uma clara liderança entre os mais jovens e relações variadas e ricas com os membros de sua geração” (p.40).

É por conta dessa proeminência de Fernando Henrique Cardoso no interior do CEBRAP que no presente trabalho optamos por destacar a sua obra como ponto central e unificador do pensamento cebrapiano.

Em vista do recorte do objeto acima estabelecido, alguns conceitos significativos na produção intelectual cebrapiana serão tomados mais sistematicamente como objeto de análise na presente dissertação. Isso porque estes conceitos, em nosso entendimento, constituíram um *terreno comum* a partir do qual orbitaram as diferentes linhas de pensamento que nortearam aqueles intelectuais. Acreditamos que uma análise mais detalhada e atenta desses conceitos nos possibilitará reconstituir os objetivos

conscientemente estabelecidos pelo grupo que compunha o CEBRAP. São eles: o *autoritarismo-burocrático*, a *dependência* e a *democratização*.

A sistematização que propomos para evidenciar os debates acima referidos será dividida da seguinte maneira no texto: no primeiro capítulo buscaremos recuperar o momento histórico – tanto em termos de acontecimentos como de idéias – em que se formou e se consolidou o CEBRAP, situando-o numa perspectiva temporal e conectando-o a outras questões teóricas e políticas que se colocavam no cenário histórico brasileiro. Para uma melhor colocação do problema, desdobraremos brevemente a contextualização do debate em duas dimensões: **a)** O problema histórico que envolvia o pensamento cebrapiano no momento de seu surgimento e, posteriormente, de sua maturação. A ideia é expor como o CEBRAP era parte de uma configuração histórica específica e como o contexto político, social e econômico brasileiro do período, marcado inicialmente pelos *anos de chumbo* da ditadura militar **(a.1)** e posteriormente pelo início de uma “transição democrática” lenta, gradual e segura **(a.2)** imbricava-se nas questões teóricas e nas linhas de pensamento do Centro; **b)** O embate no âmbito das idéias que se configurou a partir das mudanças que o próprio movimento histórico lançou no modo de se pensar a sociedade brasileira. Neste item de nosso trabalho, retomaremos alguns dos principais debates teórico-políticos que constituíram o ponto de partida da produção intelectual cebrapiana, com ênfase no diálogo estabelecido com as concepções nacional-desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) **(b.1)**, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) **(b.2)** e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) **(b.3)**. Outros interlocutores importantes do CEBRAP, que não estavam nas fileiras do nacional-desenvolvimentismo, mas que foram alvos de duras críticas por parte dos cebrapianos, (representados nas figuras de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e do próprio Florestan Fernandes) serão tratados no item **b.4**. A partir de um esboço do debate entre os diferentes paradigmas interpretativos, buscaremos situar as divergências fundamentais que se estabeleceram no interior do pensamento político-social brasileiro do período.

O segundo capítulo tem por objetivo discutir, a partir das produções de alguns intelectuais cebrapianos, a questão do *modelo de desenvolvimento* defendido para o Brasil. Aqui, entrará em debate a interpretação longamente discutida por aqueles intelectuais acerca do chamado “milagre econômico”², tal como do processo de modernização do “capitalismo dependente” brasileiro. Retomaremos os pontos centrais da “teoria da dependência” de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falletto e discutiremos, a partir desse arcabouço teórico, como a interpretação edificada por estes autores tornou-se hegemônica no interior do CEBRAP. Nos demais subcapítulos, trataremos das produções intelectuais de Francisco de Oliveira, Maria da Conceição Tavares e José Serra, buscando compreender as bases do debate cebrapiano sobre o desenvolvimento e sua crítica a ideia de estagnação.

O terceiro capítulo terá como eixo o debate sobre o “modelo político brasileiro” consolidado a partir do golpe de 1964, assim como a concepção de *democracia* que direcionou os trabalhos desenvolvidos no CEBRAP. Conceitos como “Estados burocrático-autoritários”, desenvolvidos por Guillermo O’Donnell (1987; 1990) e por Fernando Henrique Cardoso (1982), serão retomados neste capítulo com o intuito de compreendermos a interpretação cebrapiana do regime político instaurado no Brasil em 1964. A partir deste conceito, faremos um breve debate sobre as concepções de Estado, regime político e sociedade civil que guiaram a produção intelectual dos autores aqui destacados, atentando para a forma pela qual eles compreendiam as relações entre essas variáveis. Posteriormente, aprofundaremos a discussão sobre o entendimento de democracia que norteou os trabalhos daqueles intelectuais, buscando inclusive compreender o movimento que os conduziu, a partir de determinado momento, a engajar-se na vida política do país e a contribuir diretamente na construção do programa político do principal partido de oposição à ditadura (o Movimento Democrático Brasileiro - MDB). Também serão discutidas, neste capítulo, as divergências internas que começaram a surgir no interior da instituição acerca do entendimento que se tinha do processo democrático e dos sujeitos políticos que deveriam dirigir tal processo. Os textos

² No debate cebrapiano sobre o “milagre econômico” podemos destacar as produções teóricas de SINGER (1972; 1976), SERRA (1982), TAVARES & SERRA (1983), OLIVEIRA (1972; 1977).

produzidos neste contexto, em consonância com o próprio teor do engajamento partidário dos principais membros da instituição, nos ofereceram um importante material para compreender a concepção de democracia que orientava seus trabalhos³.

Por fim, nas considerações finais buscaremos sistematizar as conclusões alcançadas no decorrer deste estudo e levantar algumas questões atuais suscitadas pela interpretação construída a partir dessa dissertação.

³ Vale ressaltar que neste capítulo a obra de Fernando Henrique Cardoso será central no debate sobre o autoritarismo e a democratização, uma vez que este autor foi quem introduziu de forma mais sistemática a ideia de uma “teoria do autoritarismo”. Ainda que outros autores do CEBRAP possam entrar nesta discussão, eles serão tratados de forma mais secundária, em vista do protagonismo de Cardoso no debate. Somente quando formos tratar das divergências internas que surgiram relacionadas a esta questão, recorreremos de modo mais aprofundado à obra de Francisco Weffort.

Capítulo 1 – Mundialização do capital, a nova articulação dependente e o dilema da contra-revolução prolongada.

a.1) Os anos 1970 e a ditadura do grande capital

O processo político brasileiro e latino-americano no decorrer dos anos 1970 esteve fortemente marcado pela vigência de regimes políticos ditatoriais, que no entendimento de autores como Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos poderiam ser caracterizados fundamentalmente como *ditaduras do grande capital*⁴. Este marco histórico constituía, no entendimento desses autores, um capítulo da implantação do capitalismo monopolista nas chamadas economias “dependentes” ou “periféricas”, processo este nascido da experiência histórica do pós-II Guerra Mundial. A consolidação de regimes ditatoriais por todo o Cone Sul ao longo das décadas de 1960 e 1970 concretizou, no plano político, a articulação de um processo contra-revolucionário conduzido pelos setores estratégicos das burguesias latino-americanas em associação com as classes dominantes dos países centrais. Em vista da impossibilidade de conferir uma resposta política às reivindicações populares que ascendiam no terreno da luta de classes, as burguesias latino-americanas não hesitaram em conformar-se com sua condição dependente, abrindo espaço para a consolidação de um caminho contra-revolucionário para a implantação de um modelo político e econômico condizente com o capitalismo monopolista⁵.

⁴ Apesar dos autores acima citados terem utilizado conceitos diversos para designar as ditaduras latino-americanas, acreditamos que eles convergiam no entendimento mais geral do processo político dessas ditaduras enquanto uma articulação política e econômica dirigida pelo *grande capital monopolista* sob a condução dos militares. Ressaltamos que no presente capítulo nosso diagnóstico sobre o problema histórico brasileiro vivenciado na década de 1970 terá como fundamento teórico os escritos desses autores. Posteriormente colocaremos em discussão as implicações das divergências que se constituíram no âmbito do pensamento político-social brasileiro acerca dessa interpretação do esquema político inaugurado em 1964. Para um aprofundamento da questão, cf. Santos (1969); Marini (1975); Bambirra (1974).

⁵ Merece ser mencionada a exceção de Cuba, que conduziu seu processo político e social por meio da ruptura revolucionária com a ordem existente. Na ilha, o paradigma das lutas sociais que emergiam em quase todas as nações da periferia capitalista adquiria sua forma mais radicalizada, apontando o socialismo como horizonte possível para o futuro destas sociedades. Nestas circunstâncias, declarado o caráter socialista da revolução por Fidel Castro em 1961, criava-se um contraponto político para os processos de

De um ponto de vista mais geral, a reorganização mundial do sistema capitalista sob a direção do capital monopolista pôs termo às matizes industrialistas e nacionalistas que haviam dominado o processo político e econômico posterior a I Guerra Mundial. A transformação no padrão das inversões estrangeiras direcionadas aos países da América Latina (dominadas a partir de então pelos chamados Investimentos Externos Diretos⁶), tal como a penetração massiva das empresas transnacionais no continente, deram corpo a uma nova relação entre países centrais e periféricos. Nesta nova era o controle político e econômico da periferia capitalista passava a ser tarefa vital para o capital monopolista, à medida que aquela se constituía enquanto o último espaço disponível para a irradiação deste padrão de organização da vida e da sociedade (FERNANDES, 2006, p.297).

Como ressaltou Florestan Fernandes (1975) “(...) tal tendência implica um *imperialismo total* (...). O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa *a partir de dentro* e em todos os níveis da ordem social (...)” (p.18, grifos nossos). Para Celso Furtado (1971),

“O que caracteriza essa nova economia internacional é o controle, por grupos sediados nos subsistemas dominantes, da difusão de novas técnicas, ou seja, de novos produtos e de novos processos produtivos. Dada a estrutura atual do sistema global, portanto, de cada subsistema dependente, o acesso a essas novas técnicas constitui condição necessária do desenvolvimento, entendendo-se como tal a realização das aspirações dos grupos dominantes em cada subsistema. (...) Como esse desenvolvimento envolve a adoção de novo padrão de consumo ou a sua difusão, e como esses novos padrões trazem consigo um vínculo de tipo internacional (...), pode-se afirmar também que o referido desenvolvimento é uma transformação estrutural do sistema global a qual tende a *estreitar as relações de dependência*” (p.233, grifos nossos).

lutas populares latino-americanas, uma vez que a alternativa cubana rompia por um lado com o projeto do capitalismo dependente comandado pelas burguesias em aliança com o imperialismo e por outro com a própria orientação stalinista em favor da realização de revoluções de caráter democrático-burguês.

⁶ De acordo com Theotônio dos Santos (1971) os investimentos diretos norte-americanos em países da América Latina obtiveram crescimento da ordem de 200% entre 1943 e 1961, sendo amplamente direcionados ao setor industrial.

Este marco histórico, caracterizado pela adesão das classes dominantes a um projeto político e social de cunho contra-revolucionário, tinha como fundamento a adequação das chamadas “economias dependentes e periféricas” da América Latina aos padrões de modernização e expansão econômicas preconizados pelos chamados países desenvolvidos. Como consequência disso, as estruturas econômicas, políticas e sócio-culturais das sociedades periféricas absorveram as transformações do capitalismo monopolista – incorporando seus padrões de produção, organização e consumo -, sem resolver os dilemas de sua integração nacional sob as bases de um desenvolvimento capitalista autônomo. Era neste momento que se definia

“(...) uma industrialização baseada em um mercado urbano restringido, mas suficientemente importante, em termos de renda gerada, para permitir uma ‘indústria moderna’. Evidentemente, esse tipo de industrialização vai *intensificar o padrão de sistema social excludente* que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas, mas nem por isso deixará de converter-se em uma possibilidade de desenvolvimento (...). Esta é simplesmente a forma que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência” (CARDOSO e FALETTTO, 1975, p.123-124, grifos nossos).

A situação de dependência, assim, passava a ser um caminho *possível* para a modernização das economias periféricas, em perfeita conformidade com a dominação imperialista e com a manutenção do abismo social existente entre as classes dominantes e as classes trabalhadoras no âmbito sociedades dependentes. As burguesias latino-americanas logo confirmariam sua posição de sócio-menor do imperialismo e sua capitulação frente ao padrão de desenvolvimento dependente (MARINI, 2005). Sob este aspecto, pois, essas burguesias cumpriam suas funções históricas invertendo seus papéis: ao invés de lutar pela autonomia crescente de suas sociedades nacionais, operavam como agentes responsáveis pela germinação de uma economia capitalista dependente, que só tinha algum dinamismo interno à medida que absorvia fluxos de crescimento vindos de fora.

Disso decorria uma forma de incorporação devastadora da periferia às nações hegemônicas que, “impedindo qualquer conciliação concreta (...) entre *democracia*,

capitalismo e autodeterminação” (FERNANDES, 2006, p.298), tomou a forma de uma “contra-revolução defensiva”, concretizada na militarização do poder por meio da imposição de uma “autocracia burguesa institucionalizada” (*Ibid*, p.395). Os golpes de Estado sob comando militar ocorridos por toda a América Latina entre os anos 1960 e 1970 bem demonstraram a reação ofensiva das burguesias latino-americanas frente ao perigo de participação das classes populares no processo de desenvolvimento. Daí que, numa situação de crise do capitalismo dependente e de intensificação das mobilizações populares em torno das “reformas estruturais”, estas burguesias tenham recorrido a aberta violência, unificando em torno de seu projeto todos os setores das classes dominantes comprometidos com a lógica da acumulação capitalista dependente (*Idem*).

Tratava-se do dramático desfecho histórico da nossa revolução burguesa: a opção das burguesias latino-americanas pelo uso aberto e sistemático da violência como instrumento de manutenção da ordem que, a partir de um processo contra-revolucionário, possibilitaria a consolidação definitiva do padrão de desenvolvimento dependente nas economias periféricas, em conformidade com o novo padrão de organização monopólica do capital. A situação de dependência, nessa ocasião, não aparecia como uma mera “condição” ou “acidente”, mas como uma articulação estrutural de dinamismos internos e externos a partir dos quais as nações periféricas eram incorporadas ao espaço econômico dos países hegemônicos, sem mudar o padrão de transformação, passando da articulação dependente para o desenvolvimento relativamente autônomo (FERNANDES, 2006). Nesse sentido, a opção das nossas burguesias pelo projeto de “modernização-conservadora”, levado a cabo pelas ditaduras do grande capital sob tutela militar, configurava o espaço econômico típico que elas necessitavam para crescer, lançando as bases para as condições estruturais e dinâmicas favoráveis à implantação das grandes corporações e à consolidação do padrão de desenvolvimento capitalista monopolista.

Politicamente, a consolidação deste espaço econômico carecia de estabilidade para reprimir tanto os protestos contra as desigualdades sociais, políticas e econômicas inerentes a este padrão de desenvolvimento, quanto o “perigo comunista” que

influenciava tão profundamente o movimento político da região, especialmente quando se tinham em vista as experiências da democracia popular chilena e das revoluções iugoslava, chinesa e cubana. Logo, a transição ao padrão de desenvolvimento do capitalismo monopolista requeria uma articulação política *interna*, à medida que era somente a partir de dentro que se poderia criar o ambiente político propício à irradiação deste padrão. A adesão das burguesias latino-americanas a este projeto de sociedade, assim, demonstrava seu *temor* frente a qualquer transformação econômica, social e política que desafiasse seu *monopólio de poder* no interior destas sociedades. O que confirmava que a dominação burguesa, na sua versão dependente, se caracterizava pelo comprometimento da burguesia com tudo aquilo que apontasse no sentido de manutenção de seu poder no interior destas sociedades (*Idem*).

O processo político brasileiro ao longo dos anos 1970 esteve marcado por este padrão de transformação social subordinado aos ditames da contra-revolução. Sob a tutela das Forças Armadas, o regime ditatorial inaugurado em 1964 pôs em marcha o processo de “modernização” econômica e institucional do país, alinhando os interesses dos setores mais internacionalizados da nossa burguesia com os interesses da grande burguesia monopolística internacional. Aniquilando com extrema violência todos os instrumentos de organização e de resistência das classes populares, *a ditadura do grande capital* conferiu dinamicidade a nossa economia, sem resolver e aprofundando os problemas sociais mais graves a que estavam submetidas parcelas cada vez maiores da população trabalhadora.

Se do ponto de vista político a “modernização conservadora” imposta pelo regime de 1964 fez-se sob a base da extrema violência e do aniquilamento político das forças sociais interessadas na realização das “reformas estruturais”, do ponto de vista econômico ela logrou ativar o crescimento e a modernização capitalista do país, ainda que de forma extremamente predatória e subordinada. O chamado “milagre econômico” ocorrido no período de 1969 a 1973, ao mesmo tempo em que refletia, no nível econômico, um aumento vertiginoso das taxas de crescimento (que atingiram a média de

11% anuais), conviveu com a extrema concentração da renda, o arrocho salarial e a exclusão política e social da grande maioria da população, especialmente dos trabalhadores.

Os limites do modelo de desenvolvimento consolidado pela ditadura fizeram-se evidentes, inclusive do ponto de vista econômico, a partir de 1974, quando a economia brasileira deu os primeiros sinais de saturação. Neste momento, as manifestações contrárias ao regime começaram a tomar uma dimensão significativa. Como demonstração deste processo de crise do regime, podemos lembrar que é justamente no ano de 1974 que o partido de oposição à ditadura (MDB) alcançou uma vitória eleitoral expressiva nas eleições legislativas⁷. Além disso, neste mesmo ano, o general Ernesto Geisel assumia a Presidência da República sob o lema da “distensão” lenta, gradual e segura, por meio da qual era proposto um retorno à “democracia” estritamente controlado pelo Executivo Federal e pelas classes dominantes⁸. Neste processo, começavam a se opor ao regime alguns setores do empresariado industrial brasileiro, os quais, descontentes com os rumos da política econômica, empenharam-se numa campanha anti-estatizante e na defesa de uma economia liberal de mercado (LESSA, 1978). Por outro lado, começavam a surgir, dentre as classes populares, manifestações de peso contra o modelo político e econômico imposto pelo regime.

No próximo item de nosso trabalho trataremos de forma mais detalhada a crise do ordenamento político proposto pela ditadura. Discutiremos como essa crise expressou-se do ponto de vista ideológico, explicitando os projetos políticos que se colocaram em disputa no processo de redemocratização brasileiro.

⁷ Com 72% dos votos válidos, o MDB elegeu 16 senadores e aumentou sua bancada na Câmara Federal de 87 para 160 deputados.

⁸ Aqui vale ressaltar que, não obstante a proposta de Geisel fosse iniciar o processo de liberalização, os anos de seu governo foram marcados por uma intensa repressão. Merecem destaque os episódios de morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog em outubro de 1975 e do operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976.

a.2) A liberalização outorgada: ruptura ou continuidade da ditadura?

A segunda metade dos anos 1970 esteve marcada pela crise do poder burguês organizado sob o comando militar, em vista do grande desgaste ocasionado pela derrocada do “milagre econômico” e pela completa desmoralização do regime. Se nos anos anteriores a ditadura esteve amplamente amparada num consenso sólido formado a partir do topo da sociedade civil, a partir de 1974 iniciou-se uma deterioração dessa disposição do bloco no poder sob hegemonia do pólo militar. A autonomia relativa do “braço militar” passou a incomodar os grupos dirigentes mais ativos da sociedade civil, justamente aqueles responsáveis por construir o “consenso nacional” que havia alimentado a ditadura durante uma década (FERNANDES, 1982, p.17). Apesar das contradições assim estabelecidas, o comprometimento dos setores estratégicos da burguesia brasileira com a *manutenção da ordem* impediu que sua ação política se traduzisse em uma corrente histórica de contestação à ditadura e ativação da desobediência civil. Pelo contrário, em vista ao *temor histórico* da participação das classes populares no processo político, os estratos burgueses empenharam-se em construir uma “oposição legal e consentida” capaz de realizar a desarticulação da ditadura sem rupturas com a sua supremacia social.

O discurso democrático que passou a tomar a cena no debate ideológico brasileiro, muitas vezes encabeçado por setores do empresariado “progressista” e “democrático” que se forjou neste processo, tinha como fundamento, de acordo com Florestan Fernandes (1982) a tentativa de combinação de uma “democracia forte” com a continuidade da dependência econômica, política e cultural em relação ao imperialismo e da subalternização política persistente das classes trabalhadoras. Tratava-se de uma verbalização política da democracia burguesa que procurava estabelecer um realinhamento do bloco no poder a partir de uma relação “democrática” que deveria nascer no seio da própria ditadura, sem colocar em risco o modelo vigente de desenvolvimento capitalista consolidado sob a tutela da contra-revolução. Neste sentido, aponta Fernandes (1982):

“(...) ao destruir-se, a ditadura daria luz não ao seu avesso ou o seu contrário, mas uma forma política em que a autocracia burguesa fosse compatibilizada institucionalmente com a representação política, o regime de partidos e a rotina eleitoral. (...) Dentro dessa lógica, a *forma política da democracia*⁹ seria o melhor antídoto contra a mudança social revolucionária e, no fundo, a única resposta inteligente à questão posta pela ditadura por outros meios” (p.99, grifos nossos).

O que estava em jogo neste momento não era simplesmente a oposição “democracia x ditadura”, mas os *conteúdos de classe* que se revestiam nos distintos projetos de transição democrática: por um lado, direcionado pelos setores estratégicos da burguesia, que preparavam a “volta à democracia” a partir de uma transformação lenta, gradual e segura conduzida pelas esferas “cultas e responsáveis” da Nação (“a democracia com que sonha a ditadura”); por outro dirigido pela capacidade de ação construtiva da massa de trabalhadores pobres que assistia os antagonismos de classe emergirem com grande intensidade no campo e nas cidades e que tinha como necessidade vital a construção de meios autônomos de auto-organização e auto-defesa (*Ibid.*, p.39).

Neste contexto, ao lado do primeiro projeto, impunha-se a lógica da “abertura democrática”, que pretendia remover o chamado “entulho autoritário”, para projetar a dominação de classe no interior de um quadro político mais flexível, no qual a parte mais ativa da burguesia deveria soltar-se como uma “vanguarda liberal” que seria identificada como porta-voz autêntica da democracia. A “oposição burguesa” assim constituída restabeleceria o elo entre o passado autoritário e o presente “democrático”, imprimindo uma nova feição à dominação de classe no Brasil. Por meio do chamado “Pacote de Abril” de 1977 o governo mobilizava os dispositivos do AI-5 e decretava o fechamento do Congresso. Foram estabelecidas reformas constitucionais que visavam garantir a

⁹ Aqui vale salientar que embora Florestan Fernandes compreendesse que, na situação dos países dependentes, fosse incompatível a conciliação entre democracia, capitalismo e autodeterminação (conforme exposto na p.10 do presente texto), ele aponta para a possibilidade de uma transição à *forma* democrática no âmbito do capitalismo dependente. No entanto, ao salientar o caráter autocrático do Estado brasileiro e a não ruptura deste caráter no momento da “abertura democrática”, Fernandes atenta para a continuidade existente entre o regime ditatorial comandado pelos militares e o processo de liberalização ou “distensão” iniciado em meados dos anos 1970.

preservação da maioria governista no Legislativo e, especialmente, no Senado. Em vista à expressiva derrota nas eleições legislativas de 1974, Geisel instituía eleições indiretas para 1/3 das cadeiras do senado (os chamados “senadores biônicos”) e também para governador¹⁰.

Também a reforma partidária de 1979 bem demonstrou como, sob uma suposta bandeira democrática, a ditadura tentava pulverizar a contestação popular por meio de uma “pluralização partidária” condicionada e viciada. A Lei de Anistia do mesmo ano, elaborada para absolver os torturadores e assassinos da ditadura, evidenciava que a democracia constituía-se no Brasil afirmando a lógica de ferro de um Estado autocrático comandado com *punhos fortes* pela grande burguesia nacional e internacional.

Ao lado do segundo projeto, o que se via neste período era a ascensão dos protestos populares e da inquietação social nas cidades e no campo, em busca de uma democracia fundamentada no protagonismo dos “de baixo”. Este projeto, que se colocava ainda de forma fragmentada e contraditória no seio da luta dos trabalhadores, trazia para o debate político questões que transcendiam as reivindicações meramente econômicas: tratava-se de se colocar em pauta uma série de liberdades democráticas vinculadas à defesa da independência da classe trabalhadora e de suas organizações sindicais, partidárias, etc, além da contestação das bases do próprio modelo de desenvolvimento do país. As ondas grevistas operárias no ABC e a mobilização explosiva dos trabalhadores despossuídos do campo sob a direção de setores progressistas da Igreja Católica davam sinais do avanço decidido das classes trabalhadoras rumo à organização de sua resistência contra a ordem social estabelecida¹¹. Contudo, ainda se estava por construir um instrumento de luta realmente autônomo que organizasse ofensivamente essa massa de trabalhadores e que os conformasse enquanto sujeitos protagonistas da luta pela transformação social. Era essa a difícil tarefa que se tinha em mãos.

¹⁰ Outras medidas do “Pacote de Abril” foram: 1- ampliação das bancadas que representavam os estados menos desenvolvidos, onde a ARENA tinha mais eleitores; 2- instituição da Lei Falcão às eleições estaduais e federais, a qual tinha por objetivo restringir as propagandas políticas nas rádios e na televisão; 3- alteração do quorum para emendas constitucionais, de 2/3 para maioria simples; 4- alteração do mandato presidencial de 5 para 6 anos.

¹¹ Sobre a emergência das classes populares no cenário político no decorrer da segunda metade dos anos 1970, Cf. SINGER e BRANT (1983).

Frente a este cenário da luta de classes no país, era nítido o esforço das classes dominantes em costurar sua restrita hegemonia a partir de uma “aliança democrática pelo alto”. Como colocou Octávio Ianni (2004):

“Falam em refazer o ‘pacto social’; retomar a tradição brasileira de ‘conciliação’; desenvolver um processo de ‘transição política’, da ditadura à democracia controlada, do Estado de fato ao Estado de direito, sem estagnações ou retrocessos ‘funestos’; buscar um ‘gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático’, com o ‘mínimo de segurança indispensável’ e o ‘máximo de desenvolvimento possível’” (p.242).

Era necessário compatibilizar a dominação social da burguesia sob hegemonia do capital monopolista com um esquema político formalmente democrático, o qual deveria estabelecer a “normalização” das instituições políticas democráticas sem romper com a ordem social existente. Como já profetizara o liberalismo conservador schumpeteriano, a democracia deveria ser minimizada aos seus meios e métodos, eliminando sua relação com a questão da luta pela igualdade social¹².

Sob um discurso fortemente democratizante, as forças sociais mais conservadoras do país comandaram o “golpe da transição” (DIAS, 2006, p.144), consolidado através de uma aliança espúria entre os setores ultraconservadores e a “oposição consentida” formada pelos setores conservadores do antigo MDB (transformado em PMDB a partir de 1979). Como aponta Florestan Fernandes (1982, p.62), a ditadura deveu ao PMDB o amortecimento da potencialidade de uma verdadeira revolução social, pois ele cumpriu a função de drenar os ressentimentos e frustrações com o governo, reafirmando uma política que tinha como objetivo a manutenção da estabilidade política e da defesa do equilíbrio da ordem. O “pacto social” afirmou-se como arma auto-defensiva da burguesia. A resposta do poder burguês à efervescência das mobilizações surgidas “de baixo” foi absorver os estratos dominantes mais descontentes com a ditadura (os “democratas” e “liberais” peemedebistas) e contra-atacar reorganizando o sistema de partidos, de eleições e de uso da violência militar.

¹² Cf. SCHUMPETER, J.A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. O livro foi publicado pela primeira vez no ano de 1942.

Era este o teor da “transição democrática” que se edificava naquele momento. Seus defensores políticos e intelectuais mistificavam seu conteúdo, conferindo ao movimento de conciliação “pelo alto” um verniz de “democracia universal”, que traria aos poucos, a partir de transformações moleculares, a mudança da estrutura social. Escamoteavam-se os verdadeiros sujeitos deste processo e dissolviam-se as questões prementes da luta de classes sob a bandeira de uma democracia sem qualificações. Os intelectuais da ordem polarizaram a questão na fórmula “Estado x ‘sociedade civil’”, como se a problemática da transição estivesse condicionada unicamente à derrubada da força social de um Estado burocrático e autoritário que se erguia como o demiurgo da sociedade. No interior mesmo da “sociedade civil”, os setores mais poderosos que estiveram comprometidos por vinte anos com a ditadura militar eram absolvidos do processo, consolidando, sob uma máscara “democrática”, a rearticulação da nova direita brasileira que daria contornos à “Nova República”. Blocos da “oposição consentida” aliavam-se aos setores estratégicos da burguesia nacional e internacional, justificando, teórica e politicamente, o terreno da “transição democrática”.

O coroamento do processo de “transição pelo alto” deu-se no ano de 1984, quando avançava no país a luta pelas eleições diretas para presidente com participação massiva dos setores opositores à ditadura. Apesar de ter mobilizado milhões de brasileiros que foram às ruas sob o lema das “Diretas Já”, o movimento foi derrotado no Congresso¹³, dando mais uma demonstração dos limites da “abertura democrática” conduzida pelo governo. Nesse contexto, a “oposição consentida” constituída pelo PMDB moldava-se ao tipo de jogo político proposto pelo governo, optando por lutar pela “democratização” no âmbito da institucionalidade do Colégio Eleitoral. Daí que o mineiro Tancredo Neves, um moderado conciliador do PMDB, foi escolhido para concorrer às eleições presidenciais juntamente ao candidato a vice-presidente José Sarney, um grande apoiador da ditadura. Sintetizando o problema histórico assim colocado, Fernandes (1986)

¹³ A emenda constitucional “Dante de Oliveira”, que propunha eleições pelo voto direto para Presidente da República, foi derrotada com 298 votos a favor e 65 votos contrários. Essa proporção não atingia os 2/3 necessários para mudar a Constituição.

atestava que “(...) não foi sob a ditadura, mas sob a ‘Nova República’ que tivemos a mais clara definição das improbabilidades da democracia” (p.27).

No plano intelectual, as contradições desse processo de transição à democracia “pelo alto” expressavam-se num profundo embate entre aqueles que se mantinham na perspectiva de uma “revolução contra a ordem” e a partir de baixo – segundo os quais uma democratização substantiva só poderia ser construída a partir do protagonismo das classes subalternas e da ruptura com a ordem existente – e aqueles que acreditavam que os problemas do país deveriam ser tratados nos marcos da ordem e que a democracia deveria ser forjada como uma questão institucional. Para estes últimos, a busca pelas liberdades democráticas *transformou-se em busca pela liberdade de se aproveitar as melhores oportunidades abertas para a acumulação capitalista no interior das estruturas existentes*. Afastando a necessidade de mudanças radicais na estrutura do capitalismo brasileiro, esses intelectuais, em nosso entendimento, concorriam para a justificação teórica e prática de uma democratização “pelo alto”, apostando que esta seria a melhor forma de se construir políticas governamentais capazes de adequar nossa economia às tendências do capitalismo mundial.

Neste ponto, é importante ressaltar que o processo de “transição democrática” brasileiro não se deu de modo linear e homogêneo. Se atentarmos para os distintos momentos históricos que caracterizaram este processo, poderemos compreender que os sujeitos históricos jogaram papéis diferentes e muitas vezes contraditórios nos distintos períodos analisados. No plano da intelectualidade cebrapiana que aqui nos interessa, é possível reconstituir seu papel histórico e político levando em consideração alguns fatos políticos que consideramos verdadeiros “divisores de águas” em sua produção intelectual: 1- a vitória massiva da oposição emedebista nas eleições de 1974¹⁴; 2- as greves operárias de 1978, 79 e 1980¹⁵; 3- a constituição da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores em inícios dos anos 1980 (junto ao surgimento de diversos

¹⁴ Cf. ALENCASTRO, L. F. de “74 neles, Brasil”. *Novos Estudos CEBRAP*, n.15, jul.1986.

¹⁵ Cf. OLIVEIRA, F. “Por quem as greves dobram?”. *Novos Estudos CEBRAP*, n.12, jun.1985a.

movimentos sociais sob comando de setores progressistas da Igreja Católica)¹⁶; 4- A Campanha das “Diretas Já” em 1984¹⁷. Esses fatos marcaram profundamente aquela intelectualidade e abriram no interior do CEBRAP um debate político acirrado sobre o caráter da democratização brasileira.

Como veremos adiante, no decorrer deste processo histórico vai se consolidando, no interior da instituição, um entendimento sobre o que *deveria ser* a democracia brasileira. Vale ressaltar que este processo não se fez sem discordâncias e desentendimentos internos; no entanto conformou cada vez mais uma concepção *hegemônica* acerca da questão. É justamente sobre essa concepção que trataremos adiante.

b) O Cebrap e o embate ideológico

O debate que aqui nos propomos analisar, como qualquer outra análise teórica, tem inevitavelmente uma causalidade própria, fundamental para a compreensão do lugar ocupado pelas diversas teorias na história das idéias. Essa causalidade, entretanto, é constituída a partir de seu significado no âmbito de um desenvolvimento histórico específico, estando sempre referida às possibilidades de política e ação social inscritas no interior da estrutura socioeconômica analisada (DOBB, 1973). A análise da produção teórica desenvolvida nas fileiras do CEBRAP remete necessariamente a um período específico da história brasileira, aos problemas concretos da luta de classes vivenciados no país. Em nosso entendimento, as interpretações que surgiram desta realidade entraram inevitavelmente em diálogo com estes problemas históricos, a partir dos quais tentaram conformar diferentes projetos políticos. Como aponta Dobb (1973)

“Novos conceitos e estruturas formais são tanto fruto do desejo de responder à inadequações (e, portanto, de contradizer ou “negar”) dos seus predecessores, no que diz respeito à

¹⁶ Cf. OLIVEIRA, F. “E agora, PT?”. *Novos Estudos CEBRAP*, n.15, jul.1986. ALMEIDA, M. H. T. “Sindicalismo brasileiro e pacto social” *Novos Estudos CEBRAP*, n.13, out.1985. SINGER e BRANT (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1983.

¹⁷ Cf. OLIVEIRA, F. “As decisões cruciais: democracia ou bestialização?”. *Novos Estudos CEBRAP*, n.8, abr.1984.

relevância e realismo destas, como da necessidade de proporcionar as respostas mais simples e imediatas para problemas contemporâneos” (p.53)

O ambiente intelectual constituído no âmbito do CEBRAP e o esforço de elaboração de uma reinterpretação da história brasileira por seus intelectuais foram parte do processo histórico concreto de derrocada da ditadura e de “transição à democracia”. Naquele momento, as forças políticas alinhavam-se em torno de diferentes projetos de sociedade, buscando consolidar um arcabouço teórico e interpretativo capaz de justificar as diversas concepções de democracia que estavam em jogo. Reunindo pesquisadores de diversas áreas de conhecimento oriundos das principais universidades do país (com forte ênfase na USP), o CEBRAP consolidou, a partir de sua vasta produção teórica, uma concepção própria do que deveria ser a democracia e o modelo de desenvolvimento brasileiro. Na presente dissertação, nosso objetivo será traçar as linhas mestras dessa concepção política que hegemonizou a produção teórica cebrapiana na década de 1970 e na primeira metade dos anos 1980, buscando retomar as principais divergências estabelecidas com algumas escolas de pensamento.

A perspectiva analítica fundada pelo Centro tinha como linha básica a *negação do nacional-desenvolvimentismo* que imperou no pensamento político-social brasileiro nas décadas de 1950 e 1960. Tratava-se de *revisar* as teorias elaboradas pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), principalmente por sua figura mais forte, o economista Celso Furtado. Também buscavam negar as concepções que vigoraram no interior do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e, no âmbito político-partidário, refutavam as teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Ao negar as teorias referenciadas no nacional-desenvolvimentismo, os intelectuais cebrapianos buscavam consolidar um discurso teórico-político que estivesse amparado nos padrões do conhecimento científico, distanciando-se do debate ideológico que, para eles, limitava a produção intelectual daquelas instituições. Em que pesem as contradições que podem ser retiradas dessa afirmação, era essa a auto-imagem que faziam de si os principais membros do *staff* cebrapiano: intelectuais críticos, com forte formação acadêmica, comprometidos com a “renovação” do pensamento marxista no Brasil, a

partir de uma (re)interpretação de Marx que dissociava ciência e ideologia (GIANNOTTI, 1998, p.118). Era em vista do rigor acadêmico e da consolidação de uma pesquisa condizente com os padrões científicos internacionais¹⁸ que o grupo afirmava sua postura de objetividade, contrapondo-se abertamente tanto ao pensamento “politicamente orientado” do ISEB, quanto à utilização do marxismo que consideravam “ideológica” feita pelo PCB e por alguns teóricos como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra¹⁹. De acordo com Giannotti (1989) “O CEBRAP nasce duma vontade de resistência e duma estratégia para preservar aquilo que já éramos: *intelectuais por vocação*. Todo esforço foi orientado no sentido de *preservar* o espírito da vida acadêmica fora dos muros da universidade” (p.4, grifos nossos).

¹⁸ Alguns autores pautam a relação entre a emergente “cultura acadêmica” uspiana e a questão da institucionalização e da profissionalização das Ciências Sociais no Brasil. De acordo com Miceli (1993), a “modernização” universitária levada a cabo pelos militares tinha o intuito de “banciar o desenvolvimento de uma cultura acadêmica científica lastreada em padrões internacionais de desempenho e ancorada numa profissionalização das atividades e carreiras intelectuais” (p.60). Para Sorj (2001), “O Cebap não deixou de ser parte do movimento de ascensão, pelo processo de modernização da sociedade e dos aparelhos de Estado, das novas classes médias profissionalizantes” (p.75). Demais interpretações encontram-se em PÉCAUT (1990, p.257-281) e ARRUDA (2001).

¹⁹ Esses pensadores, especialmente Ruy Mauro Marini, participaram de uma fervorosa polêmica com Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto acerca do que se convencionou chamar “teorias da dependência”. Datado do início dos anos 1970, esse debate sintetizou concepções radicalmente divergentes acerca do caráter da dependência que se edificava nas economias latino-americanas, principalmente após a entrada massiva das multinacionais e da internacionalização dessas economias. Enquanto para Cardoso a associação aos capitais estrangeiros abria a possibilidade de se alcançar uma economia cada vez mais modernizada e aproximada aos padrões do capitalismo central (a chamada tese da “interdependência”); para Ruy Mauro Marini a internacionalização de nossa economia significava um aprofundamento da situação de dependência e um aumento da superexploração do trabalhador latino-americano. Para mais detalhes deste debate, Cf. minha monografia defendida em 2010 intitulada *Particularidades da formação do capitalismo dependente brasileiro: o debate entre Cardoso e Marini*. Outro ponto a se destacar é que os três intelectuais acima apontados foram sistematicamente negados no interior do CEBRAP, o que pudemos observar não somente nos textos de Cardoso, mas em diversas passagens de textos escritos por outros intelectuais do Centro. Sobre a relação do CEBRAP com estes intelectuais, trataremos de forma mais detalhada no item b.4 do presente trabalho.

b.1) a revisão do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

No interior do debate latino-americano sobre o tema do desenvolvimento ganharam força, nas décadas de 1950 e 1960, os estudos e propostas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), instituição criada pelas Nações Unidas e instalada em Santiago do Chile com vistas à elaboração de uma reflexão sobre os dilemas do desenvolvimento na periferia do capitalismo.

O debate travado no interior da CEPAL, tendo à frente Raul Prebisch com sua “teoria do subdesenvolvimento”, introduziu os conceitos de Centro e Periferia, definidos a partir de uma noção de desenvolvimento econômico vinculada ao progresso técnico. Ao enfatizar a singularidade das economias periféricas em relação às centrais e sua grande dificuldade de acumulação e absorção do progresso técnico (a partir da denominada “deterioração dos termos de troca”), os trabalhos da CEPAL mostravam que a posição de subordinação ocupada pelos países latino-americanos na economia mundial tenderia a impossibilitá-los de fugir de sua condição periférica. Isso porque o rompimento da relação assimétrica entre centro e periferia dependia, segundo o enfoque estruturalista, “da internalização do progresso técnico e da redistribuição de renda” (TRASPADINI, 1999, p.72), condições estas que não seriam alcançadas a partir do livre funcionamento do mercado, tal como afirmava a teoria das “vantagens comparativas” de David Ricardo, hegemônica no âmbito do pensamento econômico dos países centrais.

Apesar de seu receituário crítico, a CEPAL acabava sendo otimista, pois considerava que uma política deliberada e correta de endogenização do progresso técnico através da industrialização substitutiva reverteria esse quadro, permitindo à periferia “captar uma parte do fruto do progresso técnico e elevar progressivamente o nível das massas” (PREBISCH, 1949), fugindo “da maldição da degradação das relações de troca” (*Idem*) e alcançando, assim, o desenvolvimento nacional autônomo.

Foi somente após a grande recessão econômica que vigorou na América Latina em meados dos anos 1960 que o pessimismo quanto às possibilidades de desenvolvimento na

América Latina tomou conta da CEPAL, dando lugar a análises mais críticas em relação ao processo de industrialização substitutivo de importações, encabeçadas principalmente por Celso Furtado. De acordo com este autor, o processo latino-americano de industrialização teria sido suficiente para transformar parte dos sistemas econômicos herdados da época colonial, mas totalmente insuficiente para criar sistemas autônomos, capacitados para autogerar o crescimento (FURTADO, 1968). De modo que, diferentemente das análises cepalinas anteriores, segundo as quais a superação da condição do subdesenvolvimento confundia-se com a própria industrialização, Celso Furtado apontava que o subdesenvolvimento era uma face necessária da incorporação perversa do progresso técnico na periferia do sistema capitalista. Em suas palavras:

“Um aspecto fundamental, em geral deixado na sombra, está em que os países ‘periféricos’ ao especializar-se transformavam-se em importadores de novos bens de consumo, frutos do progresso tecnológico dos países ‘cênicos’. O aumento de produtividade média no país ‘periférico’, não se traduzia, em geral, em aumento significativo da taxa de salário, como é sabido. Mas esse aumento de produtividade trazia necessariamente consigo elevação de nível de vida e modificação na qualidade do padrão de vida da minoria proprietária e dos grupos urbanos profissionais e burocráticos. Dessa forma, desenvolvimento (ou melhor, *progresso* na concepção vulgar) passou a confundir-se com importação de certos padrões culturais” (FURTADO, 1971, p.227).

Daí que, nas análises de Furtado, o descompasso entre o desenvolvimento das forças produtivas nacionais e a incorporação tecnológica por meio da importação de equipamentos voltados à produção de bens de consumo típicos dos países centrais geraria um aprofundamento da situação de dependência latino-americana, repercutindo negativamente nas taxas de crescimento nacional. Assim, formar-se-ia um complexo industrial com elevado grau de modernização que, justamente em vista de seu descompasso com as necessidades básicas da sociedade nacional, seria sinônimo de atraso e subdesenvolvimento. Em suas palavras:

“O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência.

Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração” (FURTADO, 1981, p.94).

De acordo com Furtado, assim, a problemática do desenvolvimento nacional não se confundia com a questão da modernização econômica. Pelo contrário, a consolidação desta última no âmbito de uma estrutura mundial definida pela divisão entre Centro e Periferia teria como consequência o aprofundamento das desigualdades sociais e da dependência externa. O entendimento que o autor tinha do desenvolvimento negava uma identificação deste como um fator puramente técnico e econômico, trazendo à tona a dimensão política deste processo.

“O que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente. O crescimento, tal qual o conhecemos, funda-se na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização. Quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, realização de uma vontade política” (FURTADO, 1984, p.75)

Politicamente, este projeto expressava-se numa urgente defesa das ditas “reformas de base” enquanto única possibilidade de resolução da situação de subdesenvolvimento. Para Furtado, a existência de um poder público capaz de equacionar as disparidades históricas típicas das sociedades dependentes tornava-se a premissa fundamental de sua perspectiva política.

A relação intelectual estabelecida entre o CEBRAP e a escola de pensamento cepalina demonstrava um nítido esforço de revisão dessa tradição de pensamento por parte daqueles intelectuais. Na tentativa de revisar os supostos teóricos desenvolvidos pela Cepal, principalmente no que se refere à concepção de desenvolvimento, os teóricos do CEBRAP propunham um novo entendimento da questão, ressaltando a possibilidade

dos países periféricos alcançarem o desenvolvimento, mesmo sob a condição de dependência (CARDOSO e FALETTO, 1975; TAVARES e SERRA, 1983).

Como pudemos observar ao longo da pesquisa, são diversas as referências críticas dos intelectuais cebrapianos relacionadas à perspectiva nacional-desenvolvimentista da Cepal. Essas críticas foram uma tentativa de desarmar teoricamente o nacional-desenvolvimentismo em todas as suas versões, mas centrou-se principalmente na negação da teoria de Celso Furtado. Pudemos perceber que, das diversas vertentes que vigoraram no âmbito do pensamento cepalino, foram justamente as formulações mais críticas de Celso Furtado – aquelas que vigoraram posteriormente à crise dos anos 1960 – que constituíram os alvos mais fortes das críticas dos intelectuais cebrapianos. Isso se expressou, por exemplo, no artigo escrito em 1969 por Maria da Conceição Tavares e José Serra, intitulado “Além da Estagnação”, o qual expressava uma refutação da teoria de Celso Furtado e que se tornou uma importante referência para os intelectuais cebrapianos.

A crítica assim estabelecida à Cepal, tinha como eixos: o questionamento ao “estagnacionismo”, a negação da idéia de que a dependência externa não poderia conviver com o desenvolvimento, a recusa ao nacionalismo e, principalmente, a revisão da noção de *desenvolvimento nacional* contida na teoria de Furtado. Para os teóricos cebrapianos, a problemática do desenvolvimento aparecia identificada com a problemática da acumulação capitalista; daí a recusa de uma concepção segundo a qual o desenvolvimento deveria estar vinculado à consolidação de um sistema econômico nacional voltado ao atendimento das necessidades do conjunto da população. Sob tais parâmetros teóricos, a chamada “teoria da dependência” na versão de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, tal como o artigo de Tavares e Serra acima citado, sintetizaram os marcos do debate sobre o modelo de desenvolvimento tornado hegemônico no CEBRAP. Como veremos no segundo capítulo, foi a partir da discussão das possibilidades políticas abertas pelo “desenvolvimento dependente e associado” que os intelectuais cebrapianos completaram o movimento de ruptura teórica com Celso

Furtado, abrindo caminho para um profundo isolamento e neutralização da problemática do *desenvolvimento nacional* mobilizada por este autor.

b.2) A negação das teses do Partido Comunista Brasileiro

No cenário político brasileiro, os primeiros a se esforçarem na direção de captar o padrão particular de capitalismo que aqui se colocava, sob a perspectiva marxista, foram os dirigentes do Partido Comunista Brasileiro. Os textos e análises do partido procuravam compreender a correlação de forças da sociedade brasileira no sentido de encontrar o caminho adequado para conduzi-la ao socialismo. E era em meio a esse dilema político, amplamente influenciado pelas diretrizes do Bureau Sul-Americano da Terceira Internacional Comunista, que se chegava à conclusão de que, antes do socialismo, era imprescindível que os países periféricos passassem por uma *revolução democrático-burguesa* que romperia a opressão imperialista e permitiria a superação da fase “semi-feudal” em que supostamente se encontravam esses países.

Esta problemática alcançou seu auge nas décadas de 1950-1960, quando a ela se agregaram as questões do capital internacional e do imperialismo. O raciocínio era o seguinte: essa revolução democrático-burguesa era nacional e democrática. Para afirmar-se, ela tinha de conter o papel do imperialismo como força sustentadora dos setores exportadores oligárquicos e antiindustrialistas, os quais eram responsáveis pela manutenção de relações de produção tipicamente “feudais” nas sociedades periféricas. Daí que, dadas as particularidades destas elites conservadoras, era necessário realizar uma revolução burguesa que caminhasse no sentido da conclusão da etapa capitalista da sociedade, para somente depois avançar rumo às mudanças protagonizadas pela luta dos trabalhadores. De modo que a estratégia política adotada pelo partido, orientada pela necessidade do desenvolvimento das forças produtivas nacionais, defendia como tática a aliança dos trabalhadores do campo e da cidade com a burguesia industrial nacional, a qual deveria constituir-se na principal classe articuladora da revolução burguesa em vista de seu antagonismo em relação ao imperialismo e ao latifúndio feudal. Conforme

expresso no documento apresentado no âmbito do V Congresso do PCB, realizado em 1960²⁰:

“A contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, é também uma contradição fundamental da sociedade brasileira. Mas esta contradição não exige solução radical e completa na atual etapa da revolução, uma vez que, na presente situação do país, não há condições para transformações socialistas imediatas. Em sua atual etapa, a revolução brasileira é anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. São suas tarefas essenciais: A completa liberação econômica e política da dependência em relação ao imperialismo, o que exige medidas radicais para eliminar a exploração dos monopólios estrangeiros que operam no país, principalmente os norte-americanos. A transformação radical da estrutura agrária, com a eliminação do monopólio da propriedade da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifúndios como classe”

No interior desta problemática em torno do caráter da revolução brasileira uma voz discordante em relação às teses do PCB surgiu no interior do próprio partido. Caio Prado Junior foi o autor que refutou a interpretação oferecida pelo partido²¹, apontando para o sentido colonial da nossa história que, ao seu ver, resultava no comprometimento de todo o tecido social. Em sua obra *A Revolução Brasileira*, Caio Prado Jr. (1968) sintetizou suas críticas às concepções em voga no PCB, as quais estariam baseadas em “(...) conceitos rígidos e dogmaticamente estabelecidos, isto é, decalcados nos textos clássicos e

²⁰ Fonte: *PCB: vinte anos de política 1958-1979 - Documentos*. São Paulo: Liv. Edit. de Ciências Humanas, 1980.

²¹ Aqui é importante lembrar que alguns intelectuais trotskistas como Mário Pedrosa e Lívio Xavier, organizados em torno da Liga Comunista Internacionalista (LCI) já no início dos anos 1930, arremataram uma severa crítica às diretrizes políticas do PCB. Em seu *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, os autores analisam as condições históricas da introdução do capitalismo na formação social brasileira. No entanto, por se tratar de um “esboço” (como o próprio título diz) podemos dizer que Caio Prado Junior foi o autor que conseguiu sistematizar de modo mais profundo as críticas ao partido. Ainda que essas críticas de Caio Prado Jr. já estivessem presentes em seu livro *Evolução Política do Brasil*, publicado em 1933, é no livro *A Revolução Brasileira*, publicado em 1966, que Caio Prado sistematiza as críticas à tese da pecebista da “revolução antiimperialista e antifeudal”, propugnada pelo partido a partir da Declaração de março de 1958. Para presente pesquisa, nosso interesse estará mais voltado ao momento no qual o PCB adota essa nova orientação política. Para uma discussão sobre a importância das teses de Mário Pedrosa e Lívio Xavier, cf. CASTRO, R. F. “Os intelectuais trotskistas nos anos 1930”. In: REIS FILHO, D. A. (org.) *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

admitidos *a priori* sem maior crítica e confronto com a nossa realidade, a fim de nesses conceitos petrificados e hieráticos ajustar os fatos observados” (p.42).

A fonte de equívocos gerada por esta generalização do caso europeu para os países da América Latina desconsiderava a particularidade de nossos problemas históricos que, segundo Caio Prado Jr., emergiam da contradição entre o nosso passado colonial e o futuro nacional. Num resgate original e sistemático da História brasileira, desde seu período colonial até a sua contemporaneidade, o autor demonstrou as principais fragilidades de uma economia que não conseguiu colocar-se sob bases nacionais e autônomas, apontando para a debilidade e instabilidade que marcaram seu processo de mercantilização. Ao sintetizar as circunstâncias históricas de formação dos mercados periféricos, Caio Prado explicava que tanto a volatilidade típica dos capitais internacionais quanto a existência de uma parte considerável da população que se encontrava permanentemente marginalizada do mercado de trabalho eram fatores de bloqueio à solidez do processo de acumulação no interior dessas economias. De modo que a condição do subdesenvolvimento seria caracterizada justamente pela vulnerabilidade dos ditos países periféricos em relação aos grandes capitais internacionais e pela conseqüente impossibilidade destes de controlar sua própria história.

Em suas palavras:

“Não se podem considerar os países subdesenvolvidos simplesmente como um vácuo ou semivácuo capitalista, cuja capacidade de absorção de inversões providas do centro do sistema seria dada pelo grau de subdesenvolvimento deles e pela diferença quantitativa de progresso econômico que os separa dos países desenvolvidos. O subdesenvolvimento, embora se exprima geralmente, mas não sempre, por índices muito baixos de progresso econômico e de renda nacional, implica mais que essa simples insuficiência de progresso. Envolve sobretudo a posição periférica e complementar que certos países ocupam no sistema do capitalismo. É essa posição que faz deles países subdesenvolvidos e os caracteriza como tal. E é assim somente com a consideração dessa circunstância que se poderá verificar a maneira pela qual uma economia subdesenvolvida reage em face das inversões exteriores nela realizadas, permitindo com isso determinar os limites que se impõem a tais inversões” (PRADO Jr., 1957, p.190).

Era no esforço de compreender as particularidades da condição de subdesenvolvimento e o sentido histórico que ele adquiria que Caio Prado Jr. inaugurava uma tradição de pensamento marxista especificamente latino-americana (RICUPERO, 1998). Sua obra expressava uma preocupação em caracterizar os desequilíbrios sociais decorrentes da inserção subordinada dos países periféricos no mercado mundial. Como aponta Sampaio Jr. (1999), a noção de *incerteza estrutural* sintetiza o entendimento de Caio Prado Jr. em relação às economias periféricas, à medida que esta idéia “nos permite caracterizar de maneira mais adequada a extrema vulnerabilidade das economias subdesenvolvidas frente às vicissitudes da economia internacional e a influência desestabilizadora desta situação sobre a conjuntura mercantil e as correspondentes formas de organização da produção” (p.107).

No âmbito do CEBRAP a crítica de Caio Prado Jr. ao PCB foi incorporada no que se refere à compreensão do caráter particular do capitalismo que aqui se edificava desde o período colonial, como podemos perceber na tese de doutorado desenvolvida por Fernando Novais em 1973 intitulada *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*²². Também a ideia de Caio Prado Jr segundo a qual a burguesia brasileira não se caracterizava como uma típica “burguesia nacional” interessada na condução de um processo de desenvolvimento autônomo foi compartilhada e desenvolvida no interior do CEBRAP, principalmente por Fernando Henrique Cardoso em seu livro *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1964).

No entanto, em nosso entendimento, a concepção política de Caio Prado Jr, segundo a qual os processos de modernização e industrialização brasileiros, em associação com os capitais estrangeiros, teriam reforçado e renovado, sob outros patamares, a estrutura colonial de nossa economia parece ter sido amplamente refutada no interior do CEBRAP. Como afirmou Mantega (1984), discordando das teses de Caio Prado Jr, a associação com os capitais estrangeiros no investimento interno favoreceria o processo de desenvolvimento, uma vez que a indústria brasileira seria capaz de se auto-impulsionar com o apoio do imperialismo. Para este autor, apesar de ser necessário

²² Cf. NOVAIS (1983).

reconhecer a Caio Prado Jr. o pioneirismo da crítica às teses do PCB e da afirmação da particularidade do desenvolvimento do capitalismo em países de extração colonial, como o Brasil, é também importante “superar” as idéias políticas deste autor, principalmente no que se refere a sua refutação radical da associação com o imperialismo. Em seu artigo “Marxismo na Economia Brasileira”, Mantega (1995) propõe que a obra madura de Caio Prado Jr. seja classificada no âmbito do que denomina “materialismo funcionalista”, juntamente a Celso Furtado, Ignácio Rangel, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. O grupo que lograria a superação dessa abordagem, classificado como porta-voz do “materialismo dialético”, do qual ele próprio era parte, seria justamente o grupo que iria conformar o CEBRAP.

Para o presente texto, cabe considerar que no interior do CEBRAP teve lugar uma crítica significativa à perspectiva pradiana do *desenvolvimento nacional*. Tal como Furtado, Caio Prado acreditava que a problemática do desenvolvimento em países como o Brasil assumia uma dimensão anti-social quando subordinada aos ditames do imperialismo. A questão da autonomia nacional permanecia viva nos textos de Caio Prado e no programa esboçado em *A Revolução Brasileira*. O autor acreditava que somente restringindo a relação com o imperialismo (impedindo a entrada das multinacionais e a remessa de lucros) seria possível quebrar com o estatuto colonial de nossas economias. Enquanto isso, no interior do CEBRAP tornou-se hegemônico o entendimento de que o chamado “capitalismo associado” poderia impulsionar o desenvolvimento e abrir caminho para um novo tipo de relação – mais solidária – entre países centrais e periféricos.

Aqui vale considerar que embora essa crítica não tenha sido feita de forma direta e sistemática a Caio Prado Jr., acreditamos que ela ocorreu nas entrelinhas dos textos dos principais membros do CEBRAP. Ainda que possamos encontrar uma grande quantidade de elogios à capacidade analítica de Caio Prado Jr. nos escritos cebrapianos, principalmente no que se refere às críticas que o autor empreendeu ao PCB, percebemos que sua perspectiva política não foi incorporada pelo Centro. Pelo contrário, questões amplamente tratadas pelo autor como a *estreiteza do mercado interno brasileiro*, a *instabilidade crescente das economias dependentes*, a *volatilidade dos investimentos*

internacionais, a precariedade do processo de mercantilização das economias periféricas e a tendência cada vez mais acentuada à perpetuação de indicadores sociais precários no que se refere à classe trabalhadora no interior desses países foram sistematicamente negadas pelas teses dos teóricos cebrapianos²³.

b.3) a contraposição ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros

O ISEB foi um instituto de pesquisa criado em 1955 que tinha por objetivo irradiar a discussão sobre o nacional-desenvolvimentismo a partir de estudos político-sociais provenientes de diversas áreas do conhecimento, como a Sociologia, a História, a Economia e a Política. A instituição era vinculada ao Ministério da Educação e Cultura e reunia intelectuais que tinham em comum o trabalho orientado à produção científica e à pesquisa teórica.

O fundamento das pesquisas realizadas no âmbito do ISEB consistia na subordinação destas ao projeto de desenvolvimento nacional levado a cabo principalmente pelo governo Juscelino Kubitschek²⁴. A justificação teórica do projeto desenvolvimentista levado a cabo por este governo tornou-se um dos principais intuítos dos intelectuais reunidos em torno do ISEB. Como aponta Toledo (1977)

“A necessidade de forjar uma ideologia que promova e incentive o desenvolvimento – presente em todos os ‘isebianos históricos’ (G. Ramos, C. Mendes, H. Jaguaribe, R. Corbisier, Vieira Pinto, com exceção de Nelson Werneck Sodré) – se explicará em função das possibilidades contidas no processo histórico das nações subdesenvolvidas onde já se instalaram efetivas condições para aquele processo de desenvolvimento. (...) A ideologia do desenvolvimento é necessária porque atualmente se tornou possível constituí-la” (p.36).

²³ No segundo capítulo de nossa dissertação, no qual discutiremos a questão do modelo de desenvolvimento no debate cebrapiano, ficará mais explícita a divergência que se edificou no âmbito do CEBRAP no que se refere à perspectiva pradiana de desenvolvimento.

²⁴ Apesar de sua criação ter se dado sob o governo Café Filho foi durante o governo JK que a instituição adquiriu um grande dinamismo e projeção.

Partindo do suposto de que setores intelectualidade e do empresariado industrial detinham as condições de estabelecer e difundir tal ideologia do desenvolvimento²⁵, os membros do ISEB propunham como tática a inserção no aparelho estatal, por meio da qual conseguiriam garantir uma maior influência na esfera de poder. Para esses intelectuais, o Estado deveria ser o agente condutor do processo de desenvolvimento econômico. Como aponta Ianni (2004):

“Dentre as condições institucionais do desenvolvimento capitalista almejado para o Brasil de então, ressalta o papel do Estado. Mas o Estado não se apresenta aí apenas como um produto ou componente da sociedade civil. No modelo isebiano ele aparece como uma instituição privilegiada, um tanto independente da sociedade civil, à qual parece impor-se desde cima. É a partir dessa perspectiva que se coloca a possibilidade e a importância do planejamento estatal da economia” (p.257).

Tal planejamento, na concepção do ISEB, deveria colocar o Estado a serviço da burguesia industrial, a qual aparecia naquele momento já plenamente associada ao capital monopolista. Era em nome do desenvolvimento econômico levado a cabo pelos chamados setores “modernos” da nação – compostos pela burguesia industrial, pelas classes médias produtivas e por alguns setores do proletariado - que se propunha a ação política estatal, a qual deveria assegurar o máximo poder de investimento, a crescente produtividade do capital e do trabalho e o “engrandecimento da nação”, na palavras de Hélio Jaguaribe (1958). De acordo com esta concepção, o desenvolvimento deveria lograr, em termos capitalistas, a superação da *alienação* a que estavam submetidas as nações subdesenvolvidas em relação aos países centrais e desenvolvidos.

“Em outras palavras, o desenvolvimento econômico, realizado em moldes nacionalistas, representaria o fim do estado de alienação na medida em que a nação – e *todos os seus*

²⁵ Segundo Álvaro Vieira Pinto (1960): “a ideologia deve surgir da meditação de um grupo de sociólogos, economistas e políticos que, superando o plano restrito de suas especialidades, se alcem ao pensar filosófico, por via da compreensão das categorias reais que configuram o processo histórico e acompanham o projeto de modificação das estruturas fundamentais da nação” (p.49).

grupos sociais – capturariam a sua essência ou ‘o ser histórico’ até então possuído pelas nações metropolitanas ou desenvolvidas” (TOLEDO, 1977, p.76, grifos nossos).

Esse entendimento da *questão nacional*, como pudemos observar, era portador de uma visão segundo a qual não caberia qualquer papel político às classes sociais dominadas, ou seja, aos trabalhadores. Se no plano das relações internacionais a inserção subordinada do Brasil justificava o entendimento deste país enquanto um “proletariado externo”, no plano interno perdia-se de vista a dominação de classe enquanto fator determinante da dependência entre explorador e explorado, dissolvendo-se esta relação na contraposição abstrata entre nações centrais x nações periféricas (TOLEDO, 1977, p.71; IANNI, 2004).

Dessa forma, ainda que o desenvolvimento fosse colocado sob a base de uma concepção *nacionalista*, foram diversos os membros da instituição que passaram a aceitar a possibilidade de uma aliança com o capital internacional. Tendo como principal objetivo o desenvolvimento acelerado do capitalismo privado, fosse ele nacional ou estrangeiro, o ISEB corporificava teoricamente a hegemonia política e econômica da burguesia industrial ascendente no período do governo JK. Nas palavras de Jaguaribe (1958):

“A tese central do nacionalismo desenvolvimentista é a de que a promoção do desenvolvimento econômico e a consolidação da nacionalidade constituem dois aspectos correlatos do mesmo processo emancipatório. Para levá-lo avante, preconiza-se a mobilização da consciência nacional no sentido do desenvolvimento e dos esforços pelo mesmo requeridos e a adoção da programação global como técnica para atingir a máxima e ótima utilização dos fatores disponíveis.

O nacionalismo desenvolvimentista *não se opõe ao capital estrangeiro*, como tal, mas apenas à tendência de se lhe entregar a função mais dinâmica do desenvolvimento ou de se permitir que, pelo controle de setores econômicos estratégicos e sobretudo de recursos naturais, possa o capital estrangeiro opor-se ou dificultar a utilização ótima dos recursos nacionais” (p. 208-209, grifos nossos).

O Golpe de Estado de 1964 encerrou o ciclo nacional-desenvolvimentista preconizado pelos intelectuais isebianos. A articulação de poder decorrente deste golpe

evidenciou uma profunda cisão entre o poder econômico, dominado pelas transnacionais, e o poder político assentado nas bases do nacional-desenvolvimentismo. A vitória do grande capital em todos os planos e sua articulação íntima com o imperialismo pôs por terra o modelo isebiano de contraposição entre nações centrais e periféricas. Nas palavras de Ianni (2004):

“Na medida em que o poder estatal adquiriu o dinamismo desenvolvimentista preconizado no modelo neobismarckiano, o que ocorreu foi um crescente comprometimento do Estado com o capital monopolista. Por isso venceu a grande burguesia. Foi a grande burguesia que se beneficiou do tipo de hipertrofia do poder estatal – com o seu planejar, executar e controlar – que o modelo preconizou” (p.259).

No plano do embate ideológico que aqui nos interessa, a contraposição dos intelectuais do CEBRAP em relação aos isebianos deu-se a partir da construção de uma concepção crítica ao nacional-desenvolvimentismo que pusesse por terra a idéia de um desenvolvimento nacional e autônomo para o caso brasileiro. Devemos ressaltar que essas críticas vinham inseridas numa tentativa de distanciamento dos intelectuais cebrapianos com relação à postura que consideravam “ideologizante” do ISEB. Como lembra Arruda (2001):

“A rejeição às reflexões do ISEB resultava de posturas em prol do verdadeiro conhecimento, contra posições de natureza ideológica. (...) Os professores da Universidade de São Paulo dialogavam norteados por padrões de exigência acadêmica, em contraposição aos isebianos” (ARRUDA, 2001, p.359).

Também Fernando Henrique Cardoso, em entrevista realizada em 1981 afirmava com respeito ao CEBRAP:

“A preocupação central era com o discurso científico, procurando afastar-se da ‘ideologia’, enfatizando a pesquisa empírica. Uma espécie de ‘anti-ISEB’ tanto no sentido de se opor a um grupo disseminador de ideologia como numa postura universalista que não aceitava as

versões de uma ciência nacionalista proposta por alguns membros do ISEB” (CARDOSO, *apud* SORJ, 2001, p.14).

Era em vista à formulação de um conhecimento científico “eticamente neutro”, não diretamente vinculado a um projeto de classe, que o CEBRAP procurou distanciar-se tanto de instituições vinculadas ao aparelho estatal, como era o caso do ISEB, quanto de formulações teóricas que incorporavam profundamente a questão do socialismo e da emancipação da classe trabalhadora. Assim, a produção do conhecimento ali desenvolvida procurava diferenciar-se pela marca da “cientificidade”, o que apareceu de forma mais nítida no seguinte trecho de Sorj (2001):

Ao não assumir a postura de “procurador” ou porta-voz da classe operária, do povo ou da nação, o Cebap distancia-se claramente tanto da tradição leninista como isebiana, refletindo uma postura mais “moderna”, na qual cada classe, grupo ou movimento social teria uma capacidade própria de representação. Assim, num contexto em que amplos setores da intelectualidade estavam engajados na resistência ao regime militar e na defesa de valores democráticos e de justiça social, o Cebap não pretendeu em momento algum se transformar em centro formulador de doutrinas ou ideologias, sendo seu impacto político dado pela capacidade de oferecer sólidas análises do contexto social e político do país. (p.28)

Interessante pontuarmos que, apesar da postura “científica” e pretensamente distanciada da disseminação de “doutrinas” e “ideologias”, a produção intelectual cebrapiana não esteve alheia a um alinhamento político-partidário a partir da segunda metade dos anos 1970. O que demonstrava que a suposta “neutralidade ética” de seus intelectuais também produzia suas políticas públicas e que o “distanciamento acadêmico” a que se propunham trazia atrás de si disputas fundamentais entre diferentes projetos políticos.

b.4) o CEBRAP e os intelectuais “contrários à ordem”

Neste ponto de nosso trabalho a proposta é discutir um pouco a relação que os intelectuais reunidos em torno do CEBRAP constituíram com alguns intelectuais que foram extremamente relevantes do ponto de vista da produção teórica de esquerda entre os anos 1970 e 1980 e que, no entanto, foram alvos de duras críticas por parte dos cebrapianos. Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra eram intelectuais que participaram intensamente do debate sobre o capitalismo dependente brasileiro nos anos 1970 de um ponto de vista crítico ao nacional-desenvolvimentismo dominante nas fileiras da CEPAL e do PCB. Tinham em comum a militância na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP)²⁶, a partir da qual esforçavam-se por vincular a teoria à prática política.

A vertente analítica inaugurada por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra nos estudos sobre a dependência manifestou de forma mais explícita a intenção de se construir uma análise das economias latino-americanas com base na teoria marxista. Daí a designação de “teóricos marxistas da dependência” para a vertente consolidada por este grupo²⁷.

Marcados fortemente pelo contexto político em que foram produzidos os primeiros escritos sobre a dependência, expressavam em sua obra a disputa ideológica que se dava no interior da esquerda latino-americana, pautada entre a aposta reformista e o caminho da revolução socialista para a região.

O dilema vivenciado pelos países latino-americanos e o desfecho de grande parte dos processos políticos em golpes militares ditatoriais punha na ordem do dia o tema da revolução socialista. Foi nesse processo que uma série de intelectuais e de setores da

²⁶ É interessante pontuar que a ORM- POLOP, fundada em 1961, teve como membro fundador o cebrapiano Paul Singer. Porém logo após a fundação, ainda na primeira metade dos anos 1960, Singer deixa a organização e dedica-se à construção do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

²⁷ Para um estudo mais aprofundado sobre a vertente marxista da teoria da dependência, cf. tese de mestrado de BICHIR, M. *A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da dependência*. Dissertação de mestrado. UNICAMP, 2012.

classe trabalhadora se organizaram no sentido de construir alternativas de combate à ordem capitalista. Como aponta D'Avila Filho (2009):

“No período entre os anos 1960 e 1980, na América Latina, é forjado um conjunto de intelectuais que produziram suas obras à luz de um momento no qual a utopia humana da construção de um novo mundo, o do socialismo, liberto das amarras opressoras do capitalismo, se apresentava tanto como uma tarefa não somente realizável quanto, muitas vezes, imediata. (...) Ruy Mauro Marini pertence integralmente a este tempo” (p.8).

Teoricamente, podemos dizer que os autores tinham em comum um entendimento de que a consolidação do chamado “capitalismo dependente” latino-americano fora resultado de um processo contra-revolucionário, no qual ter-se-ia consolidado uma economia “moderna”, sem no entanto modificar a relação subordinada dos países latino-americanos em relação aos chamados países do capitalismo central. Pelo contrário, segundo os autores, o avanço do processo de industrialização dirigido pelos grandes conglomerados internacionais *aprofundaria* a condição de dependência, rearticulando em nível internacional uma divisão do trabalho absolutamente desvantajosa do ponto de vista dos países dependentes.

Frente a essa condição, as burguesias latino-americanas concorreriam para o aprimoramento de mecanismos que ampliassem sua vantagem econômica. Impossibilitadas de fazer frente aos capitais internacionais e optando por um papel de “sócios-menores” do capitalismo dependente, essas burguesias buscariam ampliar ao máximo a exploração da força de trabalho, intensificando o ritmo do trabalho, prolongando a jornada e remunerando o trabalhador *abaixo de seu valor*, ou seja, abaixo do necessário para sua própria subsistência. Nesse sentido, a chamada *superexploração da força de trabalho* tornar-se-ia uma questão *estrutural* à manutenção do capitalismo dependente, mesmo em sua fase mais “modernizada” e “avançada”. O que trazia para a análise da particularidade do capitalismo brasileiro a identificação entre a condição de *dependência* e a necessária relação de *subordinação* frente aos países capitalistas hegemônicos.

Ao defender a tese da superexploração, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra iniciaram uma polêmica aberta com um dos principais intelectuais do CEBRAP, Fernando Henrique Cardoso, o qual havia defendido, em livro escrito com Enzo Falletto em 1968, a tese segundo a qual o período da “internacionalização dos mercados” teria aberto novas e melhores possibilidades de desenvolvimento às economias latino-americanas.

Já no interior do CEBRAP, no ano de 1978, Cardoso publicou um artigo, juntamente ao cebrapiano José Serra²⁸, no qual tentou construir uma *negação radical* das teses de Ruy Mauro Marini apresentadas em seu *Dialética da Dependência*, publicado em 1973. Os contornos ofensivos dos termos utilizados pelos autores na crítica a Marini bem demonstravam que o terreno no qual se estabeleceria o debate não estaria marcado pelo diálogo, mas por uma postura agressiva e fechada. Designando Marini ora por “voluntarista político suicida”, ora por homem de “imaginação adulteradora” e “escravo de idéias defuntas”, Serra e Cardoso explicitavam seu objetivo de “colocar trancas” na teoria elaborada pelo autor, que segundo eles “faz renascer um Frankenstein com *appel* político (...)” (p.37).

A negação da tese defendida por Marini, Theotônio e Bambirra assumiu uma dimensão hegemônica no interior do CEBRAP. Pudemos encontrar duras críticas aos autores em diversos textos cebrapianos, por exemplo, em Tavares e Serra (1983); Mantega (1984, 1995), Singer (1976). Além disso, devemos lembrar que, no âmbito da polêmica direta estabelecida entre Marini e Cardoso/Serra, o artigo de Marini escrito como resposta às críticas daqueles autores sequer foi publicado pelo CEBRAP, permanecendo por muitos anos indisponível na língua portuguesa²⁹.

Disso podemos concluir que, apesar dos autores cebrapianos se reconhecerem enquanto um *grupo* em vista do caráter opositor ao regime e crítico ao nacional-desenvolvimentismo presente na CEPAL, ISEB e PCB, um terceiro elemento definidor daquele coletivo explicitava-se: a negação radical das teses da superexploração da força

²⁸ Cf. CARDOSO, F.H. e SERRA, J. “As desventuras da Dialética da Dependência”. *Estudos CEBRAP*, n.23, 1978.

²⁹ A resposta de Marini só foi publicada no Brasil em 2000. Cf. MARINI, R.M. “As razões do neodesenvolvimentismo”. In: MARINI, R.M. *Dialética da dependência* – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

de trabalho e do subimperialismo presentes nas formulações de Marini, Santos e Bamberger. Em nosso entendimento, a dimensão teórico-política do trabalho desses autores, apontando para a necessidade de uma ruptura com o capitalismo dependente, encontrou uma forte barreira no interior do CEBRAP.

Por outro lado, podemos ressaltar a relação no mínimo ambígua dos teóricos cebrapianos com autores como Florestan Fernandes e Octávio Ianni, que em nosso entendimento também traziam em suas análises uma dimensão de ruptura com a ordem do capitalismo dependente. No caso de Florestan Fernandes, seus textos posteriores a 1967 apresentavam de modo mais explícito uma perspectiva de ruptura com a ordem capitalista. Em 1975, a publicação do livro *A Revolução burguesa no Brasil* sistematizava o pensamento do autor e sua visão radicalmente crítica do processo de consolidação do capitalismo dependente brasileiro nos marcos de uma articulação de poder contra-revolucionária. Acreditamos mesmo que esta obra tenha sido escrita como uma crítica à concepção inaugurada por Cardoso e Faletto.

A perspectiva de Fernandes, contrária ao otimismo de Cardoso e Faletto no que se refere à “modernização” das economias latino-americanas, revelava que a especificidade do processo de revolução burguesa no Brasil havia conformado uma classe burguesa incapaz de conciliar soberania nacional e democracia. A subordinação da nossa classe dominante aos ditames das burguesias dos países centrais teria como desdobramento interno o *caráter autocrático* no trato com as classes subalternas. Se por um lado esse padrão de desenvolvimento possibilitaria o alcance de certos níveis de crescimento econômico, por outro encerraria um modo de relação entre as classes rígido, pouco dinâmico e extremamente violento. O *medo-pânico* das burguesias dependentes com respeito a qualquer manifestação política das classes subalternas bem demonstraria, segundo Fernandes, que a modernização do capitalismo brasileiro não tinha (nem poderia ter) como contrapartida uma melhora significativa do padrão de vida das classes subalternas. Pelo contrário, o desfecho da nossa Revolução Burguesa se daria nos marcos de um processo contra-revolucionário: a partir de golpes militares que se espalharam por toda a região latino-americana nas décadas de 1960 e 1970.

Nesse sentido, frente ao caráter “anti-nacional, anti-social e anti-democrático” inerente às burguesias dependentes, impossível seria pensar num “capitalismo melhorado” para os países latino-americanos, segundo Fernandes. Refutando abertamente tanto a perspectiva nacional-desenvolvimentista quanto as teses modernizadoras que viam na associação ao capitalismo internacional a melhor forma de se alcançar o desenvolvimento, o autor apontava para a “revolução contra a ordem” a partir “de baixo” a única possibilidade de superação do capitalismo dependente.

Politicamente, as teses defendidas por Florestan Fernandes tornavam-se cada vez mais incompatíveis com as formulações desenvolvidas no interior do CEBRAP, em que vigoravam posições claramente adeptas a uma perspectiva social-democrata. Apesar de Florestan ter sido professor de grande influência sobre parte significativa daqueles intelectuais – principalmente Fernando Henrique Cardoso – é possível perceber um isolamento de sua obra no âmbito do Centro. Sintoma disso é o fato de *nunca* ter sido publicado, no interior das revistas e periódicos do CEBRAP, um texto de Fernandes.

Algo parecido acontecia em relação a Octávio Ianni. Apesar deste intelectual ter composto o CEBRAP nos primeiros anos de funcionamento da instituição, logo se desligou por conta das divergências teóricas e políticas (principalmente com Cardoso). Uma delas, como aponta Sorj (2001), era a discordância que Ianni tinha em relação às fontes de financiamento do CEBRAP, que havia recorrido à Fundação Ford para tal. Como aponta o próprio Cardoso em entrevista concedida na ocasião dos 40 anos do CEBRAP:

“(...) ele [Octávio Ianni] nunca se integrou propriamente, primeiro porque sempre teve muitas resistências ideológicas quanto ao financiamento da Fundação Ford. E também porque ele tinha uma visão... Não quero ser injusto, mas eu diria uma visão mais mecânica do processo histórico; a forma como ele assimilou a leitura do Marx no Seminário foi menos matizada” (MONTERO; MOURA, 2009, p.39).

Teoricamente, Ianni alinhava-se mais com a perspectiva de rompimento com o capitalismo dependente que aqui se edificava³⁰. Aproximando-se de Fernandes em sua análise sobre o golpe de 1964, por exemplo, o autor afirmava seu caráter contra-revolucionário, aproximando-o inclusive com o modelo fascista. Como atesta Silva (2003):

“Para Ianni, o golpe militar consolidava uma ditadura de vocação fascista no país, que levaria ao permanente subdesenvolvimento nacional; em Cardoso, ao contrário, teria ocorrido a passagem de uma democracia representativa para um regime autoritário-burocrático, havendo a possibilidade de se realizar o desenvolvimento capitalista com dependência ao capital internacional” (p.38).

Tal incompatibilidade de interpretações, ao longo dos anos, transformou-se em antagonismo teórico e político. Ainda que a relação de Cardoso com Fernandes e Ianni se desse de uma forma mais diplomática (em comparação ao tratamento que tiveram Marini, Santos e Bambirra), percebemos que seus posicionamentos, a partir de determinado momento, tornaram-se incompatíveis com aquela que consideramos a *linha política* hegemônica do CEBRAP. Daí que o Centro tenha contribuído, em nosso entendimento, para um sistemático *isolamento teórico e político* desses autores.

Aqui, cabem algumas considerações. Apesar do CEBRAP ser reconhecido geralmente como uma instituição de pesquisa que aglutinava uma pluralidade de intelectuais opositores ao regime, vimos acima que havia uma certa *seletividade* no que se refere à linha política desses intelectuais. O isolamento e a estigmatização de certos autores no interior do CEBRAP foi muitas vezes levada a cabo de uma maneira sistemática, orientando-se para a *neutralização* de certos posicionamentos políticos. A não publicação das respostas de Marini no debate com Cardoso, por exemplo, e a omissão frente às publicações de Florestan Fernandes, bem demonstravam que no interior daquele grupo

³⁰ Em outro trecho da entrevista de Cardoso, fica evidente o estranhamento de Ianni com relação a suas posições teóricas: “(...) mesmo o capitalismo industrial vindo de fora pode estabelecer uma relação dinâmica com o país, quando esse capital, investido na produção de bens, realiza seu ciclo ao vender para o mercado interno. (...) Quando eu disse isso num seminário no México, o Octavio Ianni quase me matou: achou que eu estava aderindo ao regime militar. Eu não estava aderindo a nada: estava dizendo que havia crescimento, embora me repugnassem as formas políticas autoritárias” (MONTERO; MOURA, 2009, p.31)

havia um posicionamento político específico, por meio do qual aqueles intelectuais buscavam consolidar o campo teórico e político da social-democracia para o Brasil. No próximo item de nosso trabalho, trataremos do modelo de desenvolvimento defendido no âmbito do CEBRAP, a partir do qual se equacionou uma crítica tanto aos teóricos nacional-desenvolvimentistas, quanto aos pensadores que se colocavam no campo da “revolução contra a ordem”.

Capítulo 2 – O modelo de desenvolvimento cebrapiano – interdependência e capitalismo associado nos marcos do “desenvolvimento possível”

No presente capítulo nosso objetivo será expor e analisar criticamente o debate cebrapiano sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro nos anos 1970 e 1980. Considerando as problemáticas teóricas que sustentaram a interpretação cebrapiana, encontramos no debate acerca do desenvolvimento um dos pilares fundamentais daquela que aqui consideramos a *linha diretiva* de pensamento daquele grupo. Se no âmbito da política a referência ao processo de transição democrática adquiriu proeminência no interior da instituição (como veremos no capítulo 3), no âmbito econômico tratava-se de acertar as contas com as interpretações hegemônicas na década de 1960 (principalmente com aquele que denominamos *campo nacional-desenvolvimentista*), edificando uma nova leitura do processo econômico e consolidando um eixo normativo em torno de qual *deveria ser* o modelo de desenvolvimento para o Brasil.

Na produção teórica cebrapiana da década de 1970 e início de 1980 pudemos perceber um claro esforço de seus intelectuais em vincular a análise econômica com o entendimento que se tinha da política. Como poderemos perceber ao longo da exposição, a sustentação de determinadas concepções sobre o processo político no interior do CEBRAP encontrava-se em uma relação intrincada com as interpretações sobre o modelo econômico brasileiro. Neste sentido, a composição interdisciplinar característica do Centro impulsionava uma visão da totalidade da sociedade brasileira, o que dava as bases para a conformação de um *projeto político-social*. É justamente em vista dessa característica que a articulação entre economia e sociedade aparecia sempre presente nas obras dos intelectuais cebrapianos. E é também em vista dessa característica que no presente trabalho estabelecemos o objetivo de compreender a relação entre o *desenvolvimento* e a *democracia* na concepção daqueles intelectuais.

Como pudemos observar, o debate sobre o modelo de desenvolvimento para o Brasil criou naquele grupo um campo de consenso em relação a algumas questões

fundamentais. São inúmeras as referências, por exemplo, à denominada “teoria da dependência” de Cardoso e Faletto, a qual se constituiu como antecedente fundamental e como ponto comum do entendimento cebrapiano de desenvolvimento. É por conta dessa referência que no primeiro ponto de nosso capítulo retomaremos o debate em torno da teoria da dependência, ainda que esta tenha sido elaborada poucos anos antes da fundação do CEBRAP (mais precisamente, em 1967).

Num segundo momento, discutiremos uma obra elaborada no CEBRAP no ano de 1972 e que se tornou um “clássico” da produção intelectual brasileira do período. Trata-se de “A economia brasileira: crítica à razão dualista” de Chico de Oliveira, ensaio amplamente discutido nas fileiras do CEBRAP no qual o autor critica a tradição nacional-desenvolvimentista anterior (principalmente a figura de Celso Furtado) e propõe um novo entendimento para a questão do desenvolvimento brasileiro.

Na terceira parte deste capítulo, nos voltaremos para um debate fundamental de inícios dos anos 1970: o entendimento cebrapiano acerca do “milagre econômico brasileiro” e suas conseqüências para o desenvolvimento do país. Neste ponto, o artigo produzido em 1969 por Maria da Conceição Tavares e por José Serra “Além da estagnação” consolidou um campo consensual de entendimento deste processo, solucionando do ponto de vista teórico a relação existente entre desenvolvimento e desigualdade social. Ainda que Maria da Conceição Tavares não estivesse diretamente vinculada à instituição, acreditamos que este texto, também amplamente mencionado e discutido pelos intelectuais cebrapianos, foi significativo para a consolidação de uma concepção de desenvolvimento dentre aqueles estudiosos.

Por fim, após a exposição das bases da concepção cebrapiana de desenvolvimento, teceremos alguns comentários críticos acerca do problema.

a) Antecedentes: A teoria da dependência de Cardoso e Faletto

A teoria da dependência, na versão elaborada por Cardoso e Faletto no ano de 1967, constituiu um esforço de elaboração teórica acerca dos rumos do processo de desenvolvimento brasileiro desde os anos 1930 até os 1960. Neste ponto de nosso capítulo retomaremos as bases teóricas e metodológicas do conceito de dependência, no sentido de compreender o eixo em torno do qual a problemática do desenvolvimento foi abordada posteriormente pelos intelectuais cebrapianos. Consideramos tal retomada relevante para o nosso objeto à medida que, em nosso entendimento, a denominada teoria da dependência conformou-se como o campo de debate comum no interior do CEBRAP quando o assunto era o desenvolvimento econômico do país. Ainda que *Dependência e desenvolvimento na América Latina* de Cardoso e Faletto tenha sido publicada em sua principal versão dois anos antes da fundação do CEBRAP, pensamos que é de extrema importância resgatar seus supostos teóricos e a interpretação histórica que dela derivou. Vale ressaltar que foram inúmeras as publicações no interior do Centro que aludiram à teoria da dependência e avançaram na elaboração do conceito. Além disso, podemos dizer que a teoria da dependência de Cardoso e Faletto, mais que uma simples referência que influenciou aqueles intelectuais, abriu espaço para uma nova concepção de desenvolvimento, que viria a edificar no interior daquele grupo um campo teórico quase consensual em torno do qual suas obras viriam a orbitar. É no sentido de compreender este campo que neste momento nos ateremos aos supostos básicos da teoria da dependência de Cardoso e Faletto.

a.1) – a construção conceitual da dependência

A teoria da dependência de Cardoso e Faletto inaugurou um movimento analítico marcado pelo esforço de compreender o desenvolvimento dependente a partir dos seus condicionantes políticos e sociais. Esta teoria, para o que aqui nos interessa, lançou as bases para uma concepção de desenvolvimento que rompia com a visão dominante nas

décadas de 1950 e 1960, quais sejam, as interpretações estadunidenses das “teorias da modernização” e, em contraposição a estas, as teorias nacional-desenvolvimentistas elaboradas pela CEPAL, ISEB e PCB, conforme exposto no primeiro capítulo de nossa tese. Contrapondo-se a essas leituras, Cardoso e Faletto lançaram sua obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, a partir da qual intentaram demonstrar as *possibilidades* do desenvolvimento econômico nos países da América Latina a partir de suas especificidades históricas e estruturais. Segundo esta interpretação, a dinâmica do atraso econômico deveria ser buscada nas fragilidades e potencialidades *internas* do sistema político e social, ao contrário das interpretações que supunham que este atraso era fruto de “condicionantes externos” à nossa economia.

Tratava-se de repensar a problemática sociológica do desenvolvimento a partir de um enfoque analítico que integrasse a análise econômica à social, incorporando na discussão do desenvolvimento as peculiaridades de cada país. Esse universo metodológico introduzia uma forma de análise na qual o trato da totalidade social dar-se-ia por meio da “análise concreta das situações concretas”, entendida esta enquanto o conjunto das “relações e determinações recíprocas” entre o eixo socioeconômico e a estruturação do sistema de poder no âmbito das nações dependentes.

O processo histórico, nessa visão, deveria ser concebido enquanto um processo de transformação estrutural no qual a luta social seria o componente dinâmico da mudança. No entanto, essa luta dar-se-ia em um *marco estrutural específico*, sendo que nem todas as alternativas seriam socialmente viáveis. Caberia à análise social, nesse sentido, “identificar as possibilidades estruturais de mudança, apontando com precisão as alternativas à dependência existentes num dado momento histórico” (CARDOSO e FALETTTO, 1975).

Com isso, era lançado o eixo sobre o qual girariam as análises de Cardoso e Faletto, qual seja, o de interpretação do processo global de desenvolvimento a partir da maneira como este penetra nas economias periféricas, em estreita relação com seus *condicionantes internos*. Em suas palavras:

“(...) ao considerar a ‘situação de dependência’, na análise do desenvolvimento latino-americano, o que se pretende ressaltar é que o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos. Pois bem, quando se aceita a perspectiva de que os influxos do mercado, por si mesmos, não são suficientes para explicar a mudança nem para garantir sua continuidade ou sua direção, a atuação das forças, grupos e instituições sociais passa a ser decisiva para a análise do desenvolvimento” (CARDOSO e FALETTO, 1975, p.30).

Sob esta perspectiva, a construção do conceito de dependência deveria dar-se sob uma denominada base “causal-significante”, na qual o elo explicativo fundamental das conexões entre os planos nacional e internacional apareceria na forma específica de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações dependentes. Na busca pela superação das caracterizações centradas nas antinomias “desenvolvimento-subdesenvolvimento” e “centro-periferia”, Cardoso e Faletto introduziriam um terceiro par conceitual: o de “dependência-autonomia”, o qual buscaria estabelecer

“a conexão entre os componentes estruturais internos e externos. Mas o externo, nessa perspectiva, expressa-se também como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas. É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua *manifestação interna*” (*Ibid.*, p.23, grifos nossos).

A noção de capitalismo dependente, deste ponto de vista, teria como núcleo fundamental de significação as *estruturas de dominação e as formas de estratificação internas*, pois é aí que o nexo entre as condições nacionais e o imperialismo teria se objetivado. A noção de dependência, assim, procuraria recuperar “a significação política dos processos econômicos” (CARDOSO, 1972, p.125), a partir de um

“(...) ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política; pois é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos tenta promover alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma

econômica compatível com seus interesses e objetivos. Os modos de relação econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política.” (CARDOSO e FALETTO, 1975, p.23).

De acordo com esta interpretação o desenvolvimento deveria ser entendido “(...) como o resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico” (*Ibid.*, p.22). De modo que a variedade de orientações das classes e grupos sociais nos diferentes países – e seus também distintos interesses materiais – possibilitaria o alcance de rumos diferentes ao processo de desenvolvimento.

O conceito de dependência, desse ponto de vista, seria impassível de generalização, na medida em que *variável de acordo com a articulação das classes, grupos sociais e do Estado em situações particulares* (CARDOSO, 1972). Daí que não faria sentido, para Cardoso, a formulação de “leis gerais” do desenvolvimento capitalista dependente, uma vez que a conformação do processo político em cada situação nacional revelaria distintas possibilidades de interação de dependência, podendo apontar para uma maior ou menor subordinação no plano internacional. Nesse sentido, a dinâmica mais geral do mundo capitalista manifestar-se-ia por intermédio “dos modos *singularizados* de sua expressão na ‘periferia do sistema’” (*Ibid.*, p.126, grifos nossos).

Aqui vale ressaltar alguns apontamentos críticos. Não obstante a consideração feita por Cardoso de que os países latino-americanos compartilhariam a condição de “formações sociais dependentes”, para o autor era possível alcançar distintas possibilidades de desenvolvimento de acordo com o processo de articulação entre os grupos e classes sociais no âmbito de cada país. Esta visão fazia parte da clara intenção de Cardoso e Faletto de eliminar de sua interpretação qualquer ranço de determinismo, apontando a história como um processo que comporta múltiplas alternativas a partir da centralidade da dinâmica da “luta de classes”. No entanto, neste processo, o movimento do “geral ao particular”, ou seja, as formas de articulação das leis gerais do movimento do capital, tais como formuladas por Marx, com sua manifestação concreta nas formações

sociais periféricas acabaram por ser desconsideradas, sob o risco de cair num empirismo. Como afirma Chilcote (1983):

“Cardoso salientava a necessidade de se estudarem ‘situações’ concretas de dependência e tentou evitar formulações teóricas rígidas. Em resultado, desviou-se do determinismo mas na direção de generalizações empíricas que, para alguns, afastaram-no completamente do marxismo” (p.115).

A forma pela qual Cardoso encaminha essa questão nos parece bastante problemática. Como observaram diversos críticos de sua obra (MORAES, 1972; MYER, 1975; TRASPADINI, 1999), a ênfase da análise concreta em Cardoso encerraria uma concepção do desenvolvimento histórico como um movimento que vai “do particular ao geral” e que desconsidera o fato de que as distintas formações nacionais são dominadas por um mesmo modo de produção, regido por “leis gerais” de desenvolvimento histórico. Não obstante Cardoso tenha observado esse movimento “geral” em suas considerações metodológicas, ele aparece como um pano de fundo estático e a-histórico em sua análise concreta, a qual permanece centrada nos jogos políticos que têm lugar nas distintas formações nacionais³¹.

Nas palavras de Bambirra (1974):

“(...) o econômico está presente neste estudo [de Cardoso] apenas como um ‘marco’ muito geral, a partir do qual se desenvolve uma análise essencialmente sociológica. Ou seja, o econômico importa apenas na medida em que define os parâmetros estruturais, enquanto o estudo se centra na ‘ação dos distintos grupos’, considerada do ponto de vista sociológico. Ora, o econômico, na medida em que é considerado apenas como um marco estrutural em sentido tão geral, não permite revelar, em toda a sua complexidade, a gama intrincada da

³¹ Como salienta Sampaio Jr. (1999) a respeito da interpretação de Cardoso: “(...) o esforço de compreender a *especificidade* das respostas das economias dependentes ao contexto internacional levou à paulatina diluição dos condicionantes externos que desestabilizam o desenvolvimento dependente, abrindo as portas para que o movimento das economias periféricas fosse pensado como um processo endógeno. A idéia implícita é a de que, dentro da temporalidade do sistema capitalista mundial, o capitalismo dependente teria um movimento próprio que poderia se aproximar mais ou menos do padrão de desenvolvimento das economias centrais” (p.39).

ação dos diversos grupos e classes sociais *que atuam em função de interesses econômicos objetivos (...)*” (p.17).

A partir dessa visão reducionista da economia, Cardoso revelou uma enorme dificuldade em realizar a intenção expressa em sua obra em parceria com Faletto de “vincular concretamente os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais e não só justapô-los” (CARDOSO e FALETTTO, 1975, p.21). O que pudemos observar em sua análise é que, justamente por desqualificar a análise da acumulação, desconsiderava a vigência de “leis” do capitalismo dependente, apontando os “jogos políticos” como determinantes do desenvolvimento de cada país.

Nessa concepção, a idéia de economia aparecia sempre como algo à parte do social e do político, de modo que as características distintivas do capitalismo dependente (arrocho salarial, miséria, mercado interno restrito, concentração de renda, etc) jamais eram atribuídas aos mecanismos da acumulação nos países dependentes, mas eram tomadas isoladamente enquanto problemas humanos e políticos específicos que imperavam em cada país de acordo com os “jogos políticos” entre as classes sociais. Como aponta Theotônio dos Santos (2000) em crítica a Cardoso:

“Fernando Henrique passou a insistir, cada vez mais incisivamente, na negação de qualquer ‘determinismo econômico’ que pretendesse identificar ‘mecanicamente’ a situação de dependência com os fenômenos aqui ressaltados. Nem a superexploração (que Ruy Mauro Marini mostrara ser um mecanismo de compensação da expropriação internacional provocada pela situação de dependência), nem a perda dos termos de intercâmbio, nem as remessas de excedentes das regiões dependentes às dominantes, nem a conseqüente distribuição regressiva da renda, nem a marginalidade crescente que ela provoca, nada disso seriam, segundo Fernando Henrique, (...) componentes intrínsecos da situação de dependência” (p.133).

Outro ponto importante a salientar é que, a nosso ver, a concepção reducionista que Cardoso tinha das ditas “condições estruturais” se refletia num entendimento problemático acerca das classes e da luta de classes. Isso porque, ainda que se afirme o

contrário, em sua obra as classes sociais não apareciam referenciadas ao sistema produtivo, adquirindo um estatuto indefinido e variável de acordo com a conjuntura analisada³². Embora a ação política das classes fosse o ponto central na teoria da dependência de Cardoso e Faletto, a análise que empreendiam fornecia indicações sobre a estrutura de classes em determinada conjuntura histórica, sem que as contradições do processo produtivo fossem incorporadas através de seus efeitos sobre o comportamento político das classes em questão. Neste sentido, a “luta de classes” era introduzida exogenamente como motor da mudança estrutural e ficava reduzida às *disputas pelo controle do Estado*. Daí que em sua análise a ênfase no processo político estivesse quase sempre referenciada aos “jogos de poder” no interior das classes dominantes, as quais apareciam como os sujeitos mais importantes e quase únicos do processo de desenvolvimento.

A política, de acordo com esta concepção, era apreendida em termos das *possibilidades aliancistas internas* em determinadas conjunturas históricas. Segundo o autor, a depender da conformação das alianças políticas no interior do Estado, poderia viabilizar-se um padrão de desenvolvimento capitalista com maior ou menor dinamismo, mais ou menos espoliador no que se refere às classes trabalhadoras.

Na análise do processo histórico brasileiro o momento chave na obra de Cardoso para a conformação de uma aliança política “moderna”, capaz de superar a condição de dependência, se deu a partir do governo Juscelino Kubitschek e consolidou-se com os

³² Marini (2000) é assertivo nessa crítica ao afirmar que “(...) qualquer marxista sabe, com Marx e Engels, que a história da humanidade é a história da luta de classes e, com Lênin, que a luta de classes é o único terreno em que um marxista se move com firmeza. No entanto, isto não quer dizer que a luta de classes se explique *por si mesma* ou, se quisermos, que seja o *deus ex machina* que permite explicar tudo. Antes, para um marxista, a tarefa reside sempre, no plano da análise abstrata como no da análise concreta, em conhecer o que é que explica a luta de classes, e isto remete, necessariamente, ao exame das condições materiais em que ela se dá. (...) A luta de classes *não* é um processo que *atua* em um *marco estrutural*: a luta de classes é a síntese das condições em que os homens produzem sua existência e se acha, por isso mesmo, regida por leis que determinam seu desenvolvimento. É por isso que a relação entre teoria e prática constitui o eixo da dialética marxista” (p.183). Mais à frente, em referência às críticas de Cardoso e Serra ao seu suposto “reducionismo econômico”, Marini afirma que estes autores “sustentam que a economia é apenas o marco em que se exerce a luta política, que corresponde a uma *esfera autônoma*, em que as opções e conseqüentes decisões só se explicam pela ação das próprias forças que atuam ali. (...) Reduzida a si mesma, a luta política se vê assim desprovida de qualquer base explicativa sólida” (*Ibid.*, p.231, grifos nossos).

militares no poder. É neste período que o padrão de desenvolvimento dependente ganhou uma nova feição, abrindo novas possibilidades para a atuação política. Vejamos no próximo ponto como Cardoso construiu sua teoria acerca deste processo e como sua análise da “nova dependência” articulou-se com seu entendimento do processo político da democratização.

a.2) – A internacionalização dos mercados e o novo caráter da dependência

Para analisar o desenvolvimento econômico brasileiro em fins dos anos 1950 e na década de 1960, Cardoso e Faletto remontam uma interpretação acerca da ascensão e decadência do chamado nacional-populismo de Vargas. Centrando sua análise no tipo de aliança que sustentou tal esquema político, os autores afirmam seu caráter tradicionalista e patrimonialista, que teria permitido articular dentro de um mesmo projeto interesses de grupos sociais extremamente distintos. Se por um lado o cenário aberto por uma conjuntura internacional favorável à denominada “substituição das importações” garantiu a presença cada vez mais importante das classes médias urbanas e das burguesias industriais no sistema de dominação (impulsionadas principalmente pela interferência do Estado na economia, em benefício da industrialização)³³, por outro se mantinham intocados os interesses de oligarquias regionais vinculadas ao latifúndio, à agroexportação e aos baixos índices de produtividade no campo³⁴, tal como de setores de uma burocracia de cunho tradicional.

Tal composição social evidenciava, segundo os autores, que a burguesia industrial brasileira estruturou-se no seio de uma organização política tradicional, de modo que “o

³³ Este processo, apontavam Cardoso e Faletto (1975), “(...) caracterizou-se por um duplo movimento convergente: a expansão do setor privado da economia e, conseqüentemente, o fortalecimento da burguesia industrial e a criação de novas áreas de investimento, concentradas em torno da ‘indústria básica’ e das obras de infra-estrutura, onde foi acentuada a participação estatal” (p.91-92).

³⁴ Importante ressaltar que a manutenção dos setores agroexportadores na aliança de poder posterior a 1930 é vista por Cardoso como uma necessidade decorrente da acumulação de capital nos países dependentes, a qual permanece vinculada aos ganhos obtidos pelo setor exportador de produtos primários (que financiaram os primeiros passos do processo de industrialização). Somente com o regime militar de 1964 essa aliança de cunho tradicionalista será eliminada e substituída pela associação com as corporações multinacionais.

papel das classes tradicionais e proprietárias de terras, por um lado, e do Estado, por outro (...) redefiniram concretamente as possibilidades de atuação das elites empresariais urbanas ligadas ao desenvolvimento industrial” (CARDOSO, 1969, p.91), impossibilitando-as de conduzir sob sua hegemonia o processo de modernização política e econômica do país³⁵. Por outro lado, com respeito à participação de setores do operariado urbano no sistema de dominação, os autores retomavam o conceito de populismo, argumentado que tal participação dar-se-ia de modo limitado, uma vez que o atendimento de suas demandas específicas deveria cumprir o papel de neutralizar as possíveis pressões políticas em favor de uma ampliação da participação política e de uma melhor distribuição da renda. Neste sentido, essas massas não compartilhavam o sistema de dominação, mas exerciam pressão política para a obtenção de benefícios, sem por em xeque o estilo de dominação tradicionalista³⁶. Ao mesmo tempo, “a viabilidade de tal política passava a depender precisamente de uma divisão entre os setores populares” (CARDOSO e FALETTO, 1975, p.105), na qual os setores urbano-industriais eram incorporados ao esquema, ao passo que as massas urbanas marginalizadas e rurais eram dele permanentemente excluídas.

A crise do chamado nacional-populismo de Vargas, segundo Cardoso e Faletto, abriu caminho para uma nova articulação política e econômica assentada naquilo que os autores denominaram “abertura dos mercados internos ao controle externo”. Esse novo esquema, baseado numa conjuntura internacional caracterizada pela transferência de capitais do centro para a periferia, possibilitou uma rearticulação da aliança política

³⁵ Aqui está presente a crítica fundamental de Cardoso à concepção nacional-desenvolvimentista segundo a qual a burguesia industrial seria o único sujeito político capaz de conduzir um projeto nacional. Tal crítica aparece pontualmente neste capítulo mas foi amplamente desenvolvida na obra de Cardoso. Para uma análise mais detalhada cf. CARDOSO, 1964.

³⁶ “Efetivamente, a inexistência de ‘tradição proletária’ e a inexperiência da massa do operariado quanto às técnicas sociais necessárias para o exercício da cidadania ou para a condução das lutas operárias têm favorecido um tipo de comportamento político-reivindicatório indicativo de que, em larga margem, o operariado participa das disputas pelo poder mais como ‘massa de manobra’ que propriamente como classe social cônica de seus interesses. (...) Mesmo quando o operariado age movido por interesses que ele [o sindicalismo de controle] não pode discernir, as reivindicações, greves e lutas de todo tipo que o envolvem acabam por exercer o mesmo efeito contraditório que a ação sindicalista oficial desempenhou: adiestram o operariado para o desempenho de formas de comportamento adequadas à sociedade de massas” (CARDOSO, 1969, p.218)

desenvolvimentista em novos termos: a partir da abertura do nosso mercado ao controle internacional, o que possibilitava a aceleração da industrialização periférica com base nas transferências de capitais, de tecnologia e de organização das empresas “modernas” cujas matrizes estavam nas economias centrais.

O governo Juscelino Kubitschek restabeleceu a aliança populista-desenvolvimentista sob um rumo diverso: “a capitalização mediante recursos externos” (CARDOSO e FALETTO, 1975, p.117). Essa política, segundo Cardoso e Faletto,

“(...) permitiria a curto prazo diminuir a pressão inflacionária, satisfazer as demandas salariais dos grupos urbanos modernos, quer dizer, seria uma política econômica suportável por parte do setor exportador, e simultaneamente significaria o fortalecimento do setor industrial, agora já associado ao capital estrangeiro” (*Idem*).

Enquanto o processo de desenvolvimento esteve atrelado à substituição fácil das importações foi possível conciliar os objetivos protecionistas, a pressão das massas e os investimentos internacionais; de modo que estes últimos apareciam como “a condição própria da continuidade do desenvolvimento do esquema político assinalado” (*Ibid.*, p.123). Daí que tenha sido possível, sob o governo Kubitschek, manter as chamadas “alianças populistas”, ainda que sob bases econômicas contrárias ao nacionalismo de Vargas.

Essa inversão do esquema varguista possibilitou, segundo os autores, um aprofundamento do processo de industrialização nas economias periféricas; não obstante, esse crescimento se definiu a partir de uma pauta específica de industrialização, baseada na produção de bens duráveis destinados ao consumo de pequenas parcelas da população. Delineava-se assim:

“(...) uma industrialização baseada em um mercado urbano restringido, mas suficientemente importante, em termos de renda gerada, para permitir uma ‘indústria moderna’. Evidentemente, esse tipo de industrialização vai intensificar o padrão de *sistema social excludente* que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas, mas nem por isso deixará de converter-se em uma possibilidade de desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento em

termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescente. Esta é simplesmente a forma que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência” (*Ibid*, p.124).

À “nova situação de desenvolvimento” correspondia uma alteração no caráter da dependência externa, agora não mais baseada somente no sistema de importações-exportações, mas diretamente vinculada aos investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos mercados nacionais periféricos. Cardoso e Faletto sustentavam que, se por um lado essa “nova dependência” significava uma centralização do poder de decisão nas multinacionais sediadas nas economias desenvolvidas (em relação às decisões de reinvestimento nos mercados internos periféricos e à implantação das suas filiais), por outro ela trazia benefícios à economia dependente, tais como:

- “a) um elevado grau de diversificação da economia;
- b) saída de excedentes relativamente reduzida (para garantir os reinvestimentos (...)
- c) mão-de-obra especializada e desenvolvimento do setor terciário e, portanto, distribuição relativamente mais equilibrada da renda no setor urbano-industrial;
- d) (...) um mercado interno capaz de absorver a produção” (*Ibid.*, p.127).

Segundo esta interpretação, seria possível afirmar que *dependência e desenvolvimento não eram excludentes* e que o modelo típico de desenvolvimento “dependente-associado” assentado no tripé “capital externo, capital privado nacional e capital estatal” *criava as condições* para o desenvolvimento e a modernização das economias dependentes. Nesse sentido, o desenvolvimento periférico não era incompatível com a presença do capital monopolista; pelo contrário, à medida que estavam descartadas as demais alternativas (nacionalista, socialista) para o caso brasileiro, esse modelo tornava-se a *única possibilidade* de continuidade do desenvolvimento.

“De fato, *dependência, capitalismo monopolista e desenvolvimento* não são termos contraditórios, pois ocorre um tipo de *desenvolvimento capitalista dependente* nos setores do Terceiro Mundo que estão integrados na nova forma de expansão monopolista” (CARDOSO, 1972, p.195).

Note-se que no entendimento de Cardoso a nova configuração da dependência inaugurada no período de “internacionalização do mercado”, a despeito de aprofundar a articulação com o imperialismo, garantiu à economia brasileira dar um salto em seu processo de “desenvolvimento”, o qual era compreendido em termos de “crescimento econômico” ou de “aprofundamento da acumulação capitalista”³⁷. Segundo essa concepção, a “dependência associada” iniciada por JK e consolidada pelo regime militar teria varrido de nosso cenário histórico aquilo que constituía o grande entrave ao nosso desenvolvimento: o *tradicionalismo* e *patrimonialismo* característicos do esquema político populista. Neste sentido, aponta Carcanholo (2009):

“Para essa perspectiva [de Cardoso e Faletto], seria possível um desenvolvimento capitalista periférico, associado a regimes políticos liberais e democráticos, que amenizasse os efeitos da dependência com políticas sociais compensatórias e conseguisse uma certa elevação do emprego nas fases de crescimento do ciclo mundial. Para esse pensamento, os inimigos do desenvolvimento periférico seriam as forças internas, que impediriam a economia periférica de aproveitar as oportunidades de associação com o ciclo econômico do centro sistêmico, a saber, o *populismo* e o *corporativismo*” (p.258).

Os padrões de aliança e conflito surgidos no período mais recente de “internacionalização do mercado” teriam possibilitado ao país, segundo a interpretação dos autores, atingir um novo patamar de acumulação capitalista a partir dos fluxos de capital externo que naquele momento se dirigiram às economias periféricas. Este processo, apesar de ter mantido e até mesmo aprofundado os “problemas sociais” típicos de um país dependente – o arrocho salarial, a miséria de grande parte das classes populares, a concentração da renda e da propriedade, a heterogeneidade produtiva, etc – teria

³⁷ Nas palavras de Cardoso: “A tese que desejo indicar (...) insiste em que o novo caráter da dependência (a internacionalização do mercado interno que abre espaço para a industrialização das economias periféricas) não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes. Por certo, quando se pensa que o desenvolvimento capitalista supõe redistribuição de renda, homogeneidade regional, harmonia e equilíbrio entre os vários ramos produtivos, a idéia que está ocorrendo um processo real de desenvolvimento econômico na periferia dependente (...) parece absurda. Mas não é este o entendimento marxista sobre o que seja desenvolvimento (ou acumulação) capitalista” (CARDOSO, 1980, p.76).

resolvido o problema da acumulação capitalista, abrindo espaço para uma relação com o mercado internacional “do tipo normal das economias modernas, nas quais sempre há *interdependência*”³⁸ (CARDOSO e FALETTTO, 1975, p.128). Como coloca Traspadini (1999):

“Não sendo o capital externo o grande vilão da história, pensar o desenvolvimento seria conjugar uma estreita relação entre capital nacional privado, capital internacional e Estado, objetivando dar margens à internacionalização da economia brasileira, com o intuito de colocá-la no rumo certo do desenvolvimento capitalista. Para Cardoso, o desenvolvimento tem que ser industrializante-associado” (p.81).

Neste ponto, fica claro que para Cardoso inexistiam na fase da dependência associada quaisquer entraves ocasionados pela dominação imperialista, de modo que os problemas sociais que acompanharam este processo não seriam decorrentes deste modelo específico de desenvolvimento, mas frutos de uma dada articulação política (a ditadura militar) marcada por suas políticas repressivas no plano social. No mais, afirmava o autor, esses problemas não diferiam daqueles decorrentes do desenvolvimento do próprio capitalismo industrial nos países centrais e nessa medida não poderiam ser atribuídos à dinâmica específica do capitalismo nos países dependentes. Daí que, no momento de associação com o capital imperialista, se dissolveriam para Cardoso todos os percalços decorrentes do caráter dependente de nossa economia, à medida que o afluxo de investimentos externos diretos por um lado e de divisas por outro não só financiariam o crescimento econômico como seriam portadores de inovações tecnológicas necessárias para o “choque de produtividade” no interior das economias dependentes. Disso decorria a idéia de Cardoso e Faletto (1975) de que neste período existiria uma “forte tendência ao

³⁸ De acordo com Traspadini (1999): “Se até a metade do livro Cardoso não explicita suficientemente sua perspectiva *interdependentista* – até mesmo porque está dialogando com a esquerda latino-americana dos anos 1960 -, no final de seu livro (...) fica claro que a melhor perspectiva de desenvolvimento para ele será aquela que esteja em estreita consonância com a própria evolução do capitalismo, não havendo, objetivamente, como se contrapor a esta ótica, caso as economias queiram mesmo desenvolver-se. Portanto, por mais que persistam alternativas contrárias à conduta do desenvolvimento internacionalizante (...) sairá na frente aquela que mais rápido entender que os ganhos são maiores do que as perdas, num ambiente de relação direta entre capital interno e externo, na discussão do desenvolvimento” (p.107).

reinvestimento local, o que, em certo sentido, *solidariza* os investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno” (p.127, grifos nossos).

Como podemos observar, o padrão de desenvolvimento iniciado por JK e aprofundado pela ditadura militar, na acepção de Cardoso, deslocaria o problema da dependência, garantindo através de um intenso afluxo de capitais estrangeiros a resolução das contradições típicas de uma economia dependente (por exemplo, a incompletude do departamento de bens de produção – D1). Em nosso entendimento, no entanto, essa visão otimista do processo de abertura das economias periféricas ao mercado externo constituía um equívoco analítico, fruto da forte impressão causada em Cardoso e Faletto pelo processo histórico que tinha se conformado no chamado “milagre econômico”. Como coloca Sampaio Jr. (1999) com respeito às formulações destes autores:

“A projeção de uma conjuntura histórica muito particular como um dado invariável da situação periférica levou à concepção de que não havia incompatibilidade entre imperialismo e consolidação de sistemas econômicos nacionais. Por um lado, a presença de burguesias dependentes com maior capacidade de negociação no cenário internacional – fenômeno relacionado com o complexo equilíbrio geopolítico da Guerra Fria – induziu à superestimação do grau de autonomia das economias periféricas. Por outro lado, o interesse do capital internacional em aproveitar as oportunidades de investimento geradas pelo processo de substituição de importações mediante o deslocamento de unidades produtivas – interesse associado a uma fase específica do movimento de internacionalização do capital – levou à inferência de que não havia obstáculos intransponíveis que pudessem comprometer o avanço da industrialização periférica” (p.37).

O desenvolvimento histórico brasileiro posterior ao “milagre” bem demonstrou os limites de tal acepção e a crise dos anos 1980 tornou evidentes os limites do modelo de desenvolvimento dependente-associado. Ao contrário do que era propalado por Cardoso e Faletto, esta crise mostrou que o afluxo de capitais estrangeiros para os países dependentes era um movimento *conjuntural*, inexistindo a tendência “solidária” ao reinvestimento local apontada pelos autores. Tanto a vinda de empresas multinacionais e seus reinvestimentos como o endividamento externo revelaram-se insuficientes enquanto

mecanismos de financiamento de longo prazo, deixando claro que a manutenção dos laços de dependência externa tinha conseqüências muito maiores para as economias dependentes do que aquelas acentuadas pelos autores em sua obra. Ademais, o traço mais característico das economias marcadas pela dependência – a condição de miséria em que vivem enormes parcelas das suas populações – não só se manteve como se intensificou sob esse padrão de desenvolvimento, demonstrando a incapacidade desse modelo de superar os percalços da dependência. A aposta política feita por Cardoso na manutenção do capitalismo dependente com um máximo de democracia política – que garantiria, a seu ver, a possibilidade de um capitalismo mais humano e menos espoliador, ainda que dependente – não foi passível de concretização histórica em nosso entendimento, o que abre o debate político atual para novas interpretações acerca do caráter do capitalismo dependente.

b) A “Crítica à razão dualista” de Chico de Oliveira

Ensaio escrito por Chico de Oliveira no ano de 1972, “A economia brasileira: crítica à razão dualista” marcou o debate cebrapiano sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro³⁹, sendo amplamente discutido por aqueles intelectuais e tornando-se referência enquanto crítica tanto ao padrão de desenvolvimento imposto pela ditadura quanto à concepção desenvolvimentista da CEPAL, principalmente na figura de Celso Furtado. O objetivo de Oliveira, claramente expresso em sua obra, era confrontar o entendimento dualista do processo econômico brasileiro dos últimos anos, segundo o qual a modernização econômica do país via industrialização estaria obstaculizada pelo “arcaísmo” dos setores tidos como “tradicionais” (o latifúndio; seus representantes sociais – as oligarquias agrárias – e as relações de produção por elas impostas sobre a imensa

³⁹ A vinculação da obra de Oliveira aos estudos desenvolvidos no Cebrap pode ser sentida já nos agradecimentos direcionados à instituição e a seus intelectuais. Nas palavras de Oliveira (2003): “Este ensaio foi escrito como uma tentativa de resposta às indagações de caráter interdisciplinar que se formulam no Cebrap acerca do processo de expansão socioeconômica do capitalismo no Brasil. Beneficia-se, dessa maneira, do peculiar clima de discussão intelectual que é apanágio do Cebrap, a cujo corpo de pesquisadores pertence o autor” (p.27)

massa de trabalhadores rurais). A intenção de Oliveira era revisar a tradição cepalina de pensamento econômico, refutando o conceito de “modo de produção subdesenvolvido” enquanto uma formação histórico-econômica singular, constituída sob a oposição formal entre o “moderno” e o “atrasado”. Como atestava o autor: “(...) de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia” (OLIVEIRA, 2003, p.32).

Retomando a história do processo econômico brasileiro desde o pós-1930, entendido pelo autor como um período de transição a um modo de acumulação centrado na indústria, na cidade e no mercado interno, Oliveira lançou em seu ensaio uma nova interpretação deste processo, na esteira do que autores como Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Maria da Conceição Tavares e José Serra vinham elaborando. Ao analisar as condições nas quais o setor industrial adquiriu posição hegemônica no processo econômico do país, Chico de Oliveira atentava para a determinação *interna* de tal processo, ressaltando como medidas políticas cruciais: a regulamentação dos fatores (criação de uma legislação trabalhista e a redefinição da relação capital x trabalho); a reformulação do aparelho estatal e a intervenção do Estado no sentido de fazer da indústria a unidade mais rentável do conjunto da economia; a articulação de uma nova função para a agricultura e de sua relação com o urbano; a alteração na correlação de forças sociais, etc. Todas essas medidas, segundo o autor, foram conscientemente tomadas no sentido da criação de condições para a transição a um novo modo de acumulação. Nas palavras do autor:

“Aqui se perfila um ponto essencial da tese: o de que, tomando como um *dado* a inserção e a filiação da economia brasileira ao sistema capitalista, sua transformação estrutural, nos moldes do processo pós-anos 1930, passa a ser, predominantemente, uma possibilidade definida *dentro dela mesma*, isto é, as relações de produção vigentes continham em si a possibilidade de reestruturação global do sistema, aprofundando a estruturação capitalista, *ainda quando o esquema da divisão internacional do trabalho no próprio sistema capitalista mundial fosse adverso*” (*Ibid.*, p.62).

Renegando as interpretações vigentes nos anos 1960 segundo as quais nosso processo de industrialização ter-se-ia estruturado com base num “condicionamento externo favorável”, Oliveira sustentava que neste processo as decisões tomadas para a aceleração do crescimento econômico via industrialização foram frutos de medidas tomadas *internamente* pelas classes dirigentes, sendo que muitas vezes isso se deu sob uma “conjuntura internacional inteiramente desfavorável às medias internas” (*Ibid.*, p.75). O autor se colocava no campo da concepção edificada por Cardoso e Faletto em sua “teoria da dependência” e até mesmo aprofundava a ideia de que o crescimento econômico do país poderia ser alcançado mesmo em descompasso com o capitalismo internacional⁴⁰. Daí sua crítica à própria ideia cepalina da industrialização por “substituição de importações”, que via na conjuntura externa do pós-guerra um elemento quase que automático de favorecimento da capitalização dos países mais industrializados da América Latina. Desconstruindo essa concepção, Oliveira reafirmava o caráter interno das transformações no modo de acumulação, sustentando que mesmo após as grandes Guerras os países desenvolvidos teriam a perspectiva de *restaurar a antiga divisão internacional do trabalho*, reafirmando o papel do Brasil de produtor de matérias-primas e produtos agrícolas (*Ibid.*, p.63). Além disso, afirmava o autor, o processo de industrialização brasileiro por “substituição de importações” não deveria ser visto como um processo fundado na necessidade de consumo imposta de fora para dentro (tal como aparecia na tese da “modernização dos padrões de consumo” de Furtado), mas baseado nas necessidades da própria acumulação⁴¹. Tais necessidades, no caso brasileiro, estariam

⁴⁰ Nas palavras de Chico de Oliveira (2003), em tom crítico à teoria da dependência de Cardoso e Faletto: “Nisso reside uma diferenciação da tese básica da dependência, que somente vê essa possibilidade [de transformação estrutural da economia brasileira rumo a uma economia industrial] *quando há sincronia* entre os movimentos interno e externo” (p.62).

⁴¹ Neste momento de seu artigo, Oliveira esforça-se por desconstruir alguns lugares-comuns da teoria econômica crítica dos anos 1960. Reforçando a ideia de que nosso processo de industrialização se deu fundamentado nas necessidades da acumulação interna, o autor afirma que este processo, inicialmente, desenvolveu-se no sentido de produzir bens internos que faziam parte dos *custos de reprodução da força de trabalho*, visando rebaixar seus preços. “O fato de que o processo tenha desembocado num modelo concentracionista, que numa segunda etapa de expansão vai deslocar o eixo produtivo para a fabricação de bens de consumo duráveis, não se deve a *nenhum fetiche* ou *natureza dos bens*, a nenhum ‘efeito-demonstração’, mas à *redefinição das relações trabalho-capital*, à *enorme ampliação do ‘exército industrial de reserva’*, ao aumento da taxa de exploração, às *velocidades diferenciais de crescimento de salários e de produtividade que reforçaram a acumulação*” (*Ibid.*, p.50, grifos do autor).

estritamente relacionadas com a dinâmica interna da estrutura de classes, num momento em que a articulação de um novo modo de acumulação requeria a estruturação de um pacto político que garantisse a *criação* deste novo modelo sem a completa *destruição* do anterior. O populismo, segundo o autor, foi a forma política particular e específica de nossa revolução burguesa, capaz de adequar as relações de produção ao novo modo de acumulação que emergia. Em suas palavras:

“O populismo é a larga operação dessa adequação, que começa por estabelecer a forma da junção do ‘arcaico’ e do ‘novo’, corporativista como se tem assinalado, cujo epicentro será a fundação de novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas da acumulação” (*Ibid.*, p.64).

Compartilhando a tese cebrapiana longamente discutida e teorizada nas obras de Weffort (1980, 1973) sobre o papel do populismo enquanto forma política de controle do Estado sobre as massas, concretizada pela conjugação da repressão estatal, da manipulação política sobre as camadas populares e também da satisfação de algumas de suas demandas, Oliveira atentava para seu sentido político mais profundo: “mudar definitivamente a estrutura do poder, passando as novas classes burguesas empresário-industriais à posição de hegemonia” (OLIVEIRA, 2003, p.65). Para tanto, a política do “pacto de classes” típica do populismo revelava uma especificidade particular da nossa formação econômico-social: o fato de que a conformação de um modo de acumulação centrado na moderna indústria *não requeria* a destruição completa do modo de acumulação anterior, centrado sobre a produção para a agroexportação. Pelo contrário, diferentemente do que postulava o modelo cepalino, a preservação de modos de acumulação distintos entre os setores da economia mostrava uma *funcionalidade* no que se refere à expansão do processo de acumulação urbano-industrial.

Exemplo disso, as Leis Trabalhistas implantadas por Vargas demonstravam, segundo Oliveira, a necessidade de regulamentação da relação capital x trabalho em vista do reforço ao novo modo de acumulação. Neste sentido, o autor rebatia as teses segundo as quais as leis trabalhistas teriam auferido salários maiores aos trabalhadores ao

instaurar o salário mínimo⁴². Para Oliveira, ao contrário, “a legislação trabalhista *igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho” (*Ibid.*,p.38), servindo assim para reduzir a um denominador comum os salários e para impedir que eventuais efeitos da concorrência aberta pudessem favorecer a remuneração de determinadas categorias especializadas de trabalhadores. Retirar das empresas o encargo de definir o valor dos salários e estabelecer uma média nacional nivelada por baixo garantiu um impulso à economia do país, ao mesmo tempo que transformou o enorme contingente de mão-de-obra que afluía às cidades em “exército industrial de reserva”⁴³. Além disso, outro aspecto significativo das leis trabalhistas ressaltado pelo autor é seu caráter de “junção” e de unificação da possível dualidade que poderia se colocar entre o setor “arcaico” e o moderno” da economia. Como a mudança do modelo de acumulação em favor da indústria deu-se no caso brasileiro sem varrer da estrutura de poder (político e econômico) as classes proprietárias rurais e em vista da necessidade da manutenção destes setores para a própria acumulação industrial, a legislação trabalhista não afetou as relações de produção no campo, “preservando um modo de ‘acumulação primitiva’ extremamente adequado para a expansão global” (*Ibid.*,p.65). Do ponto de vista da formação dos salários urbano-industriais e da formação do “exército de reserva”, a extensão da legislação trabalhista ao campo poderia pôr em risco o novo padrão de acumulação.

Ponto fundamental da transição a este novo modelo de desenvolvimento, a chamada “questão agrária” colocava-se no cenário político e econômico brasileiro do período sob uma nova e importante função. Por um lado, tratava-se de suprir, via exportações, as necessidades de bens de capital e intermediários produzidos no exterior e utilizados pelas indústrias; por outro, deveria prover as necessidades das crescentes massas urbanas, sem elevar o custo da alimentação e das matérias-primas, garantindo a

⁴² O autor refere-se diretamente à formulação de Ignácio Rangel em seu livro *A inflação brasileira*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963, pp.44-45.

⁴³ Neste ponto Oliveira chama atenção para o fato de que a instauração de um salário mínimo para o conjunto do país evitou o aparecimento, no mercado de trabalho, da escassez específica de mão-de-obra para determinado ramo de atividade. Ainda que alguns salários viessem a se fixar acima do mínimo, este se colocava como o ponto de referência para tal elevação, ao invés da produtividade de cada ramo industrial.

expansão do processo urbano-industrial. Como afirmava Oliveira, o ponto nevrálgico do problema era manter ativa a produção agrícola sem estimulá-la enquanto setor central do sistema, o qual deveria ser substituído pelo setor urbano-industrial (*Ibid.*, p.42). A solução para um tal problema, segundo o autor, se deu com base na manutenção de padrões de produção baseados na expansão horizontal da ocupação, na oferta elástica de terras e de mão-de-obra e na produção a partir de coeficientes baixíssimos de capitalização.

“(...) numa palavra, opera como uma sorte de ‘acumulação primitiva’. O conceito (...) deve ser, para nossos fins, redefinido: em primeiro lugar, trata-se de um processo em que *não se expropria a propriedade* – isso também se deu em larga escala na passagem da agricultura de subsistência para a agricultura comercial de exportação -, mas *se expropria o excedente* que se forma pela posse transitória da terra. Em segundo lugar, a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo *cresce por elaboração de periferias*, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética” (*Ibid.*, p.43)

Neste ponto, Oliveira descreve como os processos de expansão das fronteiras agrícolas externas e internas ao próprio latifúndio⁴⁴ concorreram para uma transferência de trabalho morto – acumulação – para as mãos dos grandes proprietários. Isso porque a terra que antes fora ocupada pelo trabalhador rural, que a preparou para o plantio, desmatou, destocou, passava diretamente para os proprietários, garantindo que estes alcançassem custos de produção mais rebaixados. Tal processo de “acumulação primitiva”, como salientado na citação acima, tornava-se estrutural para o caso brasileiro, à medida que alimentava um custo de produção agrícola rebaixado, facilitando uma queda no valor da força de trabalho urbana.

Seguindo a ideia da funcionalidade do processo de “acumulação primitiva” para a expansão do setor industrial brasileiro, Oliveira ia ainda mais longe: via no crescimento vertiginoso do “Setor Terciário” urbano – interpretado por muitos teóricos como uma anomia do sistema, um setor “inchado” que obstaculizaria o crescimento industrial -

⁴⁴ No caso das “fronteiras internas”, Chico de Oliveira refere-se à rotação de terras dentro do latifúndio (entre a lavoura de subsistência do agricultor e as grandes plantações do proprietário).

também uma expressão do caráter *desigual e combinado* de nosso desenvolvimento. Em suas palavras:

“(...) aqui, trata-se de um tipo de crescimento para este setor – o dos serviços em geral – *que não é contraditório* com a forma de acumulação, *que não é obstáculo* à expansão global da economia, *que não é consumidor do excedente*. A razão básica pela qual pode ser negada a negatividade do crescimento dos serviços – sempre do ponto de vista da acumulação global – é que a aparência de ‘inchação’ esconde um mecanismo fundamental da acumulação: os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, ‘mais-valia’ em síntese” (*Ibid.*, p.57).

Explicando mais detalhadamente tal complementaridade entre os Setores Secundário e Terciário, o autor retomava a ideia de que a especificidade histórica da industrialização tardia brasileira contou com uma incorporação tecnológica importada dos países centrais que “queimou” várias etapas no processo de reprodução do capital. A expansão deste processo baseado na incorporação de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra “pôs em movimento uma espiral que distanciou de modo irrecuperável os rendimentos do capital em relação aos do trabalho” (*Ibid.*, p.67), reduzindo o circuito de realização do capital e, conseqüentemente, afetando o multiplicador de emprego. Tal especificidade histórica tornou-se estrutural, conferindo ao Setor Secundário uma participação desequilibrada no produto e na estrutura de empregos. Neste cenário, o Setor Terciário cresceu sem poder disputar com a indústria os fundos para a acumulação. Daí, a solução encontrada foi fazê-lo expandir-se horizontalmente, quase sem nenhuma capitalização, com base no uso intensivo e extensivo de mão-de-obra extremamente barateada. Com isso, auferiam-se os serviços necessários à expansão industrial, sem que fosse comprometida a acumulação centrada na indústria⁴⁵.

⁴⁵ Oliveira chama atenção para 2 pontos fundamentais deste processo: primeiro, o fato de que o setor de serviços é necessário para uma sociedade baseada na indústria e na cidade. Desse modo, serviços como o da lavadeira doméstica, do motorista particular, das pequenas oficinas de reparação de veículos, dos ambulantes, etc, contribuiriam disfarçadamente para reforçar a acumulação, à medida que substituiriam um tipo de infra-estrutura inexistente nas cidades (transporte público, lavanderias industriais, etc) para os quais deveria ser canalizada uma ampla base de acumulação capitalista. Em segundo lugar, fato que decorre do

Desse modo, a especificidade particular do tipo de capitalismo que aqui se desenvolvia, ao mesmo tempo que aprofundava as novas relações de produção típicas do desenvolvimento de caráter industrial recriava relações de produção não-capitalistas na agricultura e nos serviços urbanos, apontando para um modelo que tinha como característica central a criação de uma grande periferia, que apesar de aparecer como fruto de um “caos urbano”, “não é caótico em relação às necessidades da acumulação” (p.59)⁴⁶.

Tanto para Oliveira como para os demais autores cebrapianos que teorizaram sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro no período dos anos 1960 e 1970, os problemas fundamentais do padrão de acumulação excludente e concentrador de rendas que aqui se implantava apareciam diretamente vinculados a um estilo de política econômica levado a cabo pelos governos militares. Levando em consideração o alinhamento destes governos com uma política econômica de cunho *seletivo* no que se

primeiro, está a constatação de que o setor Terciário, longe de constituir-se de forma disfuncional dentro do sistema, cresce no país justamente nos momentos em que a indústria retoma seu dinamismo (conforme se demonstrou o Censo de 1970). Neste sentido, pode-se reafirmar a adequação desses tipos de serviços ao processo de acumulação global e de expansão capitalista.

⁴⁶ Ressaltamos aqui que este último ponto da tese de Oliveira foi longamente desenvolvido no interior do CEBRAP no âmbito da linha de investigação ligada ao “Programa de Marginalidade e Participação Social”, sendo a obra de Lucio Kowarick (uma das mais significativas neste campo. Partindo da concepção cunhada por Oliveira na clássica “Crítica à razão dualista” e retomando as bases teóricas da “teoria da dependência” de Cardoso e Faletto, Kowarick elaborou seus estudos sobre capitalismo e marginalidade na América Latina, retomando o tema da marginalidade num sentido crítico à teoria cepalina desenvolvida principalmente por Jose Nun e por Aníbal Quijano. (Cf. NUN, J. “Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal”. In: *Revista Latinoamericana de Sociología*, n.2, 1969; QUIJANO, A. “Notas sobre o conceito de marginalidade”. In: PEREIRA, L. (Org.). *Populações marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978). Crítico do conceito de “massa marginal” cunhado por Nun, segundo o qual esta guardaria uma relação de disfuncionalidade com respeito aos padrões “modernos” de acumulação, Kowarick (1979) retomava a ideia de marginalidade ressaltando seu caráter *funcional* para a acumulação industrial. Em suas palavras:

“Neste particular, parece correto afirmar que a existência de um vasto exército de reserva, longe de ser uma ‘massa marginal’, entendida como um contingente com pouco ou nulo significado para o processo econômico, tem se constituído numa das principais alavancas de acumulação dos países de capitalismo tardio, entre os quais o Brasil é um caso exemplar, pois permite dilapidar, através da superexploração do trabalho e da espoliação urbana, boa parte da mão-de-obra engajada nas engrenagens produtivas na medida em que os segmentos desgastados podem ser substituídos pelos vastos reservatórios disponíveis” (KOWARICK, 1979, p.58).

No presente trabalho não desenvolveremos os desdobramentos desta temática, limitando-nos a expor a crítica de Francisco de Oliveira ao dualismo cepalino.

refere às necessidades da produção e das classes dominantes - por exemplo, medidas como a reforma fiscal, o controle salarial, a estruturação de um mercado de capitais e a política de combate à inflação (que transferia às classes baixas o ônus deste combate, ao mesmo tempo que lograva uma considerável transferência de renda às classes dominantes através da instituição da correção monetária) -, os autores cebrapianos criticavam o modelo econômico do período militar, apontando para seu caráter excludente no que se refere à grande maioria da população. No entanto, o que pudemos perceber como um grande diferencial na obra de Francisco de Oliveira é que este autor, diferentemente dos demais intelectuais da tradição cebrapiana, foi mais a fundo em sua crítica ao modelo de desenvolvimento brasileiro, não atribuindo *somente à política econômica* dos militares os males de um tal padrão de acumulação. Nisso, afirmava o autor, ele se diferenciava de Maria da Conceição Tavares e José Serra (1973), que em seu artigo “Além da estagnação” (que será nosso objeto de discussão no próximo ponto deste trabalho) atribuíam a concentração de renda e o dinamismo do chamado “milagre econômico” exclusivamente às medidas econômicas tomadas pelos militares a partir de 1964. Para Oliveira, tratava-se de uma análise equivocada que supunha que um novo modelo econômico poderia ser gestado em apenas três anos (1964-1966) e que as modificações institucionais poderiam sustentar-se sem uma base prévia na estrutura produtiva (OLIVEIRA, 2003, p.72).

O autor sustentava, diferentemente de Tavares e Serra, que o processo de implantação do Plano de Metas de JK havia firmado no plano estrutural as pré-condições para a crise que se assistiu no período de 1961-1964, tal como para a posterior expansão alcançada nos anos do “milagre”.

“Prioridade para as indústrias automobilísticas, de construção naval, para a siderurgia, a reforma da legislação tarifária, a concessão de câmbio de custo para importações de equipamentos, não podem ser entendidas como acaso, nem como medidas tópicas para equilibrar o balanço de pagamentos, que tiveram por resultado a aceleração da industrialização. Ao contrário, elas foram concebidas exatamente para isso” (*Ibid.*, p.75).

De modo que a intervenção estatal no sentido de ampliar a infra-estrutura e o recurso ao capital estrangeiro (não tanto em relação a sua contribuição quantitativa, mas pelo fornecimento de tecnologia⁴⁷) teriam garantido a ampliação e expansão da hegemonia das novas classes dirigentes vinculadas à atividade industrial.

Ao mesmo tempo que o autor reconhecia o período JK como a porta de entrada para o novo ciclo de acumulação capitalista, ele via também neste período as limitações de um tal processo, o qual estaria assentado numa tendência à *crescente exploração do trabalho*. Neste ponto, também chama atenção a diferenciação da interpretação de Oliveira em relação aos demais autores cebrapianos: enquanto estes (Cardoso, Serra, Singer) apontavam freqüentemente para uma caracterização do período JK como um momento de grande mobilidade social e de melhoria da condição de vida das massas trabalhadoras (em vista da intensa migração às cidades), Oliveira concebia um aumento considerável na taxa de exploração da força de trabalho, à medida que tomava como parâmetro de análise o abismo cada vez maior entre *salários reais* e *produtividade*. Neste ponto de seu trabalho, Oliveira aproximava-se inclusive das vertentes da “teoria da dependência” amplamente combatidas por Cardoso, segundo as quais a reprodução do capitalismo dependente brasileiro, para realizar-se de forma dinâmica, deveria recorrer a superexploração do trabalho, entendida enquanto remuneração do trabalhador abaixo do valor da sua força de trabalho⁴⁸. Apesar de não considerar a superexploração como uma tendência *estrutural* do tipo de capitalismo que aqui se erguia, Oliveira formulava essa

⁴⁷ Oliveira insiste, diferentemente de outros autores que tratavam sobre o assunto, que naquela conjuntura internacional havia uma articulação *inteiramente desfavorável* às medidas internas de aceleração da acumulação industrial. Exemplificando essa adversidade, o autor afirma que a participação inicial de empresas dos EUA – principal potência dos países centrais – na execução do Plano de Metas foi irrisória. “A posição do capitalismo internacional, principalmente a do capitalismo do país hegemônico, era, muito ao contrário, amarrada à antiga divisão internacional do trabalho (...)” (OLIVEIRA, 2003, p.76). No entanto, apesar desta ressalva, Oliveira admite que “os ‘cinquenta anos em cinco’ não poderiam ser logrados sem o recurso ao capital estrangeiro” (*Ibid.*, p.73).

⁴⁸ A vertente em questão, denominada por muitos autores como “vertente marxista dos estudos da dependência”, era composta por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, autores que inauguraram uma leitura sobre a dependência radicalmente diversa da interpretação edificada por Cardoso e Faletto. Tal divergência teórica tornou-se uma polêmica aberta entre os autores. Para uma visão detalhada desta polêmica, cf. minha monografia (VARGAS, 2010). Mais a frente, exporemos algumas questões envolvidas neste debate.

problemática de maneira mais crítica em relação aos demais intelectuais cebrapianos. Em suas palavras:

“A assimetria dos movimentos [do crescimento do produto real da indústria e das inversões por um lado e do aumento da taxa de exploração do trabalho por outro] revela que o diferencial de produtividade sobre os salários constitui-se em fator importante na acumulação e, ainda mais, que a aceleração do crescimento industrial com a implantação dos chamados ramos ‘dinâmicos’ fundou-se exatamente naquela assimetria. Em outras palavras (...), a aceleração da inversão a partir do período Kubitschek, fundada numa base capitalística interna pobre e nas condições internacionais descritas, *requeria, para sua viabilização, um aumento na taxa de exploração da força de trabalho*” (*Ibid.*, p.84, grifos nossos).

Dessa maneira, ao interpretar as raízes da crise de início dos anos 1960, Oliveira também divergiu consideravelmente da explicação elaborada por Tavares e Serra. Para estes autores (que refutavam a ideia furtadiana da “crise de realização do consumo”), a crise teria sido motivada pela drástica diminuição das expectativas de inversão em vista da falta de financiamento e do *incremento dos salários*. Segundo Oliveira, não existiria nenhum dado que apontasse a realidade deste argumento, sendo que sua afirmação conduziria ao puro economicismo⁴⁹. Segundo o autor, o fundamento da crise dos 1960, ao contrário, estaria presente nas próprias relações de produção urbano-industriais, tendo como causa justamente a *assimetria na distribuição dos ganhos de produtividade* acima referida. É por conta dessa profunda assimetria entre ganhos do salário e ganhos do capital que “as massas trabalhadoras denunciarão o pacto populista” (*Ibid.*, p.88), iniciando um período de lutas reivindicatórias que logo passarão ao primeiro plano das contradições políticas do período, incidindo inclusive sobre os níveis de inversão.

⁴⁹ Interessante notar que também Maria da Conceição Tavares, na introdução de seu livro, critica o ensaio de Chico de Oliveira por seu teor pretensamente “totalizante”: “Oliveira cede à tentação de propor-se uma análise ‘totalizante’, que integre o econômico, o político e o social. Sua tentativa de resolver esses problemas se faz através da inclusão em sua análise de elementos políticos e sociais injetados arbitrariamente para explicar uma ou outra circunstância histórica. Deste modo, não só não consegue realizar sua intenção totalizante como debilita sua própria crítica do economicismo” (TAVARES, 1973, nota 7, p.24)

O desfecho deste processo com o golpe de 1964, segundo Oliveira, e a expansão econômica lograda nos anos do “milagre econômico” revelariam uma progressão e aprofundamento das contradições iniciadas no período JK. Neste processo, tornava-se central para a sobrevivência do modelo (e das taxas e lucro do capital) a intensificação da exploração da classe trabalhadora, a qual só poderia efetivar-se sob um padrão de *contenção política e repressão* de suas lutas e reivindicações salariais. Além disso, afirmava o autor, desde a aceleração econômica do período 1957-1962, estava em marcha uma mudança qualitativa de grande peso no que se refere ao padrão produtivo da economia brasileira: a necessidade de monopolização das empresas dos setores “dinâmicos” da indústria como *condição* de sua expansão.

“A homogeneização monopolística é não somente uma necessidade de proteção dos mercados, mas, *principalmente*, uma necessidade da expansão das empresas monopolísticas em áreas e setores da economia ainda não sujeitos à prática da monopolização. Assim, mantendo-se a taxa de lucro e, pelo subsídio ao capital, elevando-se a taxa de lucro potencial nas áreas e setores ainda não monopolizados, forma-se um superexcedente nas superempresas que alastram sua influência e seu controle às outras áreas da economia. (...) A manutenção das taxas de lucros é condição para essa expansão” (*Ibid.*, p.101)

Frente ao processo de monopolização das empresas mais “dinâmicas” da nossa economia, colocava-se a necessidade de um ajustamento institucional que garantisse a transição a um novo modo de acumulação. A montagem de um mercado de capitais e a consolidação da financeirização da economia do país eram condição imprescindível para a absorção dos superexcedentes gerados no âmbito dos conglomerados monopolísticos. Neste processo, iniciou-se um descolamento entre o setor financeiro e produtivo, à medida que a aplicação financeira começou a garantir taxas de lucro extremamente superiores em relação às aplicações produtivas (subsidiadas pelo próprio Governo, ao qual interessava manter altas as cotações da bolsa de valores para melhorar a liquidez e evitar a saída de capitais, mesmo que isso significasse um abismo cada vez maior entre as esferas financeira e produtiva).

“Tem-se, então, que apesar do incentivo desesperado à capitalização, todo o movimento dos últimos anos não se reflete positivamente ao nível das contas nacionais na conta de formação de capital, o que tem sido interpretado por muitos como sinal de poupança insuficiente do sistema. Em poucas palavras, um mecanismo circular que proporcionou o ‘descolamento’ das órbitas financeira e real impede que a primeira sirva de fonte de acumulação para a segunda” (*Ibid.*, p.102).

Para resolver este problema e lograr a transformação da poupança em acumulação real, o sistema recorreu ao que Chico de Oliveira denominou “dessubstituição de importações” de bens de produção, como forma de garantir a retomada do crescimento mediante um aumento na produção desses tipos de bens (departamento 1) e, conseqüentemente, dos bens de consumo duráveis (departamento 2). Em vista da incapacidade do país de autogerar tal crescimento, recorreu-se ao aumento vertiginoso das importações dos bens de produção, o qual se estabeleceu como condição indispensável para garantir o crescimento da economia brasileira do período. Junto a isso, estava o necessário subsídio às exportações e a procura pelo crédito externo, que se colocavam como as únicas formas de aumentar as reservas internacionais do país.

Nessas circunstâncias, apontava Oliveira:

“A resolução das contradições entre relações de produção e nível de desenvolvimento das forças produtivas é ‘resolvida’ pelo *aprofundamento da exploração do trabalho*. (...) O sistema evidentemente se move, mas na sua re-criação ele não se desata dos esquemas de acumulação arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento” (*Ibid.*, p.106, grifos nossos).

Neste ponto, a análise de Oliveira assumia um caráter de grande criticidade ao modelo de desenvolvimento brasileiro, o que, em nossa visão, o distanciava das demais análises presentes no CEBRAP. Daí que o autor assumisse uma interpretação do pós-1964 enquanto um processo *contra-revolucionário*. “Esta talvez seja sua semelhança mais

pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão”⁵⁰ (*Idem*).

Ainda que seja importante ressaltar as discontinuidades da obra de Oliveira em relação à concepção cebrapiana acerca do modelo de desenvolvimento brasileiro, considerando que sua obra é sem dúvida a mais crítica em relação ao modelo econômico que aqui se consolidava, avaliamos que é também relevante lembrar as suas continuidades em relação às concepções daquele grupo. Em primeiro lugar, conforme analisado nos primeiros parágrafos deste item, Oliveira mantém a perspectiva cebrapiana segundo a qual o desenvolvimento da nossa economia obedeceria a um *ciclo endógeno de acumulação*. Não são poucas as passagens de seu texto que demonstram esta interpretação e que tendem a relativizar a ingerência do capital internacional nos rumos do desenvolvimento do país. Isso trouxe para a sua análise um certo tom de otimismo em relação aos rumos da sociedade brasileira, à medida que estes rumos estariam condicionados a determinadas escolhas e decisões *internas* a nosso sistema político-social. Como salientou Schwarz, no prefácio escrito à “Crítica à razão dualista”:

“(...) o acento cai no aspecto consciente das escolhas, dotadas de certa liberdade, o que aliás só lhes agrava o teor. (...) A quarenta anos de distância [da obra de Fernando Henrique Cardoso, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*], Francisco de Oliveira vai catar naquela mesma desistência um inesperado grão de otimismo, mas de otimismo para o passado, que por contraste escurece o presente: se houve escolha e decisão, a ‘porta da transformação’ estivera aberta. Mesmo não-aproveitadas, ou deliberadamente recusadas, as brechas do período circunscrito pela Segunda Revolução Industrial – quando ciência e

⁵⁰ A aproximação feita por Oliveira da ditadura inaugurada em 1964 com o fascismo era uma tese extremamente combatida no interior do CEBRAP, principalmente por Fernando Henrique Cardoso. Partindo de uma análise tipicamente weberiana, Cardoso analisava o fascismo pelos seus componentes estritamente políticos (mobilização de massas, ordem político-partidária, ideologia estatista anti-democrática), negando qualquer tipo de aproximação entre o fascismo e as ditaduras latino-americanas (as quais eram designadas por seu caráter burocrático-autoritário). A este respeito, cf. CARDOSO, F.H. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. Especialmente pgs 38-43. Outro ponto a se destacar é que eram justamente os intelectuais da “vertente marxista da dependência” (também estigmatizados no âmbito do CEBRAP) – Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra – que encabeçavam a interpretação que aproximava as ditaduras latino-americanas ao fascismo. A este respeito cf. SANTOS, T. *Socialismo o fascismo* – dilema latinoamericano. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1969.

tecnologia ainda não estavam monopolizadas – existiam” (SCHWARZ *apud* OLIVEIRA, 2003, p.13-14).

Outra questão importante de continuidade estaria num entendimento político que Oliveira expressou nas últimas páginas de seu ensaio de acordo com o qual a luta política contra o regime estaria necessariamente conectada a luta pelo acesso das classes menos privilegiadas a uma maior participação nos ganhos de produtividade. Neste ponto, Oliveira encontrava-se com as análises cebrapianas e com a perspectiva política da social-democracia. Vale ressaltar que tal linha política sempre foi característica de Francisco de Oliveira, que a expressou e defendeu em diversas obras. Fechamos este ponto de nosso trabalho com uma citação que expressa de modo mais explícito este posicionamento de Oliveira, que em nosso entendimento foi o que garantiu que sua obra tivesse livre trânsito no interior do CEBRAP, apesar das divergências. Trata-se de um trecho do artigo “Por que pacto social?”, escrito por Oliveira em 1985, no qual o autor retomava a problemática da relação do Estado com os movimentos sociais que ascendiam na cena política naquele momento, apontando a descentralização do primeiro como a melhor possibilidade de se alcançar “o inter-reconhecimento” dos sujeitos a partir de um “frutífero diálogo”.

“Não se trata aqui de versões do *small is beautiful*, nem da retórica montorista de 'pequenas obras que compõem um grande governo', mas de uma 'guerra de posições' que se transforma numa *estratégia global de ganhar espaços contra o lucro*, retirando da área privada, e de sua dinâmica, toda uma série de produções de serviços e de bens que recomporiam um público redefinido, a partir do qual as relações entre o que é objeto do lucro e da atividade privada e o que é negação do lucro formam não apenas um novo modelo econômico, mas uma nova cultura de igualdade, base inclusive para a elaboração de um novo arcabouço constitucional que não siga os passos da velha 'Constituição de proprietários'” (OLIVEIRA, 1985d, p.13, grifos nossos).

A despeito das diferentes temporalidades dos textos expostos, consideramos que Oliveira manteve-se ao longo dos anos coerente com sua perspectiva social-democrata. O que não impediu que sua obra de inícios dos anos 1970 – conforme buscamos expor acima – adquirisse um tom de intensa crítica ao modelo de desenvolvimento brasileiro,

ocupando um lugar distinto e de destaque na órbita do pensamento político-social cebrapiano.

c) A crítica ao estagnacionismo por Maria da Conceição Tavares e José Serra: nos marcos do “desenvolvimento possível”

O ensaio publicado por Maria da Conceição Tavares e José Serra no ano de 1971, intitulado “Além da estagnação” tornou-se uma das principais referências do pensamento social cebrapiano no que se refere ao debate sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro. Amplamente discutido em torno dos chamados “mesões” – que eram sessões de longas discussões sobre obras e textos considerados referência por aqueles intelectuais – o ensaio influenciou consideravelmente a concepção de desenvolvimento que ali se gestava, contribuindo para a consolidação de um entendimento do processo econômico brasileiro que “casava” com a concepção que Cardoso e Faletto haviam lançado anos antes em sua “teoria da dependência” e com seus posteriores desdobramentos políticos.

“Além da estagnação” partia, tal como as demais obras cebrapianas que vimos até aqui, de uma crítica à concepção nacional-desenvolvimentista de Furtado, renegando principalmente a ideia do autor segundo a qual haveria uma tendência estrutural nos países “subdesenvolvidos” à estagnação econômica. O objetivo de Tavares e Serra (1973) era refutar o conjunto do argumento de Furtado, que levaria a crer que nosso desenvolvimento estaria condicionado à melhoria do padrão de vida da grande maioria da população via reformas estruturais que garantissem uma melhor distribuição de renda. Neste sentido, como veremos adiante, os autores levaram a frente a ideia de Cardoso e Faletto de descolar a problemática do desenvolvimento de seus condicionantes políticos e sociais, sob a constatação de que era possível alcançar uma economia desenvolvida, a despeito da condição de miséria da maioria da população.

O centro da análise de Tavares e Serra era analisar a crise que assolou o país em inícios dos anos 1960 como uma crise de esgotamento do processo de substituição de

importações, o qual estaria desaparecendo e transitando a um novo esquema de desenvolvimento capitalista, agora mais moderno e integrado ao capitalismo internacional. Tomando como ponto de partida um entendimento de desenvolvimento como crescimento econômico ou *modernização*, os autores buscavam tirar de campo problemas que em sua concepção não seriam essenciais para a dinâmica econômica capitalista:

“Marginalidade, desemprego estrutural, infraconsumo, etc. não constituem em si mesmo, nem necessariamente, problemas fundamentais para a dinâmica econômica capitalista, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os problemas relacionados com a absorção das poupanças, oportunidades de investimento, etc” (TAVARES e SERRA, 1973, p.157).

Tratava-se de construir uma leitura do recente desenvolvimento econômico do país, marcado pela conjuntura do chamado “milagre econômico”, acertando as contas com as concepções que viam as mazelas da nossa sociedade como produto necessário do processo de modernização em curso. Enquanto Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1975) logravam isolar da problemática do desenvolvimento a condição de subordinação e dependência dos países latino-americanos em relação aos países centrais, Tavares e Serra completavam este movimento analítico isolando da problemática do desenvolvimento a concentração de renda, a marginalidade social e a extrema miséria sob a qual viviam parcelas enormes da nossa população.

Para realizar um tal empreendimento intelectual, os autores partiam de uma concepção comum aos demais cebrapianos, segundo a qual o capitalismo brasileiro havia chegado numa etapa de seu desenvolvimento que o permitia “autogerar fontes internas de estímulo e expansão” (*Ibid.*, p.158), alcançando um grau de desenvolvimento que poderia se considerar satisfatório. Neste sentido, o modelo defendido por Celso Furtado pecaria por considerar que problemas como o mercado restrito, a concentração de renda, a heterogeneidade estrutural, a importação de padrões de consumo, etc. – típicos de economias “subdesenvolvidas” – conformariam empecilhos para a dinamização de nossa

economia⁵¹. Pelo contrário, atestavam Tavares e Serra, apesar da existência desses problemas ser inegável no caso brasileiro, eles constituiriam contradições relacionadas mais à *forma* em que se processou tal modernização do que propriamente ao seu *conteúdo*.

A crise de início dos 1960, vista por Furtado como a concretização da tendência estrutural das economias subdesenvolvidas à estagnação, era compreendida por Tavares e Serra como uma crise de transição a um novo modelo de desenvolvimento e de esgotamento do processo substitutivo de importações. Após os grandes investimentos proporcionados pelo “Plano de Metas” de JK, não fora dada a seqüência a esses investimentos que garantisse a continuidade da expansão, ocasionando duas ordens de problemas que se definiram como núcleos centrais da crise: *o problema da demanda e o problema de financiamento*.

Ao lado da demanda, apontavam os autores, a rigidez da distribuição de renda, inclusive para os estratos médios – que possibilitariam um tipo de consumo capaz de lograr um melhor aproveitamento da capacidade industrial instalada –, somava-se às dificuldades de “definição dos próprios projetos”, levando a crer que mesmo frente a um potencial produtivo ainda inutilizado estaríamos fadados à estagnação. No entanto, a solução dada pelo sistema foi

“alterar a composição da demanda – redistribuindo a renda pessoal e seus futuros incrementos ‘para cima’, a favor das camadas médias e altas – e aumentando a relação excedente-salários através da compressão, até mesmo absoluta, das remunerações à massa de trabalhadores menos qualificados” (*Ibid.*, p.168-169).

⁵¹ Sobre os problemas relacionados ao processo de “modernização” dos países subdesenvolvidos, destacamos o seguinte trecho de Furtado: “A verdade é que o processo de modernização, isto é, a assimilação do progresso tecnológico nos padrões de consumo, já alcançou elevado nível – pelo menos no que respeita a uma minoria da população – e continua a avançar rapidamente. Para acompanhar esse avanço a industrialização deve apoiar-se em intensa capitalização, o que não se compatibiliza facilmente com o nível médio de renda de um país subdesenvolvido. A solução que se tem encontrado, consiste, na prática, em realizar a industrialização em benefício de uma minoria da população, o que, salvo casos excepcionais, restringe as dimensões do mercado, com reflexos negativos na produtividade industrial” (FURTADO, 1972, p.11).

Com respeito ao segundo problema, o esquema inflacionário que havia se definido como principal mecanismo de financiamento no modelo substitutivo de importações mostrava sinais de saturação, à medida que a artificialidade da valorização dos ativos, mediante uma política de incentivo massivo aos investimentos do capital e de socialização dos custos, mostrou-se insustentável a longo prazo, ocasionando uma aceleração tão intensa do processo inflacionário que acabou fazendo com que este perdesse sua funcionalidade como mecanismo de financiamento da economia. Assim, o declínio da rentabilidade dos investimentos e o fim dos lucros ilusórios possibilitados pela inflação e pelas políticas cambial, de crédito e de endividamento do Estado, fizeram com que caísse drasticamente o investimento global, gerando uma desaceleração sem precedentes.

Neste ponto, Tavares e Serra argumentavam que a política econômica posta em prática pelo governo Goulart em 1963, que tinha como ideia central a tentativa de redistribuição da renda a favor dos trabalhadores e a contenção do processo inflacionário mediante cortes no gasto público e nos créditos ao setor privado (concepção tipicamente populista, na visão dos autores), resultou numa aceleração do processo de crise econômica.

“A redução do investimento público e o ataque direto ao capital estrangeiro (lei de restrição e controle das remessas de lucros) detiveram os planos de investimentos nos setores mais dinâmicos, bem como em novos setores visados pelas corporações multinacionais (mineração, aço, petroquímico e equipamentos pesados), eliminando-se, desse modo, componentes autônomos que poderiam ter contrabalançado os efeitos da crise de demanda corrente na economia” (*Ibid.*, p.170).

Aqui fica bastante evidenciada a postura dos autores frente ao processo econômico do período. Em primeiro lugar, é nítido nesta passagem que a preocupação estava voltada ao porte do capitalismo que aqui se constituía, independentemente dos profundos problemas sociais característicos deste modelo. Ao questionarem a política de reformas de Goulart adotando um ponto de vista “crítico” ao seu caráter populista, por exemplo, os autores apontavam como “solução” a adoção de posturas consideradas mais “modernas”:

investimentos em setores visados pelas multinacionais, atuação do Estado no sentido de acelerar tais investimentos, etc. O posicionamento dos autores, neste sentido, caminhava cada vez mais para uma adaptação aos ditames da “modernização econômica”, considerada por eles um processo irrefreável e até mesmo desejável pelas economias latino-americanas e brasileira em particular. Neste processo, como demonstrado acima, não havia lugar ao sol aos deserdados do sistema, sendo que qualquer tentativa de reversão estrutural deste postulado seria considerado, do ponto de vista dos autores, “antiquado” para o moderno capitalismo que aqui se edificava. Nisso residia, a nosso ver, o núcleo da crítica dos autores ao modelo de Furtado: *mais que questionar somente a ideia de estagnação, tratava-se de deslocar o problema do desenvolvimento de seus condicionantes políticos e sociais.*

A interpretação dos autores sobre novo modelo de desenvolvimento consolidado pelos militares a partir de 1964 torna mais nítida a ideia esboçada acima. O reordenamento da política econômica através de medidas relacionadas aos cortes no gasto público, aumento na carga fiscal e absoluta compressão salarial “desafogaram” as empresas, garantindo a passagem ao novo modelo de acumulação.

“Apesar de tudo, essas medidas podem ser consideradas como ‘funcionais’ do ponto de vista da luta contra a crise e da passagem a uma nova etapa de desenvolvimento capitalista. Várias empresas marginais de menor solidez financeira e com pouca capacidade de endividamento foram liquidadas, limpando o campo para uma reconcentração da atividade industrial e comercial” (*ibid.*, p.171).

Ao mesmo tempo, a reforma tributária e a constituição de um mercado de capitais prepararam o terreno para um novo padrão de financiamento, consolidado a partir de projetos de “solidariedade” entre Estado e capital estrangeiro⁵², de atração de agências

⁵² Nas palavras dos autores: “(...) podemos dizer que um dos fatores-chave que determinou as possibilidades de expansão foi, precisamente, o grau de maior ou menos solidariedade de suas economias com o capitalismo internacional” (*ibid.*, p.176). No caso brasileiro, afirmam, a grande solidariedade orgânica entre Estado e capitalismo internacional, além da integração complementar entre os setores dinâmicos que eles controlam, teriam dado as bases para a expansão econômica recente. Isso teria sido possibilitado em grande parte pela eliminação das políticas de corte populista em que as chamadas “burguesias nacionais” eram enormemente beneficiadas pelo Estado.

financeiras privadas, etc. Transformações deste nível, viabilizadas pela reordenação da política econômica sob o comando dos militares, acompanharam a recuperação de nossa economia.

Tal recuperação, segundo os autores, não seria lograda sem uma série de contradições. Enquanto as modernas empresas capitalistas contavam com uma posição privilegiada no que se refere à geração e apropriação do excedente econômico – em vista principalmente do diferencial entre salários e produtividade e da ausência relativa de competitividade –, a alocação de parcelas deste excedente para o setor de serviços pessoais e “diversos” seria realizada no sentido de absorver a mão-de-obra “sobrante” mediante formas de “acumulação primitiva”. Ainda que neste ponto a argumentação dos autores faça lembrar Francisco de Oliveira, nos parece que aqui a questão da *marginalidade* aparece muito mais “solta” em relação ao processo de acumulação geral. Para Tavares e Serra, haveria uma “transferência de excedente da burguesia e altos grupos médios para setores da população que não chegam a incorporar-se ao sistema como força regular de trabalho (...)” (p.180), a qual seria funcional à acumulação em vista da *incorporação ao consumo de uma massa da população urbana que cria a demanda para os setores tradicionais*. Ora, trata-se de uma argumentação diametralmente oposta à de Oliveira (2003), segundo o qual haveria uma transferência de mais-valia *em sentido inverso*. Ademais, tratar da funcionalidade da marginalidade em relação à acumulação capitalista em vista do *consumo* da população marginal nos parece uma visão absolutamente distorcida do processo, senão apologética.

Ainda com respeito à marginalidade, os autores parecem aproximar a situação da economia brasileira e de seu desenvolvimento “desigual e combinado” à normalidade de uma economia capitalista “desenvolvida”, eliminando as especificidades estruturais que alimentariam este processo. De acordo com os autores, a acentuação do fenômeno da marginalidade dar-se-ia mais devido à extensão da modernização a determinadas parcelas das atividades tradicionais – gerando a expulsão de mão-de-obra – que do enrijecimento característico de uma economia estruturalmente heterogênea, marcada pela reduzida capacidade dos setores “modernos” em absorver mão-de-obra. De modo que tal processo

revelaria sua dialética na conformação de duas tendências simultâneas e contraditórias: ao mesmo tempo que seriam *incorporados* segmentos dos setores produtivos tradicionais ao processo de modernização, o resultado seria a *expulsão* de parcelas consideráveis da mão-de-obra, as quais acabariam por alocar-se no setor de serviços urbanos, ampliando a *heterogeneidade* da nossa estrutura econômica. Tal dinâmica estaria muito mais próxima dos problemas típicos de um “capitalismo maduro” que dos entraves ocasionados pelo caráter subdesenvolvido da nossa economia.

Seguindo essa linha de raciocínio, Tavares e Serra passavam a caracterizar a dinâmica da concentração de renda no desenvolvimento recente do país. Criticavam a visão segundo a qual a concentração de renda seria um processo linear que tenderia permanentemente “à concentração da propriedade e à produção em mãos de umas poucas empresas, (...) [fluindo] cada vez mais para as mãos de uma cúpula numericamente insignificante da população” (TAVARES e SERRA, 1973, p.194-195). Segundo os autores, o equívoco desta leitura estaria em desconsiderar o fato de que

“Qualquer processo de concentração é acompanhado de perto por outro de *desconcentração e reconcentração* e o resultado pode ou não representar um aumento do coeficiente global de concentração; não obstante, durante o mesmo mudam significativamente as relações e composição interna dos diferentes estratos produtivos, de propriedade, de tamanho da empresa e da renda” (*Idem*, grifos nossos).

Neste sentido, afirmam os autores, ainda que seja possível observar na moderna economia a tendência ao desaparecimento de pequenas e médias empresas de cunho tradicional, elas não necessariamente seriam substituídas por “moléculas produtivas gigantes”, podendo dar lugar a pequenas e médias empresas modernas, fornecedoras e clientes das grandes empresas dinâmicas ou mesmo empresas artesanais de luxo voltadas ao mercado urbano sofisticado. Essa “desconcentração” da propriedade produtiva estaria em compasso com a organização da moderna economia em *conglomerados*, visto que o grande objetivo destes seria o controle do excedente e de suas formas de aplicação, ainda que isso se desse num universo “mais flexível” de pequenas e médias empresas. Neste

ponto, novamente, evidencia-se o deslumbramento de Tavares e Serra com a *modernização* econômica posta em marcha no país:

“(...) para os esquemas de controle e reassinação de excedente em escala nacional ou mundial a formação do conglomerado torna-se cada vez mais necessária *visto parecer a maneira mais eficiente* de compatibilizar a formação real de capital com a acumulação financeira, evitando o aguçamento das crises de realização inerentes ao sistema capitalista.

Esta nova forma de capitalismo permite, ao ganhar sentido nos países capitalistas subdesenvolvidos, a manutenção de uma pluralidade de formas de organização produtiva, com diferentes tamanhos de empresas e graus variados de avanço tecnológico” (*Ibid.*, p.197).

Tal “pluralidade” ao nível das empresas estaria acompanhada de certo dinamismo e periodicidade também no que se refere aos processos de concentração – desconcentração – reconcentração da renda ao nível pessoal. Analisando os processos recentes de reconcentração da renda no Brasil, os autores sustentavam a ideia de que, apesar dos governos militares terem ampliado com vigor o processo de concentração da renda nas cúpulas e comprimido o nível dos salários em quase 30%, haveria uma tendência à *redistribuição de renda em favor dos setores médios urbanos*⁵³, a qual teria garantido que os típicos problemas de realização do excedente da economia brasileira tivessem uma base de resolução real.

⁵³ Sobre a questão da redistribuição “intermediária” da renda, vale lembrar que Chico de Oliveira (2003) refutava veementemente esta tese, afirmando que ela não apresentava nenhuma base empírica real. Retomando dados comparativos em relação à distribuição de renda nos anos 1960 e 1970, Oliveira mostrou que houve, neste último período, uma concentração massiva da renda nos 5% mais ricos da população. Além disso, argumentava o autor, uma redistribuição deste tipo passaria pela propriedade dos meios de produção, o que obviamente não se pode considerar para o caso dos estratos médios no período analisado. Ainda que se possa admitir um incremento na renda das classes médias, deve-se derivá-lo do “novos requerimentos técnico-institucionais da matriz da nova estrutura industrial e, portanto, das *ocupações* médias que essa matriz cria” (OLIVEIRA, 2003, p.99) e não de um suposto “estado de bem-estar” das classes médias garantido pelo “desprendimento” das classes proprietárias. Oliveira ressalta que o argumento da “redistribuição intermediária” mobilizado por Tavares e Serra desconsidera que *não existem relações de produção entre as classes trabalhadoras e as classes médias* e escamoteia o real conteúdo dos fatos: “(...) de que a compressão salarial, impedindo o crescimento dos salários, transfere os ganhos da elevação da mais-valia absoluta e relativa para o pólo da acumulação e não para o do consumo” (*Idem*). Observamos, fortalecendo a ideia de Oliveira, que o quadro empírico utilizado por Tavares e Serra para a sustentação deste argumento não está baseado numa fonte real, mas na “estimativa dos autores” em relação ao processo de distribuição de renda nos anos 1970 (cf. TAVARES e SERRA, 1973, p.202).

Concluindo sua argumentação, os autores afirmavam que a despeito da economia brasileira contar com problemas típicos de uma economia que se inseriu no sistema capitalista mundial de uma forma dependente, tais problemas já encontrariam resoluções no plano da tomada de decisões. Se por um lado, no caso brasileiro, a tendência à crise de realização adquiriu “características mais dramáticas e específicas” do que nos países centrais, por outro essa contradição se resolveria “pelo caráter solidário da economia com os esquemas renovados de divisão internacional do trabalho” (*Ibid.*, p.205), os quais garantiriam alterações periódicas e intensas nos esquemas de geração, apropriação e utilização do excedente. Os governos militares, com sua política de alinhamento estreito aos ditames do capitalismo internacional e extremamente coercitiva em favor dos grupos dominantes, teriam logrado alcançar um grau considerável de desenvolvimento apesar das instabilidades típicas de um país marcado pela “dependência”:

“O capitalismo brasileiro, após uma importante ruptura em seu esquema político, parece haver conseguido tirar maior proveito de seu poder de controle sobre as variáveis chaves da acumulação e modernização, conseguindo, além disso, alcançar um modesto lugar, embora relativamente privilegiado, no novo esquema da divisão do mercado regional e internacional que se vem processando através das corporações transnacionais” (*Ibid.*, p.206).

Com isso, podemos perceber que o movimento analítico realizado por Tavares e Serra no ensaio exposto acima trazia a tona um entendimento do modelo de desenvolvimento brasileiro dos anos 1970 que o separava de forma radical dos problemas que assolavam a grande maioria da população do país. Na contra-mão da concepção de autores como Celso Furtado, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos – que enxergavam a problemática do desenvolvimento em sua relação intrínseca com as necessidades da maioria da população – Tavares e Serra operavam uma análise que separava tais variáveis, tomando como ponto de partida unicamente as condições de “eficiência” do processo de acumulação.

Ainda que no texto possamos perceber uma certa preocupação dos autores em relação às mazelas de um modelo de cunho excludente, concentrador de renda e de base

produtiva extremamente heterogênea, tais problemas não constituem o cerne de suas preocupações, às quais encontram-se condicionadas pelo ponto de vista que assumem, qual seja, dos limites e possibilidades da *dinâmica capitalista*. Não são poucos os trechos do artigo que podemos encontrar um deslumbramento dos autores em relação ao processo de modernização do país, o qual fica mais nítido se levarmos em consideração que a conjuntura na qual foi escrito o ensaio era justamente a do “milagre econômico”.

Dessa forma, a análise de Tavares e Serra completa a ruptura iniciada por Cardoso e Faletto com respeito ao entendimento que o pensamento crítico dos anos 1960 tinha da questão do *desenvolvimento*. Tomando como caminho quase *natural* a adaptação das economias latino-americanas à dinâmica das modernas empresas transnacionais, os autores transitam no terreno do “*desenvolvimento possível*”, procurando estabelecer como antídoto aos nossos problemas sociais mais graves arranjos de políticas econômicas capazes de amortecer os efeitos mais devastadores de um tal modelo de desenvolvimento.

Tal entendimento acerca do desenvolvimento tornou-se hegemônico no âmbito da intelectualidade cebrapiana que aqui nos interessa e operou, no plano da economia, as bases para uma concepção social-democrata do processo político. Vejamos no próximo capítulo de nosso trabalho como são costuradas a problemática do desenvolvimento com a questão democrática que se desenvolve no interior do CEBRAP.

Capítulo 3 – O Modelo político brasileiro e o debate sobre a democracia

O debate político cebrapiano ao longo da década de 1970 e da primeira metade dos anos 1980 esteve amplamente direcionado à discussão sobre o caráter do modelo político inaugurado pela ditadura militar e pelo debate acerca da democratização da sociedade brasileira. Neste período, de acordo com Sorj (2001) e Lahuerta (2001), houve um deslocamento das principais temáticas desenvolvidas por aqueles intelectuais nos anos 1960 e o surgimento de uma preocupação teórica em edificar uma interpretação acerca do regime político iniciado em 1964. Tratava-se de uma tentativa de consolidar uma visão específica do processo político brasileiro e consolidar uma concepção *do que deveria ser* a transição à democracia.

No âmbito deste debate, a figura de Fernando Henrique Cardoso foi proeminente. Se considerarmos o percurso intelectual do autor, poderemos observar que sua obra transitou de uma discussão sobre o modelo de desenvolvimento da “dependência associada” (1968) para um debate sobre o “autoritarismo e a democratização” (1975); da chamada “teoria da dependência” para a “teoria do autoritarismo”. Este percurso nos revela uma dimensão significativa do debate teórico que se edificou nas fileiras do CEBRAP, à medida que no interior daquele grupo era possível notar também uma tendência à priorização dos temas do autoritarismo e da democracia⁵⁴. Além disso, podemos identificar na obra de Cardoso um significativo esforço teórico em sintetizar o debate que se edificou em torno dessas questões, o que torna sua obra especialmente importante para o presente estudo.

A linha interpretativa inaugurada por Cardoso e retomada por Guillermo O’Donnell a respeito dos denominados “Estados burocrático-autoritários” edificados durante as ditaduras militares latino-americanas tornou-se hegemônica no interior do pensamento cebrapiano. Neste capítulo, nosso objetivo será discutir o estatuto dessa interpretação e as implicações teóricas e políticas de tal conceitualização do processo político no caso brasileiro. Posteriormente, discutiremos como essa interpretação acerca do modelo

⁵⁴ Cf. quadros temáticos organizados por Sorj (2001) nas pgs. 44, 50 e 51, nos quais o autor mapeia as publicações do CEBRAP por tema e por ano.

político constituído a partir de 1964 relacionava-se com uma concepção específica de democracia. Aqui, a idéia é retomar a discussão sobre a transição democrática que se erigiu nas fileiras do CEBRAP a partir da segunda metade dos anos 1970 e principalmente em inícios dos 1980, buscando situá-la num espectro político mais amplo.

a) O estatuto teórico do autoritarismo burocrático

O tema da autonomia do Estado e de suas estruturas institucionais burocráticas tornou-se significativo no interior do pensamento político-social brasileiro principalmente a partir de 1964, quando o golpe militar conformou no país um regime autoritário, centralizado e de cunho altamente modernizador. Preocupado em compreender as raízes históricas e estruturais desse modelo político implantado pelos militares, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso dedicou grande parte de sua obra para a discussão acerca do caráter do Estado brasileiro e de suas instituições políticas neste período.

Combatendo os propalados diagnósticos das chamadas “teorias da modernização” vigentes nos EUA ao longo dos anos 1950 e 1960⁵⁵ - segundo os quais a modernização econômica das economias latino-americanas conduziria inevitavelmente à democratização de seus sistemas políticos – Cardoso (1982), observando a ascensão de regimes autoritários por toda a América Latina, levantou as seguintes questões: como explicar o fato de toda uma região estar se tornando simultaneamente tanto mais modernizada como politicamente mais autoritária? Quais as características que distinguem os novos regimes militares autoritários que emergiram na América Latina ao longo dos anos 1960 e 1970 de outras formas de autoritarismo?

Para tratar as especificidades do chamado “regime burocrático-autoritário” latino-americano, Cardoso (1982) construiu uma *tipologia* elencando alguns aspectos centrais destes regimes: 1- diferentemente do domínio dos *caudillos* do velho militarismo latino-americano, é a instituição militar como *organização* que assume o poder a fim de reestruturar a sociedade e o Estado; 2- esses regimes aspiram produzir uma apatia política

⁵⁵ Os principais expoentes das chamadas “teorias da modernização” foram Walt Whitman Rostow (1969; 1974) e William Artur Lewis (1960).

nas massas, ao contrário do fascismo e corporativismo europeus; 3- sob esse regime, o Estado tende a excluir as organizações de classe do processo de tomada de decisões, preservando uma estrutura hierárquica rígida que é burocraticamente controlada por várias agências de segurança nacional e pelos comandantes das Forças Armadas. O padrão de relacionamento entre o Estado e os diversos grupos sociais define-se assim como uma relação de “apoio técnico”, ao invés de um relacionamento baseado em alianças políticas; 4- os laços entre o regime e a sociedade civil são construídos através da cooptação de indivíduos e interesses privados, impedindo a vigência de mecanismos de representação. Aqueles que controlam o aparelho estatal escolhem as pessoas que devem participar do sistema de tomada de decisões, podendo incluir tanto interesses das classes dominantes quanto das classes dominadas. Neste processo, é favorecida a atividade das facções políticas em detrimento das instituições de representação política.

Observemos neste ponto que, segundo Cardoso, os regimes burocrático-autoritários definiam-se por um processo de *autonomização* do poder estatal, uma vez que os interesses das camadas burocráticas ali alocadas tendiam a se constituir como algo independente dos demais grupos sociais. Aqui é importante salientar a distinção que Cardoso fazia entre *Estado* e *regime político*. Para o autor, a noção de Estado referia-se “ao ‘pacto de domínio’ básico que existe entre as classes sociais ou frações das classes dominantes e as normas que garantem o seu domínio sobre as camadas subordinadas” (CARDOSO, 1982, p.46). Nesse sentido, seria possível manter a caracterização do Estado brasileiro pós-1964 enquanto um *Estado capitalista*, à medida que este se dispunha enquanto organizador e articulador do domínio das classes dominantes sobre o conjunto das classes dominadas. Daí que, segundo Cardoso, seria inegável a orientação do Estado no sentido de privilegiar os interesses dos setores estratégicos da grande burguesia internacionalizada no decorrer do regime burocrático-autoritário brasileiro. Já o *regime político* poderia ser definido pelo conjunto de regras formais que ligam as principais instituições políticas, bem como pela natureza política do laço entre cidadãos e os governantes (democrática, totalitária, oligárquica, etc). Os chamados regimes burocrático-autoritários, nesse sentido, poderiam ser caracterizados como regimes de força, de

caráter modernizante, que excluía qualquer tipo de participação popular e que tinham como marca distintiva seu caráter de beneficiamento de um grupo social específico: as burocracias civis e militares que detinham cargos no Estado. Note-se que ao recorrer à noção de regime político para designar o autoritarismo-burocrático vigente na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, Cardoso salientava o caráter conjuntural e transitório desta ordenação política e social.

Aqui é interessante destacarmos que no interior do CEBRAP constituíram-se algumas divergências sobre esta questão. Guillermo O'Donnell (1987; 1990) foi o teórico que mais se debruçou sobre esta problemática, indicando, diferentemente de Cardoso, que a marca do autoritarismo burocrático dizia respeito a uma caracterização do próprio Estado, e não somente do regime político⁵⁶. Para este autor, o problema consistia em caracterizar o tipo de relação que era possível postular entre o curso determinado do desenvolvimento capitalista dependente e a forma de Estado por meio da qual essa dominação se concretizava em poder político. Ou seja, o que estava em jogo era a definição teórica da relação existente entre um Estado não-democrático comandado por elites burocráticas militares e o momento de transição que se colocava no processo da industrialização dependente.

Neste ponto, O'Donnell vai mais longe que Cardoso em sua análise: ao propor uma profunda correlação entre a emergência dos Estados Burocráticos-Autoritários e a implantação do capitalismo monopolista na América Latina, o autor chega a uma formulação teórica mais complexa, que podemos atestar na seguinte afirmação:

⁵⁶ É importante salientar as concepções de Estado, regime e governo mobilizadas por O'Donnell (1990). Resumidamente, para o autor o Estado seria parte originária e constitutiva das relações de produção capitalistas, organizando essas relações no sentido de reproduzi-las socialmente. "O Estado capitalista é fiador e organizador das relações sociais capitalistas e, portanto, da dominação que elas concretizam. Isto implica em que o Estado não é fiador da burguesia, mas sim do conjunto da relação que estabelece esta classe como dominante" (p.25). O conjunto de aparelhos e instituições estatais seriam, de acordo com o autor, "um momento objetivado do processo global de produção e circulação do poder" (p.26), que embora constituam parte fundamental do Estado, não devem ser confundidos com "todo o Estado" em seus fundamentos mais profundos originados no seio das relações sociais capitalistas. Já o regime político seria caracterizado pelo "(...) conjunto de padrões realmente vigentes (não necessariamente consagrados jurídica ou formalmente) que estabelecem as modalidades de recrutamento e acesso aos papéis governamentais, bem como os critérios de representação com base nos quais se formulam expectativas de acesso a tais papéis" (p.29). O conjunto desses papéis é o governo, desde onde se mobilizam os recursos do aparelho estatal, inclusive sua supremacia coercitiva (p.30).

“(...) contrariamente ao postulado por simplificações simetricamente errôneas, nem o Estado BA flutua soberanamente sobre as classes executando os seus projetos de ‘grandeza nacional’, nem - ainda nas suas primeiras etapas, quando mais se interpenetra com o capital internacional – se converte em seu fantoche” (O’DONNELL, 1987, p.34).

Assim, atestava o autor, o Estado Burocrático-Autoritário se erguia como uma garantia política da “ordem” (fundamentada na exclusão persistente dos setores populares do processo político e econômico), ao mesmo tempo em que operava, no plano econômico, como

“executante e promotor de obras públicas, do saneamento financeiro, da ‘disciplina fiscal’ e da própria racionalização interna destinadas a possibilitar grande mudança das atividades produtivas. Dito de outra maneira, o Estado BA e o capital transnacional se encontram em relação mutuamente indispensável (...)” (*Ibid.*, p.35).

Trata-se de uma íntima relação entre fatores econômicos e políticos que concretizou, a partir do Estado BA, o correlato político para a nova etapa de consolidação do “capitalismo dependente” em sua fase monopolista. Tais processos imprimiram nesses Estados a característica da “*profundización*” capitalista que, segundo O’Donnell, deveria eliminar as incertezas econômicas do período anterior, garantindo a estabilidade indispensável para transformar a acumulação capitalista lograda pelas empresas transnacionais em constantes investimentos reprodutivos.

Para responder às questões referentes à relação entre Estado BA e o tipo específico de desenvolvimento associado-dependente latino-americano, O’Donnell (1990) lançou mão de uma metáfora tipicamente weberiana, afirmando que o padrão desse relacionamento se dava pela via das *afinidades eletivas*⁵⁷. Para o autor, a articulação de poder que resultou no autoritarismo-burocrático aparecia como a solução mais provável (porém não única) para os problemas econômicos e políticos decorrentes do processo de

⁵⁷ O termo *afinidades eletivas* foi apropriado por Weber de um escrito de Goethe como uma metáfora para caracterizar a relação entre a ética protestante e o sistema capitalista. Cf. WEBER (1967).

industrialização dependente-associada em sua fase de transnacionalização e oligopolização. Distinguindo as diferentes dimensões e intensidades que poderiam caracterizar uma crise, O'Donnell chamava atenção para o fato de que a emergência dos Estados burocrático-autoritários latinoamericanos foi geralmente precedida por uma crise de hegemonia, entendida esta enquanto crise do fundamento da sociedade, das relações sociais que constituem as classes e suas formas de articulação (inclusive no Estado). A sacudida dessas relações (e com elas, do próprio Estado em suas dimensões mais profundas e complexas) daria substância à reação da burguesia e de alguns setores das classes médias para restabelecer a ordem social nos moldes de um regime autoritário comandado pelas Forças Armadas. Neste processo, o Estado burocrático-autoritário colocar-se-ia como agente principal para garantir o “interesse geral”, eliminando os canais de mediação da representação política da sociedade civil.

Apesar da diferença apontada, as análises de Cardoso e O'Donnell convergiam no que se refere à caracterização do processo político brasileiro pós-1964 sob o desígnio do autoritarismo burocrático. De acordo com ambos os autores, a articulação de poder vigente a partir de 1964 ampliou a autonomia decisória das elites burocráticas, conferindo a estas um poder de mando marcado pelo obscurantismo e pela perversão autoritária. A relação existente entre o Estado assim constituído e as classes dominantes era tratada a partir do arcabouço weberiano, concepção esta segundo a qual as esferas de ação humana, apesar de sua *completa autonomia e radical separação*, poderiam estabelecer tensões potenciais entre elas. Neste sentido, o movimento das causalidades seria múltiplo e complexo; daí a impossibilidade de darmos conta de sua generalidade (WEBER, 1967; 1999).

O tratamento da relação existente entre regime burocrático-autoritário e os interesses da grande burguesia internacionalizada, dessa forma, se dava a partir de um entendimento da totalidade social enquanto um composto de esferas autônomas, que seriam sempre sociais, políticas e econômicas e que a análise deveria se encarregar de vincular. O próprio entendimento que os autores tinham em relação à burocracia apontava para uma concepção fundamentalmente weberiana, de acordo com a qual essa

última conformaria um grupo racionalmente orientado por interesses próprios e autônomos. Podemos perceber mais claramente tal orientação teórica no seguinte trecho da obra de Cardoso (1993):

“Convém distinguir, pelo menos, as classes dominantes das facções dirigentes, e nas primeiras separar as que de fato ampliam suas vantagens com as políticas postas em prática pelo regime (ou, mais precisamente, em cada governo) das que, se bem que se escudem no Estado na medida em que este exclui o conjunto das classes dominadas da possibilidade de exercício do poder, não necessariamente ganham com a condução política das facções dominantes” (p.171)

Neste trecho fica clara a orientação da análise de Cardoso no sentido de desvincular a *direção do processo político* nos regimes burocrático-autoritários de um projeto classista proveniente dos setores estratégicos da burguesia internacionalizada. Para o autor, ao contrário, o caráter autoritário do regime explicar-se-ia pela orientação perversa das elites burocráticas que dominavam o Estado, as quais não deveriam ser confundidas com as classes dominantes em sua relação com o aparelho de Estado (*Ibid.*, p.171)⁵⁸.

Analisando assim o processo de tomadas de decisões sob os chamados regimes autoritário-burocráticos, Cardoso salientava que o padrão da relação Estado-sociedade observado nestes regimes aparecia necessariamente mediado pelo grupo de burocratas do Estado, os quais

“(…) podem ‘desarmar’ qualquer pressão simplesmente concedendo oportunidades de participar por seus próprios meios de escolha. (...) Os interesses que os grupos sociais conseguem articular nos regimes autoritários têm de ser definidos dentro do mecanismo do

⁵⁸ Aqui, vale ressaltar a profunda divergência expressa por Octávio Ianni em relação à tese de Cardoso. Segundo Ianni (1979) a militarização do poder decorrente dos golpes de Estado por toda a América Latina seria a expressão de um desenvolvimento específico das relações de produção neste países, nos quadros da implantação do capitalismo monopolista. Em suas palavras: “Em outros termos, quando se acentua a alienação do produtor de mais-valia e se exacerbam as contradições de classes, no contexto do capitalismo monopolista, que também monopoliza o aparelho estatal, torna-se mais urgente e necessária a militarização do poder político. Essa é a situação na qual surge a *ilusão* de que a burguesia não detém ao menos parte significativa do poder; ou de que as razões militares (luta contra a subversão, expansionismo geopolítico) superam e suprimem as razões da burguesia, nacional ou estrangeira” (p.137)

Estado, enquanto os partidos políticos nos sistemas democráticos tendem a estar enraizados na sociedade civil. O mecanismo de cooptação permite aos interesses privados estabelecerem suas raízes dentro do Estado, mas só através de comissões ou grupos especiais de consultoria controlados por funcionários do Estado (civis e militares)” (CARDOSO, 1982, p.50).

Ainda que a relação Estado-sociedade fosse assim definida nesse tipo de regime político, Cardoso atentava para o fato de que o controle real exercido pelo regime sobre a vida das pessoas variava de acordo com os países, configurando um grau diferenciado de autonomia relativa das organizações políticas controladas pelos grupos de interesse na sociedade civil. Em decorrência de fatores concretos atrelados à história de cada país, constituíram-se padrões diversos de controle político e social, relacionados a três fatores relevantes: 1- as circunstâncias sob as quais os regimes chegaram ao poder (se de modo violento ou pacífico); 2- ao grau prévio de organização e força da sociedade civil (principalmente em relação aos partidos políticos preexistentes); 3- aos fatores técnicos que ampliavam ou limitavam a capacidade de controle desses regimes (*Ibid.*).

No entanto, apesar das variações nacionais constituírem um fator relevante na análise do domínio político dos regimes sobre a sociedade, a questão da coesão e unidade do Estado sob os regimes autoritário-burocráticos colocava-se como um aspecto problemático, de modo que

“seria incorreto supor que o aparelho do estado funcione como um todo unido nos regimes autoritários da América Latina. A ausência de um partido que possa unir o sistema e de uma ideologia verdadeiramente totalitária impede a tecnoburocracia e os detentores de cargos de se comprometerem com a ideologia militar da grandeza do estado. Pelo contrário, um grau considerável de privatização do aparelho do estado ocorre nesses regimes. A coerência do regime existe mais no nível máximo, através do discurso ideológico de ministros e generais, do que no comportamento rotineiro dos funcionários do Estado. Muito freqüentemente, os últimos *controlam partes do aparelho do estado quase independentemente do governo*, perseguindo objetivos pessoais de natureza econômica ou burocrática” (*Ibid.*, p.55, grifos nossos).

De acordo com Cardoso, esse aspecto do funcionamento dos regimes analisados revelaria a existência de fatores desmobilizadores relativamente fortes que diminuiriam a capacidade do regime de absorver as pressões políticas advindas da sociedade civil, possibilitando o surgimento de uma reação política contra o autoritarismo.

A partir disso caberia a questão: que setores presentes na sociedade civil poderiam constituir-se enquanto oposição ao regime autoritário-burocrático e quais estariam intimamente vinculados a ele? Cardoso respondia apontando duas ordens de argumentos: primeiro que, obviamente, as classes trabalhadoras (assalariadas ou não) não haviam se beneficiado do regime, uma vez que as políticas de distribuição de salários e rendas haviam aprofundado o padrão excludente da ordem política anterior. Além disso, a extrema repressão política a qualquer tentativa de organização política destes setores revelava claramente que o autoritarismo-burocrático não foi lançado para garantir o bem-estar do povo. Segundo, analisando os grupos sociais beneficiados pelo regime – e que conseqüentemente não poderiam constituir-se em oposição a ele –, o autor ressaltava que a despeito do regime militar ter beneficiado a classe empresarial “moderna”, ou seja, aquela associada ao grande capital internacional, isso não seria uma especificidade do regime autoritário-burocrático, mas uma atribuição do próprio Estado capitalista. Em suas palavras:

“A hipótese inicial acentuou a afinidade entre o autoritarismo e os grandes negócios, e ao que eu saiba não há nenhuma evidência forte que rejeite essa hipótese. No entretanto, não devemos dar uma interpretação mecanicista destes laços tais como sustentar, por exemplo, que só o regime militar pode ser bem-sucedido em estabelecer a produção de bens de capital e em assumir o controle da tecnologia moderna num país em desenvolvimento. (...) Aparentemente o que conta nestas questões é mais o caráter do Estado que o do regime (...)”
(*Ibid.*, p.57)

Dadas essas ressalvas, Cardoso recolocava a questão: “que grupos tiveram vantagem com o autoritarismo atual?”. Ao que respondia:

“Levou algum tempo para tornar a resposta óbvia aceitável: o autoritarismo-burocrático é politicamente lucrativo para os burocratas civis e militares que detêm cargos no Estado. A dificuldade de se chegar a tal truísmo vem de uma análise teórica que considera o estado apenas como a *expressão* dos interesses de classe, sem reconhecer que tal expressão exige uma *organização* que, já que não pode ser outra do que a rede social das pessoas, *existe por direito próprio e possui interesses próprios*” (*idem*, grifos nossos).

Neste ponto, ao assumir a existência de uma *autonomia* dos grupos de burocratas alocados no aparelho estatal em relação às demais classes sociais, Cardoso assumia que a burocracia estatal poderia cumprir papéis sociais definidos por interesses independentes. Isso se explicita ainda mais pela designação feita pelo autor de um novo estrato social: as chamadas “burguesias de Estado”, as quais teriam se formado em vista do controle das grandes unidades produtivas estatais, em plena expansão a partir do golpe de 1964.

Nesse contexto, segundo Cardoso, a posição estratégica adquirida pelas empresas estatais permitiu que se constituísse uma “autonomia relativa” do Estado nos processos decisórios, limitando a ingerência dos grandes conglomerados multinacionais nas economias dependentes.

“O crescimento da Empresa pública e o fortalecimento da capacidade regulamentadora do Estado passam a ser encarados (...) como contrapeso à expansão da economia privada tanto nacional como estrangeira.” (CARDOSO, 1975, p.180-181).

A partir desse modelo, era possível caracterizar dois tipos de organizações burocráticas: uma, a grande empresa privada, inserida num contexto dominado pelas corporações multinacionais; outra, a burocracia pública (incluindo as Forças Armadas e as burguesias de estado), que teria sua atuação definida no âmbito da nação. Nesse sentido, “é preciso pensar o sistema político em termos de ‘anéis’ que cortam horizontalmente as duas estruturas burocráticas fundamentais, a Pública e a Privada” (*Ibid*, p.182); sendo que os interesses das burocracias públicas poderiam ser captados pelo sistema de interesses das empresas multinacionais, ao passo que parte do setor controlado pela empresa privada poderia aliar-se a setores da burocracia estatal, formando um anel de pressão. Ao

mesmo tempo, a relação entre o Estado e a sociedade civil passava a ser mediada pelas organizações burocráticas, que garantiam que os interesses políticos e econômicos presentes nessa última pudessem existir mesmo no interior do Estado.

Esse novo aparato político definido em termos de “anéis burocráticos”, segundo Cardoso, possibilitaria a reorganização do poder no interior das cúpulas dominantes, aliando os interesses empresariais públicos e privados num objetivo comum de garantir a acumulação capitalista. Os “anéis burocráticos”, nesse sentido, definiriam uma importante transformação institucional (“modernização do Estado”, no entendimento do autor): a eliminação das “burocracias tradicionais” e a instalação de uma “burocracia empresarial” capaz de articular os interesses empresariais públicos e privados no interior do Estado. Porém, como aponta a cebrapiana Maria Hermínia Tavares de Almeida (1981):

“mesmo que, sob o autoritarismo burocrático, o Estado seja poroso e seus órgãos absorvam os interesses privados, é inegável que a falta de procedimentos claramente definidos de participação na tomada de decisões cria um elemento de arbitrariedade e imponderabilidade extremamente desconfortável para o capitalismo privado. Isso é ainda mais verdadeiro quando se considera que em muitos casos, sob o autoritarismo, estendeu-se ainda mais a intervenção estatal no domínio econômico, na produção ou em sua regulação, e que, por definição, os regimes autoritários levam a seu limite a concentração de mecanismos de Poder Executivo” (p.107).

De acordo com a autora, essas características apontariam para a emergência de focos de tensão no interior da sociedade civil, que tornariam vulneráveis as articulações de poder assim constituídas e contribuiriam para explicar a consolidação de uma oposição ao regime burocrático-autoritário. Essa oposição se daria em nome de um controle mais democrático sobre a burocracia pública, a partir da criação de contrapesos à concentração de poderes no Executivo e da definição de normas de representação e expressão dos interesses presentes na sociedade civil.

Aqui cabem algumas considerações críticas à interpretação oferecida pelos intelectuais cebrapianos acerca do regime instaurado em 1964. Apesar das diferenças entre suas interpretações, podemos observar que os autores aqui tratados se mantêm no

terreno da “teoria do autoritarismo” para compreender o processo político das ditaduras latino-americanas ao longo dos anos 1960-70. Sobre essa questão, trazemos para o presente texto as críticas oportunamente sistematizadas por Florestan Fernandes (1979) em seu livro *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*. Segundo o autor, existiria uma tendência, no interior da Ciência Política, de se utilizar de forma abusiva o conceito de *autoritarismo*, o qual encerraria um caráter vago e ambíguo, à medida que não fundamentado nas relações de *poder* propriamente ditas. Retomando o arcabouço weberiano para compreender a noção de autoritarismo, o autor afirma que essa remete à problemática da *dominação* em contraposição ao próprio entendimento weberiano do que seja o *poder*. Explicamo-nos. Enquanto a ideia de autoridade fundamenta-se numa compreensão da dominação enquanto probabilidade de se “encontrar obediência” a determinado mandato – o que pressupõe uma diversidade de motivos (subjetivos e objetivos) para a submissão do dominado e para a conseqüente legitimação da dominação -, a ideia de *poder* consiste, segundo Weber, na probabilidade de *imposição* da própria vontade dentro de uma relação social, independentemente de sua aceitação e da resistência que se tenha a essa relação.

Partindo dessas considerações, podemos dizer que o autoritarismo consistiria numa “compulsão ou disposição ‘universal’ de exacerbação da autoridade (...). O que permite aplicar o termo autoritarismo em conexão com qualquer regime, *em substituição ao termo mais preciso de ditadura (...)*” (p.6). A operação semântica conservadora elaborada pela Ciência Política dominante ao longo do século XX nesse sentido permitiu, por exemplo, que se identificasse diversos regimes totalitários capitalistas com a designação mais “branda” de autoritarismo, ao mesmo tempo que colocou os regimes de transição socialista na fileira dos assim chamados “regimes totalitários”⁵⁹. Por outro lado, vale ressaltar, a oposição que se estabeleceu entre regimes autoritários e regimes democráticos e liberais trouxe à tona uma dicotomização *falsa*, à medida que mistificou a

⁵⁹ São diversos os autores da tradição “pluralista” que operam uma identificação entre regimes de transição socialista e o totalitarismo (fascista/nazista). Um exemplo está em ALMOND, G. e POWELL Jr., C.B. *Uma teoria de política comparada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, cap.10.

democracia burguesa como a forma máxima e mais desejada de liberdade e igualdade social⁶⁰.

O cenário histórico concreto que respaldou tal inversão teórica esteve amparado na emergência e posterior derrocada do socialismo soviético de corte stalinista. A partir de uma interpretação superficial daquele processo, os “intelectuais da ordem” lograram separar a questão da *perversão autoritária* do substrato social concreto que a constituía nos distintos contextos. Dessa forma, a crítica da experiência do “socialismo num só país” veio acompanhada de uma justificativa para a edificação de um novo cerco capitalista ao socialismo. A defesa da democracia, nesse momento, foi identificada com a defesa do modo de produção capitalista, gerando um conformismo sem precedentes mesmo no interior de setores que anteriormente compunham a oposição ao sistema. Com o respaldo de teorias supostamente “científicas”, logrou-se imputar um caráter racional e definitivo ao modelo da democracia liberal preconizado pelos países mais desenvolvidos do mundo ocidental.

No interior desta perspectiva “liberal-democrática”, tornada dominante no âmbito da Ciência Política na segunda metade do século XX, perdia-se de vista que o “Estado democrático” defendido – que tinha como modelo ideal os Estados Unidos – nunca deixara de ser um instrumento de poder e de dominação de classe. Como afirma F. Neumann (1969):

“Nunca houve maior desserviço à causa da ciência política do que a declaração de que o Estado liberal era um Estado ‘fraco’. Era tão forte quanto o exigiam as circunstâncias de então. Conseguiu imensos impérios coloniais, sustentou guerras, dominou distúrbios internos e se estabilizou por longos períodos” (p.17).

⁶⁰ Na Ciência Política norte-americana pós-Segunda Guerra Mundial, podemos destacar algumas correntes teóricas relevantes que encerram aquilo que consideramos uma apologia à democracia liberal. A vertente pluralista pode ser representada por DAHL, R. *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989; DAHL, R. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997. Para a chamada teoria da “escolha racional”, cf. DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999. A abordagem da “ação coletiva” está presente em OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp, 1999. Para a corrente da chamada “cultura política” cf. ALMOND, G. e VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

Nesse sentido, aponta Fernandes (1979), a teoria política dominante operou uma reificação da problemática do chamado “autoritarismo”, desviando os conteúdos de classe presentes nessa forma de condução da política. Retomando Marx, o autor lembrava que na *democracia burguesa* “a liberdade e a igualdade são meramente formais, o que exige, na teoria e na prática, que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do ‘sistema democrático capitalista’” (p.7). A mistificação da democracia operada pela Ciência Política dominante, nessa medida, contribuiu não somente para a edificação de uma verdadeira filosofia da história (da qual Max Weber pode, em nosso entendimento, ser considerado o grande “pai-fundador”), como para a absoluta condenação de quaisquer formas de *democracia popular*, a qual seria compreendida como intrinsecamente corrompida.

Desse modo, aos *apologetas da ordem* coube edificar um arcabouço teórico capaz de desvincular a problemática do autoritarismo do sistema social que o teria engendrado historicamente. Considerando o Estado como o lócus exclusivo da *perversão autoritária*, esses intelectuais absolveram a participação dos estratos mais conservadores da “sociedade civil” na construção de uma tal relação política. Esqueceram-se que:

“Do *micro* ao *macro*, a sociedade capitalista contém toda uma rede de relações autoritárias, normalmente incorporadas às instituições, estruturas, ideologias e processos sociais, e potencialmente aptas a *oscilar* em função de alterações do contexto (ou mesmo de conjunturas adversas), tendendo a exacerbar-se como uma forma de autodefesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras e dominantes (ao nível institucional ou ao nível global)” (FERNANDES, 1979, p.13).

No âmbito do debate cebrapiano, a adesão dos seus principais intelectuais à noção de *autoritarismo burocrático* para designar o regime político instaurado no Brasil em 1964 revelou, em nosso entendimento, uma concepção restrita do caráter da democracia que se propunha naquele momento. Ainda que existissem divergências internas no que se refere a essa questão, podemos perceber que ao longo do período aqui considerado foi-se

consolidando uma *linha política* característica daquela instituição, dirigida principalmente pela figura de Fernando Henrique Cardoso. No próximo ponto de nosso trabalho discutiremos com mais atenção como se configurou este debate, quais eram as concepções que estavam em jogo e como o processo de elaboração teórica edificado nas fileiras do CEBRAP iniciou sua vinculação mais direta com a política institucional brasileira.

b) O CEBRAP e a transição conservadora: nos marcos da “democracia possível”

O debate sobre a democracia brasileira adquiriu grande peso no interior do CEBRAP principalmente a partir da segunda metade dos anos 1970. Pensar o teor que deveria assumir o processo de democratização da sociedade brasileira e as formas pelas quais se poderia eliminar o autoritarismo da política no país tornou-se o grande empreendimento teórico daqueles intelectuais. Mais uma vez, a figura de Fernando Henrique Cardoso destacou-se neste debate, em vista de seu pioneirismo ao caracterizar o regime político brasileiro durante a ditadura como “burocrático-autoritário” e ao estabelecer, como antídoto político a ele, a estratégia da democratização (LAHUERTA, 2001).

Partindo de um diagnóstico específico sobre o caráter do regime instaurado em 1964, que discutimos mais atentamente no ponto anterior, Cardoso chamava atenção para o fato de que a modernização econômica posta em marcha durante a ditadura apontava para a possibilidade dos países marcados pela dependência alcançarem o desenvolvimento. Nesse sentido, segundo Cardoso, o regime militar teria avançado na definição de padrões mais “modernos” de dominação econômica, à medida que lograva conformar, a partir de um amplo processo de modernização institucional, uma dinamicidade de cunho empresarial ao Estado, eliminando o tradicionalismo que o caracterizava na fase anterior.

No entanto, salientava o autor, o perfil autoritário da aliança - evidenciado pela eliminação dos canais participativos das classes populares (sindicatos, partidos, associações, etc) e pela repressão de quaisquer manifestações políticas contrárias ao

regime (inclusive as procedentes das classes médias) - imprimia-lhe cunho politicamente conservador, que deveria ser superado pela *democratização do sistema político*. Se o regime instaurado em 1964 logrou modernizar as estruturas institucionais e o processo econômico da sociedade brasileira, afastando definitivamente o tradicionalismo do sistema de dominação, faltava-lhe o fechamento desse processo, através da “modernização democrática” dessas estruturas.

Aqui é importante ressaltar o entendimento que Cardoso tinha do processo de democratização. De acordo com o autor, esse processo deveria *completar* a modernização posta em andamento pelo regime militar, conformando-se ao padrão de desenvolvimento consolidado por esse regime. A democratização defendida não deveria passar por uma transformação *estrutural* do modelo de desenvolvimento consolidado pelos militares. Pelo contrário, como aponta Cardoso:

“(...) o problema político fundamental hoje é o de compatibilizar um conjunto de liberdades básicas (...) com um mundo que aparentemente *continuará sendo dominado pelas grandes burocracias*. (...) É preciso criar contrapesos às tendências que decorrem da natureza das grandes organizações burocráticas à manipulação, ao segredo, à não responsabilidade e à perversão autoritária” (CARDOSO, 1975, p.185, grifos nossos).

Esses contrapesos, na visão do autor, diziam respeito à necessidade de se “forçar a liberdade de informação” (*Ibid*, p.186) no nível das organizações políticas, garantindo que os direitos civis fossem respeitados. Nesse ponto, Cardoso afirmava que a democratização do sistema político requeria responsabilidade individual⁶¹, uma vez que nos regimes autoritários a rejeição do fundamento moral da responsabilidade individual estaria levando “à irresponsabilidade dos funcionários, ao abuso do poder, à violência física, ao segredo de Estado, e à absorção dos atos de cada funcionário pelo Estado Autoritário, que é, por definição, irresponsável” (*Idem*). A democratização defendida, desse modo, deveria ser pensada a partir da responsabilização política das burocracias que se alocavam no

⁶¹ Sobre a relação da democracia com a responsabilidade individual Cf. o artigo de Pedro S. Malan “Desenvolvimento econômico e democracia: a problemática mediação do Estado” In: LAMOUNIER; WEFORT; BENEVIDES (orgs.) *Direito, cidadania e participação*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

aparato estatal, em vista da rearticulação de canais institucionais de pressão política que permitissem a livre expressão dos interesses da sociedade civil.

Neste ponto é importante percebermos que, ao avaliar a estrutura social e o sistema político que se conformaram no Brasil no período da ditadura, Cardoso não se referia às empresas multinacionais e ao sistema capitalista mundial como setores que *dirigiram* aquele tipo de regime (LEHMAN, 1986). Segundo sua concepção, o Estado que surgiu do golpe de 1964 era descrito como “objetivamente contraditório” uma vez que interesses completamente heterogêneos estariam sintetizados em seu interior⁶². A partir da idéia dos “anéis burocráticos”, que garantiriam a articulação dos interesses das diferentes frações dominantes no interior do Estado burocrático-autoritário, Cardoso conferiu uma autonomia ao aparelho burocrático estatal, o qual passava a constituir “um ator independente crucial (...) com interesses próprios” (*Ibid.*, p.34). Daí a centralidade conferida por Cardoso à chamada *burguesia de Estado*, a qual era entendida como uma classe social autônoma responsável por controlar privadamente as empresas estatais e caracterizada por seus “objetivos autônomos de acumulação”.

De modo que podemos perceber que a acepção de Cardoso acerca do Estado no regime militar tinha como nervo a presença de uma burguesia de estado e do *autoritarismo*. Em suas palavras:

“Eu penso que os regimes deste tipo, nas sociedades dependentes, encontram sua *raison d’être* menos nos interesses políticos das corporações multinacionais (que preferem formas de controle estatal mais permeáveis a seus interesses privatistas) do que nos interesses sociais e políticos dos estamentos burocráticos que controlam o Estado (civis e militares) e que se organizam cada vez mais no sentido de controlar o setor estatal do aparelho produtivo” (CARDOSO, 1975, p.40).

⁶² Sobre o caráter “híbrido” do regime, Cardoso adverte para as conseqüências da inexistência de um “partido militar”: “Desferido o golpe (...) os militares chamam ao governo os conservadores-liberais e os tecnocratas ou são por eles cercados. E, paradoxalmente, no que diz respeito à política econômica, comportam-se como se fosse rainhas da Inglaterra: assistem à ‘liberalização da economia’, às vezes com calafrios nacionalistas na espinha, e terminam por assumir, na prática, a posição de que ‘o que é bom para a General Motors é bom para o país’” (CARDOSO, 1984, p.48)

Note-se que a caracterização que Cardoso fazia dos interesses das corporações multinacionais em favorecer outras formas de regime político era portadora de uma visão fundamentalmente liberal, segundo a qual haveria uma relação de exterioridade entre Estado e sociedade civil, desconhecendo as formas de articulação entre os interesses das multinacionais e do Estado militar (SADER, 2005). Para esta interpretação, de acordo com Theotônio dos Santos (2000)

“(...) a tarefa democrática se convertia em objetivo central da luta contra um Estado autoritário, apoiado sobretudo em uma ‘burguesia de Estado’ que sustentava o caráter corporativo e autoritário do mesmo. Segundo ele [Cardoso], os inimigos da democracia não seriam, portanto, o capital internacional e sua política monopolista, captadora e expropriadora dos recursos gerados em nossos países. Os verdadeiros inimigos são o corporativismo e uma burguesia burocrática e conservadora que, entre outras coisas, *limitou a capacidade de negociação internacional do país dentro do novo patamar de dependência gerado pelo avanço tecnológico e pela nova divisão internacional do trabalho que se esboçou na década de 1970, como resultado da realocação da indústria mundial*” (p.35, grifos nossos).

É dessa leitura que Cardoso fazia do regime militar brasileiro que se conformou sua interpretação acerca do que deveria ser a democratização da nossa sociedade. Suas análises prediziam que as reformas fundamentais deveriam constituir uma *guerra de posições* no interior do aparato do Estado, a partir da qual seria possível controlar mais democraticamente a economia capitalista que aqui se desenvolvia. A democratização proposta restringia-se à oposição à burguesia de estado, a qual concentrava tanto o poder econômico quanto o poder político do Estado ditatorial na visão de Cardoso. Subjacente a esta proposta estava a idéia de que as classes no poder teriam uma capacidade autônoma de remodelar o Estado e a sociedade, a partir de um processo de democratização institucional situado por um lado na descentralização do poder político em torno do Executivo e por outro na desconcentração do poder econômico do Estado, o qual constituiria a base material da burguesia de Estado.

Nas palavras de Sader (2005):

“Absolvendo a responsabilidade e a participação do capital multinacional e nacional no bloco no poder do regime militar, e descaracterizando este como ditadura mediante o apelativo autoritário, fez-se a presditação que permitiria compatibilizar interesses sociais tão dissimiles e contraditórios. A liquidação do que se convencionou chamar de ‘entulho autoritário’ e, depois, a nova constituição, esgotaram – ou realizaram – o programa de democratização prometido pela teoria do autoritarismo e assumido pela frente opositora. A operação de hegemonia liberal no processo de transição política estava garantida do ponto de vista ideológico, e abria caminho para a transição conservadora” (p.169).

Partindo dessas considerações podemos ter uma noção mais acabada do terreno político no qual se situava a obra de Cardoso: na defesa de uma transição à democracia “pelo alto”, com participação de setores heterogêneos da sociedade que tivessem como horizonte comum o desmantelamento do autoritarismo a partir da desconcentração do poder político e econômico das mãos da burguesia de Estado. Considerando assim o percurso intelectual de Cardoso, em consonância com os problemas políticos enfrentados no Brasil entre os anos 1970 e 1980, podemos ter uma idéia inicial do papel cumprido por esta (re)interpretação da nossa história na política nacional, especialmente no período da redemocratização. Principalmente se atentarmos para o fato de que, até os dias atuais, uma parte considerável da intelectualidade de esquerda brasileira ainda transita em torno da interpretação fornecida pela teoria do autoritarismo, o que torna o resgate do pensamento de Cardoso e do grupo que compunha o CEBRAP algo extremamente importante nos dias de hoje.

c) Sobre os sujeitos políticos do processo de democratização

Na teoria da transição democrática edificada por Cardoso estava latente a questão do papel das classes sociais e a problemática do sujeito político do processo de democratização brasileiro. Em seu livro *A construção da democracia*, Cardoso tratou desse dilema de forma mais aprofundada, delineando teoricamente aquilo que acreditava ser a “democracia possível” para o caso brasileiro.

No entendimento do autor, a cisão no interior das classes populares entre uma grande massa “marginalizada” (que não conseguia se integrar ao sistema como assalariada) e uma pequena parcela de trabalhadores vinculados ao setor capitalista avançado, fazia com que fosse improvável a articulação da luta pela democratização a partir desses setores. A heterogeneidade estrutural característica da conformação das classes dominadas nos chamados países dependentes, segundo Cardoso, conferiria à classe trabalhadora um aspecto de grande fragmentação, impossibilitando-a de unificar-se politicamente em torno de um projeto classista⁶³.

Numa compilação de uma série de artigos escritos nos anos 1980, intitulado *A construção da democracia*, Cardoso apontou que a especificidade da formação do capitalismo brasileiro, que havia saltado de um estilo de desenvolvimento essencialmente agro-exportador para o desenvolvimento industrial internacionalizado sob o comando do capital monopolista, teria imprimido às classes trabalhadoras um caráter diverso daquele que caracterizou o “sujeito revolucionário” na Europa do século XIX (CARDOSO, 1993, p.268). Aqui, segundo o autor, o processo de crescimento urbano acelerado, a modernização dos estilos de consumo e a implantação do modelo cultural da sociedade de massas formataram uma classe trabalhadora completamente diferente do operário industrial europeu, com aspirações que lembrariam muito mais a conformação política da

⁶³ Note-se que, neste ponto, Cardoso toma de Florestan Fernandes a análise sobre a fragmentação da classe trabalhadora brasileira, em vista do abismo social existente entre a parcela que consegue se “integrar” como assalariada do setor capitalista “moderno” e a grande maioria de trabalhadores que continua à margem do sistema. No entanto, enquanto para Florestan tal debilidade torna *difícil* a tarefa de unificar a luta dos trabalhadores no país, para Cardoso trata-se de abrir mão dessa unificação e de um projeto classista de transformação social. Enquanto Florestan afirma que a parcela da classe trabalhadora assalariada guarda uma “*tensa identificação*” com o sistema (FERNANDES, 1968), Cardoso afirma que os grupos assalariados vinculados ao setor capitalista avançado “*beneficiam-se com o sistema*” (CARDOSO, 1993). Tais diferenças sutis nas análises dos autores conduziram a concepções políticas radicalmente divergentes. Vale pontuar que as mobilizações operárias que explodiram no ABC paulista a partir de 1978 recolocaram a questão da centralidade do operariado na condução da luta democrática, demonstrando que a vitalidade deste setor na luta política pela democracia apontava um horizonte político ofensivo e combativo. A partir deste marco histórico, podemos perceber um distanciamento ainda maior entre as concepções de Cardoso e Fernandes. Enquanto o primeiro continuava descartando a luta a partir do operariado, apostando no caráter institucional da transição democrática, Fernandes alinhava-se cada vez mais a um entendimento da centralidade do operariado na luta pela democracia no país. Cf. FERNANDES (1982, 1986).

classe trabalhadora nos Estados Unidos (*idem*)⁶⁴. Essa tese, defendida por Cardoso no artigo escrito em 1981, fora desenvolvida mais detalhadamente alguns anos antes, em 1974, pelo cebrapiano Leôncio Martins Rodrigues (1974). Em seu livro *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*, Rodrigues retomava a formação da classe trabalhadora na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, buscando explicar, a partir de elementos objetivos e subjetivos referentes à formação sócio-econômica dos distintos países e regiões, como tais elementos haviam pautado um padrão político e ideológico bastante particular ao comportamento do operariado. No caso brasileiro, Rodrigues partia da seguinte questão: *qual o papel político que o proletariado industrial brasileiro poderia desempenhar no processo de democratização do país?*

Segundo o autor, três aspectos marcantes na organização da classe operária brasileira imprimiriam a esta um estilo de comportamento bastante distante do padrão europeu: 1- a fraqueza do sindicalismo e sua grande dependência dos poderes públicos; 2- a inexistência de partidos operários de massa; 3- a predominância da ideologia populista sobre a de cunho socialista. Por outro lado, no que se refere à dimensão das particularidades de nosso desenvolvimento econômico, o autor apontava que os efeitos extremamente precoces da “massificação” de nossa sociedade teriam enfraquecido as formas de conduta tipicamente “classistas” por parte do operariado, abrindo espaço para estilos de manifestação “que tem como alvo aspirações de integração e participação nas formas ‘modernas’ de vida” (p.126), algo muito mais próximo do estilo de reivindicação dos sindicatos norte-americanos. Em termos materiais, a grande concentração econômica industrial no Estado de São Paulo e a utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra teriam conferido ao proletariado industrial brasileiro uma possibilidade de ascensão

⁶⁴ Sobre esta questão, Cardoso (1993) afirma que as esquerdas brasileiras têm recaído no erro de fazer uma leitura “antiga” para o processo político em andamento no país. Referindo-se a esta inadequação da interpretação que geralmente é feita pelos marxistas, Cardoso coloca: “Não imaginam nunca que o capitalismo monopólico e a sociedade de massas (que, como disse, constituem partes *decisivas* da estrutura brasileira) se materializaram nos Estados Unidos, onde os partidos são ‘comitês eleitorais’, o operariado é reivindicativo-corporativo e a dinâmica do protesto segue outros caminhos que não os da revolução” (p.268).

social em comparação com a imensa massa de trabalhadores rurais⁶⁵. Nas palavras de Rodrigues (1974):

“A incorporação à indústria, nesse contexto, reveste-se de um significado diferente do que teve para os trabalhadores dos países europeus. O prosseguimento da industrialização no Brasil não implicou preponderantemente a ‘proletarização’ de uma pequena-burguesia (...). Pelo contrário: significou um processo de ascensão social, de melhoria de *status* e de nível de vida” (p.121).

Por conta de todos esses fatores, Rodrigues afirmava que no Brasil não se reproduziam as formas clássicas de conflito entre capital e trabalho. Daí que, no entendimento do autor, compartilhado posteriormente por Cardoso, seria inviável a emergência de um sindicalismo desvinculado do Estado e de um movimento operário independente, capaz de se colocar como porta-voz da democratização brasileira.

Aqui cabem algumas observações que consideramos importantes sobre essa questão. Nos textos publicados pelo CEBRAP, principalmente no decorrer da década de 1980, são correntes as menções ao sindicalismo e ao movimento operário brasileiro como organizações tendencialmente marcadas pelo *populismo*. José Arthur Giannotti (1985b), em seu artigo “O populismo revisitado”, chama atenção para o fato de que a ativação da “sociedade civil” por meio de mecanismos “antigos” de mobilização popular não condiz com as profundas transformações decorrentes da “sociedade de massas”.

“Se o povo, de fato, ressurgir na arena cultural e política, ele o faz de modo muito peculiar, agora mais do ponto de vista do consumo do que do trabalho, mais do ponto de vista da corporação do que da classe” (p.1).

Endossando essa concepção, Cardoso, em seu artigo “A democracia na América Latina” (1984), projeta no horizonte da “nova” sociedade democrática uma peculiaridade do renascimento da política: ao mesmo tempo que ressurgir a organização reivindicativa e

⁶⁵ Ademais, afirmava o autor “As características do meio rural e do modo de produção aí prevalescentes, fornecendo excedentes de mão-de-obra e de capitais para o setor urbano-industrial, agiram no sentido de atenuar os conflitos entre o capital e o trabalho (...)” (RODRIGUES, 1974, p.127)

a vontade democrática, essas aparecem acompanhadas ao estilo *mass-consumption* da sociedade da propaganda, através do qual se imprime nas reivindicações da base o “estilo pasteurizado de institucionalização do novo pela via da TV” (p.53). Essa peculiaridade da sociedade de massas, que retoma a política pela via da “cultura do espetáculo”, tem um forte efeito sobre a integração das classes sociais:

“(…) não é difícil perceber que o transplante das formas de produzir e de viver das sociedades de capitalismo avançado para os países da periferia, aumentou a chamada heterogeneidade estrutural. Entre o trabalhador do ABC de São Paulo, coração da industrialização, e os bóias-frias (os trabalhadores rurais volantes) do mesmo Estado, (...) existe um abismo maior do que entre os trabalhadores do ABC e os operários franceses” (*Idem*)

Nessa medida, a sociedade segmentada gera também um estilo reivindicativo que se apóia mais na parte do que no todo: “na categoria profissional mais do que na ideia de classe; no bairro e na vizinhança mais do que no Estado e no país; no líder local mais do que no nacional; na paróquia mais do que no partido” (*idem*). Ao mesmo tempo, afirma Cardoso, não se pode cair no engano de achar que a democracia em construção na América Latina prescinde do Estado e dos partidos. Pelo contrário, faz-se necessária uma *ação partidária nova*, capaz de elaborar uma fusão entre a consciência da diferença e do específico e o “reconhecimento do Estado como instância reguladora necessária da nova sociedade, que faz emergir um paradigma de democracia distante dos moldes clássicos” (p.54). Nesse sentido, a realidade do capitalismo avançado na América Latina dispensa a organização de partidos inspirados nos modelos socialistas e comunistas europeus: torna-se fundamental pensar em partidos que agreguem “setores sociais com interesses muito distintos” e capazes de aglutinar setores da “sociedade civil” que identifiquem a democracia como um valor em si⁶⁶.

⁶⁶ Note-se que tal concepção da democratização como um processo fundamentalmente institucional e conduzido “pelo alto” vai se delineando na obra de Cardoso desde 1975, quando o autor sistematiza seus primeiros entendimentos da chamada “teoria do autoritarismo”. Em sua obra *Autoritarismo e Democratização* (1975) o autor já traça suas impressões acerca do processo de “abertura democrática”. Em seu entendimento, já naquele momento era possível visualizar que a pressão política em favor da democratização dependeria mais das contradições presentes no interior dos grupos conformados no poder

Também a cebrapiana Maria Hermínia Tavares de Almeida (1981), em seu artigo “Os democratas no fio da navalha”, retomou idéia de Alain Touraine segundo a qual as classes sociais não seriam os atores principais na história da América Latina. Pensando a participação das classes populares na luta pela redemocratização, a autora reafirmava questão acima colocada por Cardoso e Rodrigues. Em suas palavras:

“O avanço do processo de industrialização não fez senão aprofundar a heterogeneidade estrutural do sistema econômico, com a conseqüente fragmentação e descontinuidade da trama social de nosso país. Dizer heterogeneidade estrutural e fragmentação social implica afirmar a diferença, a disparidade e, inclusive, a divergência de interesses mesmo no interior daqueles segmentos sociais que, por sua idêntica posição no processo produtivo, constituem uma mesma classe ou fração de classe” (p.99).

Assim, afirmava a autora, os diversos alinhamentos políticos que marcaram o processo político brasileiro – inclusive na conformação de um Estado burocrático-autoritário – não poderiam ser compreendidos como clivagens de interesses entre “classes” ou “frações de classes”. Antes seria conveniente, no caso brasileiro, “abandonar a análise dos conflitos em termos de oposições e alianças entre grandes agregados classistas e pensar em blocos de interesses heterogêneos (...)” (*Ibid.*, p.100). Daí que, como atestava Cardoso (1993, p.250), retomando o conceito de “conexões horizontais” elaborado em finais dos anos 1970 por Juan Linz e Alfred Stepan (1996), seria possível costurar, a partir do debate sobre a democracia, um modo comum de articulação do

do que de uma articulação oposicionista decorrente a união dos “de baixo”. Em suas palavras: “Difícilmente haverá uma evolução linear e resultante do enfrentamento global entre Bloco de Poder, por um lado, e Oposição por outro. Mais provavelmente, segmentos do Bloco de Poder, visando reforçar suas posições *na luta interna* e visando cumprir parte das funções atinentes ao ‘interesse geral’, acabarão por, tática e tacitamente, estabelecer conexões com setores da Oposição e, quem sabe, a partir da dinâmica derivada desse realinhamento, surjam condições e recursos capazes para equacionar de outro modo o arranjo de poder prevalecente” (p.220-221, grifos nossos). No decorrer da década de 1980 essa concepção vai se desenvolvendo e se conformando a situação histórica da “transição pelo alto”. Também Giannotti (1985) em seu artigo “Democracia em obras”, endossa a concepção de Cardoso. “(...) nessas condições, teimar em fazer comício em porta de fábrica é sintoma de imaturidade política, pois esta não se encurrala no dilema entre a mobilização e a desmobilização, mas se tece na capacidade de *grupos de elites*, incluindo aquelas populares e operárias, de se fazerem representante de forças políticas; quer dizer, forças que vão dos movimentos sociais ao Estado e *vice-versa*”. (p.1, grifos nossos).

discurso político entre distintas categorias sociais, incluindo tanto setores do empresariado que se manifestaram favoravelmente à idéia de um regime democrático, quanto as lideranças operárias, intelectuais e eclesiásticas que se colocavam à frente na luta pela democratização⁶⁷.

Dessa maneira, os cebrapianos dissolviam o teor classista dos diferentes projetos de democratização, assumindo que esta poderia articular-se a partir de um “sistema híbrido” constituído a partir do embate da “sociedade civil” contra o Estado. O que os autores desconsideravam era que, conforme Gramsci já havia apontado em suas análises, a “sociedade civil” era parte constitutiva do Estado e que as cisões de classe nela presentes expressavam dentro do Estado a dominação da burguesia sobre as demais classes sociais. Nesse sentido, sociedade civil era equivalente a sociedade burguesa. Ao propor um pacto social em prol de uma democracia sem qualificações, os cebrapianos encobriam o teor classista dos projetos em disputa no interior da “sociedade civil” e mascaravam o fato de que aquele era um pacto que se faria entre partes profundamente desiguais. Superestimando a correlação de mão única entre *sociedade civil e democracia*, eles se esquivavam de uma crítica consistente à relação entre *sociedade civil e ditadura*, desresponsabilizando as forças sociais da contra-revolução.

Fechando a proposta de democratização “pelo alto”, Cardoso partiu para a discussão dos atores políticos fundamentais que teriam o papel de conduzir o processo de transição. As classes trabalhadoras já haviam sido eliminadas como possíveis protagonistas. Os empresários deveriam consolidar uma “participação ativa” no processo, ainda que se mostrassem debilitados para conduzir uma oposição sólida contra a ditadura. Frente a esses impasses, segundo Cardoso, adquiria fundamental importância a atuação política das *classes médias intelectualizadas* que haviam crescido consideravelmente durante o período da ditadura. Assim, apontava o autor, o crescimento da Universidade criara uma “base de classe média com amplas expectativas. Ela é crítica e politicamente

⁶⁷ Cf. o artigo escrito em 1981 por Cardoso: “O papel dos empresários no processo de transição”, In: *A construção da democracia*. São Paulo: Siciliano, 1993. Essa ideia também está presente no artigo de CARDOSO, F.H. “A democracia na América Latina”. *Novos Estudos CEBRAP*, n.10, out.1984.

dinâmica (...)” (CARDOSO, 1993, p.225) e punha em movimento “pressões virtualmente desestabilizadoras do regime” (*idem*).

Era a partir da projeção política do quadro intelectual universitário que Cardoso propunha a retomada da democracia, uma vez que este poderia vir a ser uma oposição compatível com as tarefas fundamentais da democratização: 1- a ativação política da sociedade por meio da garantia dos direitos civis dos indivíduos e 2- a construção de focos de opinião pública e núcleos de organização popular a partir da constituição de canais de livre fluxo de informações. Desse modo, podemos observar que a abertura política sugerida pelo autor tinha como eixo central a “necessidade de informação”, a qual era entendida como um canal para a conscientização das massas no que se refere à valorização da democracia. A ponta de lança desse processo, segundo Cardoso, poderia dar-se a partir da classe média universitária comprometida com a construção desse processo educativo.

Como podemos perceber, a posição assumida por Cardoso revelava que a orientação política e teórica do autor apontava para uma compreensão institucional do processo de democratização, o qual deveria ser conduzido por um grande “bloco de oposição” constituído por forças que iam desde o empresariado “liberal e progressista” até as classes médias e trabalhadoras comprometidas com a democracia. Em artigo escrito em 1979, Cardoso afirmava:

“Nestas condições, é provável que a crise da situação autoritária (assim como ocorreu com sua emergência) desdobre-se no tempo. Sem o recrudescimento do poder militar e sem que haja, por outro lado, o dia *D* da revolução democrática gloriosa, mas em uma longa guerra de posições, os trabalhadores, as classes médias assalariadas e os setores não-reacionários das classes dominantes poderão moldar no futuro um sistema mais aberto” (*Ibid.*, p.232)

Essa perspectiva, em nosso entendimento, condizia com as posições do principal partido de oposição à ditadura o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A consolidação de uma “frente ampla pela democracia” com alguns dos setores mais conservadores do país conduziu o PMDB a cumprir um papel de articulador da transição

“pelo alto” em finais dos anos 1970. A opção deste partido pela “conciliação conservadora”, apontava Fernandes (1989), tinha como objetivo uma estratégia clara: fechar os horizontes para a eclosão das forças populares na história do país e propor uma articulação política capaz de “contornar as explosões sociais”. Nesse sentido, o PMDB serviu como alavanca histórica do “mudancismo democrático” característico da transição conservadora. Principalmente se considerarmos que, a partir de 1978, com a eclosão das greves do ABC e de diversas mobilizações dos trabalhadores do campo, colocava-se no cenário histórico a possibilidade de articulação de uma transição democrática a partir “de baixo”. Não obstante, a opção deste partido foi continuar a construir o processo de democratização a partir do aparato institucional comandado pelas forças que compunham a ditadura.

Teoricamente – e esta é a tese central que aqui procuramos expor - o grupo de intelectuais alocados no CEBRAP cumpriu a função de elaborar intelectualmente a idéia de transição democrática “pelo alto” e de costurar um terreno comum a partir do qual os setores dispersos da oposição pudessem identificar-se com a concepção liberal de democracia e fortalecer a frente opositora conduzida pelo PMDB. Não é de se estranhar, nesse sentido, que em 1978 Fernando Henrique Cardoso tenha concorrido a suplente do Senador Franco Montoro, assumindo o posto de senador poucos anos depois pelo PMDB. Estava dado o salto político que permitiria àqueles intelectuais colocarem em prática o programa de democratização idealizado pela teoria do autoritarismo.

O processo acima descrito de alinhamento de intelectuais cebrapianos com o projeto de “transição conservadora” conduzido pelo PMDB não se fez sem controvérsias no interior do Centro e foi parte de um processo não linear de conformação desses intelectuais a ideia de uma democracia de cunho conservador e institucional. Aqui, nosso trabalho deverá conferir uma atenção especial às divergências que começaram a surgir no interior do Centro a partir da segunda metade dos anos 1970, tal como aos processos

históricos que marcaram distintos posicionamentos e inclusive rupturas no interior daquele grupo.

Pudemos observar, ao longo da pesquisa, que até 1973 prevalecia dentre os intelectuais cebrapianos uma concepção mais crítica em relação à atuação política no interior da chamada “oposição consentida” representada pelo MDB. A partir de 1974, quando Ulysses Guimarães se aproxima do CEBRAP convocando seus principais intelectuais⁶⁸ para formular o programa político do partido para as eleições, inicia-se um processo de estreitamento dos vínculos de parte desses intelectuais com o projeto do MDB. Fernando Henrique Cardoso colocou-se como liderança no processo de engajamento político-partidário que começou a se delinear a partir daquele momento.

A significativa vitória eleitoral do MDB para as eleições legislativas de 1974 marcou o processo político brasileiro do período. A partir deste momento, pudemos observar entre os intelectuais cebrapianos uma aceitação maior da disputa política por dentro da chamada “oposição consentida” e uma crença nos meios institucionais de ruptura com o regime ditatorial. Weffort (1974) expressava explicitamente esse sentimento, ao afirmar que as eleições de 1974 ter-se-iam colocado como o divisor de águas entre o “antigo” MDB e o “atual”, que teria possibilitado o “encontro da oposição com o povo” (WEFFORT, 1974, *apud* SILVA, 2004). Também Cardoso expressava esse sentimento em seus textos, apostando nas eleições e no fortalecimento do MDB como os eixos políticos primordiais na articulação da oposição à ditadura.

Os anos que seguiram 1974 até o fim da década, foram marcados pela emergência de uma série de eclosões de cunho popular nas cidades e no campo brasileiro. Era o momento de ascensão das lutas populares no país e de redefinição da questão democrática. Do ponto de vista do governo comandado pelos militares, a chamada “distensão” iniciada por Geisel mostrava seu caráter extremamente controlado e conservador, impondo ao país a agenda de uma abertura política condicionada e viciada.

⁶⁸ A comissão de intelectuais cebrapianos que contribuiu na elaboração do programa do MDB em 1974 foi composta por Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Francisco Weffort, Luis Werneck Vianna.

Neste processo, a atuação política por dentro da institucionalidade controlada pelos militares mostrava seus sinais de saturação.

Foi justamente neste período que começaram a surgir vozes destoantes no interior do CEBRAP, principalmente no que se refere ao entendimento que se tinha sobre a participação das classes populares no processo de democratização. Por conta disso, alguns intelectuais que discordavam da orientação hegemônica no interior do CEBRAP deixaram a instituição e fundaram em 1976 o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC)⁶⁹. Sob a liderança de Francisco Weffort, o CEDEC tinha o intuito de discutir a problemática da democracia com ênfase na participação das classes populares. Como aponta Chauí (2007) em seminário comemorativo dos 30 anos do CEDEC, a proposta dessa instituição consistia numa “mudança no foco de análise sobre o Brasil. Ou seja, o social entra em cena novamente. (...) Nascem os primeiros trabalhos sobre os movimentos sociais e os movimentos populares, temas até então inexistentes na História e nas Ciências Sociais brasileiras” (p.195-196).

As divergências das linhas políticas assumidas pelo CEBRAP e CEDEC tornaram-se evidentes a partir das mobilizações operárias no ABC em 1978. Nesse contexto, as greves operárias recolocavam conteúdos classistas ao debate sobre a transição à democracia. Enquanto os intelectuais alocados no CEDEC passaram a ter como foco privilegiado de suas pesquisas a atuação política do operariado e das classes populares organizadas a partir dos sindicatos e dos movimentos populares, no CEBRAP era possível observar um alinhamento cada vez mais estreito com a via institucional de consolidação da democracia. Isso se expressou na candidatura de Cardoso a suplente do Senador Franco Montoro nas eleições de 1978 e em seu engajamento na vida político-partidária do PMDB. A vitória deste partido em vários governos estaduais em 1982 aprofundou a concepção democrático-liberal de Cardoso, apontando um profundo distanciamento da liderança do CEBRAP com respeito às lutas populares que vigoravam naquele período, com especial ênfase à formação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. Em relação a este último,

⁶⁹ Para um debate sobre as contribuições do Cebap e do Cedec na discussão sobre a democracia brasileira Cf. GIANNOTTI, J. A.; COHN, G. “As instituições de pesquisa independentes e a questão democrática”. *Lua Nova*. n.71. São Paulo, 2007, pp.229-250.

vale ressaltar o posicionamento sempre crítico de Cardoso no que se refere à formação de um partido de base popular. Segundo o autor, em artigo escrito em 1981, o PT não corresponderia a uma organização em compasso com aquele momento histórico, no qual “a heterogeneidade da estrutura social e a homogeneização da espoliação capitalista unem grupos sociais que são distintos quanto a sua inserção na estrutura das relações de produção” (CARDOSO, 1993, p.272).

Já Francisco Weffort, diferentemente de Cardoso, ao analisar a constituição do sujeito político que deveria protagonizar a luta pela democracia afirmava que, ainda que existissem parcelas consideráveis das classes médias insatisfeitas com o regime, era a classe trabalhadora (organizada nos movimentos sociais) que deveria liderar o processo, constituindo-se enquanto *classe opositora ao regime*. No entanto, esse enfoque nos trabalhadores como agentes centrais na oposição ao regime militar aparecia em Weffort como uma possibilidade *institucional* de condução da transição democrática a partir da “sociedade civil”. Como apontou o autor ao abordar o problema da concentração de renda, tratava-se de “reivindicar instrumentos institucionais que transformassem a possibilidade de uma melhor distribuição da riqueza num mecanismo normal da vida social” (WEFFORT, 1973b, p.5).

A aposta era num processo de democratização capaz de institucionalizar as demandas das classes trabalhadoras e de satisfazer, por dentro de um Estado democrático, as reformas mais elementares. Aqui vale a pena salientar que, a despeito das divergências com a linha diretiva do CEBRAP no que se refere à questão do sujeito da transição democrática, o grupo que se aglutinou no CEDEC compartilhava algumas questões levantadas por aqueles intelectuais referentes ao entendimento da questão democrática. Como não cabe à presente dissertação um estudo mais consistente do CEDEC, nos limitaremos a apontar algumas dessas proximidades, partindo principalmente da obra de Francisco Weffort (1984):

1- Ainda que os intelectuais do CEDEC optassem por enfatizar a *participação popular* no processo de democratização, este aparecia muitas vezes como um processo que se daria

em nome de uma democracia sem qualificações, vista como um valor geral, um fim em si. Isso fica mais claro na seguinte citação de Weffort (1984):

“Temos todo o direito de preferir uma democracia liberal ou socialista. Temos todo o direito de buscar assegurar a hegemonia burguesa ou lutar pela hegemonia dos trabalhadores. Mas esta luta de partidos, grupos de interesse, classes sociais em torno do sentido da democracia só pode existir quando se vai além do seu significado meramente instrumental. Na própria luta dos divergentes e dos contrários em torno do sentido da democracia, está a afirmação da *democracia como um valor geral. Um valor que é de todos, espaço irrenunciável de realização da dignidade humana*” (p.61, grifos nossos).

2- a luta pela democracia, segundo Weffort, deveria dar-se a partir dos movimentos populares pela conquista da “hegemonia política” diante dos diversos setores da sociedade. O autor nega a perspectiva do confronto aberto entre as classes.

3- o discurso da “sociedade civil” promissora, porta-voz autêntica da democracia.

“(...) a descoberta da sociedade civil nasce da necessidade, sentida por muitos, mesmo entre quem não fazia política, de exercer controle sobre o medo. (...) Nós queríamos ter uma sociedade civil, precisávamos dela para nos defender do Estado monstruoso à nossa frente. (...) Numa palavra, nós precisávamos construir a sociedade civil porque queríamos a liberdade” (*Ibid.*, p.94-95).

Esses são alguns pontos que podemos destacar da perspectiva política de um dos principais quadros do CEDEC. Importante ressaltar que a orientação deste último a uma maior proximidade com as lutas sindicais e populares que emergiam no país em finais da década de 1970 e início de 1980 conduziu grande parte daqueles intelectuais a ingressar, no ano de 1980, no recém fundado Partido dos Trabalhadores. Enquanto isso, a maior parte dos intelectuais alocados no CEBRAP mantiveram-se filiados ao PMDB e posteriormente, no ano de 1988, dirigiram o processo de fundação do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

Apesar das divergências apontadas, é importante considerar que de ambos os lados – intelectualidade do CEBRAP e do CEDEC – as continuidades permanecem sendo maiores

que as discontinuidades. A concepção da democracia “como um valor” e o alinhamento com um programa de cunho social-democrático era evidente nos dois grupos. No decorrer da década de 1980, os tons do debate em torno do caráter dessa social-democracia – ora defendida por uma via cada vez mais “elitizada”, ora assumindo um verniz “popular” – tornavam-se mais discordantes, o que de certa forma contribuiu para escamotear o substrato comum a ambos os projetos.

Considerações finais

Após esta apresentação de alguns dilemas da sociedade brasileira presentes no contexto de surgimento do CEBRAP e dos principais traços teóricos e políticos da produção intelectual dominante no interior da instituição, pudemos ter uma noção mais clara do terreno em que se moviam as problemáticas levantadas no âmbito do Centro. Na presente dissertação buscamos expor as questões relacionadas ao entendimento cebrapiano acerca do *desenvolvimento* e da *democratização* e situá-las numa perspectiva temporal que desse um sentido histórico aos conceitos discutidos.

De forma preliminar pudemos chegar a algumas conclusões acerca do caráter do grupo que se reunia em torno do CEBRAP e de seu papel no contexto da redemocratização brasileira. Neste ponto, buscaremos expor brevemente essas conclusões e apresentar as questões abertas pela presente pesquisa.

Em primeiro lugar, observamos que o CEBRAP articulou um grupo de intelectuais que se caracterizava por uma postura pretensamente “científica” em relação às construções teóricas que buscavam edificar. Essa postura de “objetividade” diante das Ciências Sociais, conforme pudemos notar, não *aparecia* vinculada a um projeto político de classe, mas se justificava em vista do rigor acadêmico e da legitimidade adquirida por aqueles intelectuais no campo da Universidade. A dimensão da luta ideológica, para os intelectuais cebrapianos, aparecia em *oposição radical* à Ciência que buscavam desenvolver. Como aponta Sorj (2001), os cebrapianos buscavam diferenciar seu estilo de trabalho intelectual enfatizando o rigor científico, o discurso de competência e o critério de avaliação universal. Acreditavam que suas análises deveriam oferecer “sólidas análises do contexto social e político do país” (SORJ, 2001, p.28) sem se transformar “em centro formulador de doutrinas ou ideologias” (*Idem*).

Uma tal postura diante do conhecimento e da produção intelectual, em nosso entendimento, velava o caráter de classe que, segundo a tradição marxista de pensamento, necessariamente aparece vinculada às distintas *ideologias* presentes numa sociedade capitalista. Tomando o pensamento de Antonio Gramsci como referência para

pensarmos a questão, podemos dizer que, numa sociedade de classes, não é possível identificar uma *ideologia em geral*, mas *ideologias de classe* que se constroem em organicidade histórica com as distintas classes sociais e que revelam concepções de mundo em permanente conflito. Para Gramsci, toda ciência estaria ligada às necessidades da vida, às necessidades do homem. Não existiria, portanto, ciência puramente factual da sociedade. Gramsci afirmava que toda sociologia pressupunha uma concepção de mundo, da qual era um fragmento subordinado. Daí que não haveria uma oposição entre ciência e ideologia.

Essas considerações sobre o caráter da pesquisa científica trouxeram a tona algumas questões importantes com as quais nos deparamos ao longo da pesquisa. Se o arcabouço teórico construído no âmbito do CEBRAP era também expressão de um projeto de classe – ainda que seus membros não o identificassem dessa maneira – caberia a questão: a qual projeto de classe a produção teórica cebrapiana vinculava-se? Considerando que as interpretações ali edificadas constituíram uma resposta orgânica ao movimento histórico do qual eram parte (e não meras abstrações) e que tiveram um papel relevante na definição da agenda política da democratização brasileira, qual projeto político estava subjacente às teorias edificadas no interior do CEBRAP?

Para pensar essas questões em nosso texto, tomamos num primeiro momento a definição cebrapiana acerca do modelo de desenvolvimento consolidado no Brasil pelo regime militar. Vimos a partir da análise de três segmentos do pensamento cebrapiano – a chamada “teoria da dependência” de Cardoso e Faletto; a “Crítica à razão dualista de Chico de Oliveira e o artigo de Maria da Conceição Tavares e José Serra – que os autores partiam de uma concepção comum que rompia com a tradição anterior dos estudos sobre o subdesenvolvimento: a ideia de que o capitalismo brasileiro *havia consolidado as bases para se autogerar*, a despeito do fato de que a *condição* para tal “autonomia” fosse justamente o aprofundamento das relações com o capitalismo internacional. Em relação a este último ponto, parece uma constante no pensamento cebrapiano um certo deslumbramento com as possibilidades de crescimento econômico abertas no período do “milagre”, as quais estariam em compasso com a *modernização* posta em marcha pelos

governos militares. Não são poucas as passagens nos diversos textos que encontramos menções à relação entre a economia brasileira e o capitalismo internacional enquanto uma relação de *solidariedade*, a qual consolidaria, a partir deste vínculo “amistoso”, a possibilidade de se seguir expandindo a economia nacional, agora em longo prazo.

Do diagnóstico sobre as possibilidades de crescimento econômico das sociedades latino-americanas sob a condição de dependência, os autores cebrapianos analisados chegaram a um novo entendimento daquilo que deveria constituir o problema do *desenvolvimento*. Se a compreensão desta problemática pelas ciências sociais ao longo das décadas de 1950 e 1960 encerrava uma identificação da questão do desenvolvimento com seus condicionantes políticos e sociais, ou seja, se se supunha que o problema central enfrentado pelas sociedades latino-americanas era alcançar um desenvolvimento econômico capaz de lograr uma melhoria nas condições de existência da população de cada país, a tradição de pensamento que se constituiu a partir do CEBRAP tratou de modificar esse entendimento: *tratava-se de considerar como uma possibilidade positiva de desenvolvimento a obtenção de índices elevados de crescimento econômico, ainda que sob um padrão social dependente, excludente e desigual*. Segundo essa interpretação, as profundas desigualdades sociais que afetavam as economias latino-americanas deixaram de constituir problemas intimamente relacionados ao padrão de desenvolvimento dependente adotado por estes países, passando a ser entendidas enquanto problemas de “*injustiça social*”. Esquivando-se de uma crítica radical ao capitalismo dependente e apostando na possibilidade de avançar na resolução dos problemas sociais através da “*democratização*” de nossas estruturas políticas, os cebrapianos consolidaram as bases teóricas para um programa social-democrático brasileiro, contrapondo-se pesadamente aos setores da esquerda que defendiam uma “*revolução contra a ordem*”.

Em relação a este último ponto, vale a pena mencionar que a versão da “social-democracia brasileira” não vinha acompanhada de qualquer verniz de “bem-estar”: era um programa que se costurava em meio a um capitalismo selvagem em que 1% da população mais rica apropriava-se de 18% da renda, enquanto os 40% inferiores apropriavam-se de 9,05% das riquezas (dados de 1970); em que a grande massa de

trabalhadores vivia em condições de desnutrição, sub-remuneração e superexploração; em que a estrutura agrária vencida recordes mundiais de concentração; em que uma ínfima minoria participava dos “ganhos” do “progresso”. No entanto, como pudemos observar ao longo da nossa pesquisa, o esforço teórico por deslocar esses problemas do cerne da acumulação de capital nos países dependentes – o que conduziria a um entendimento político que apontasse para a transformação *radical* de nossas estruturas econômicas – possibilitou aos autores aqui analisados tratar dessas questões *nos marcos do status quo*, como questões passíveis de serem superadas a depender do *arranjo político-institucional*.

Em relação ao caráter da democratização em curso no cenário político brasileiro, vimos os principais elementos de sua definição política pelo pensamento cebrapiano, principalmente na obra de Fernando Henrique Cardoso, uma grande liderança da instituição. Observamos que a problemática da democracia era definida como uma *ideologia geral* e que a oposição teórica “Estado x sociedade civil” ofuscava as orientações de classe que estavam em jogo no processo de abertura democrática. Retomando Florestan Fernandes pudemos ter uma idéia mais consistente dos projetos de classe que se colocavam em disputa no momento da “transição à democracia” e o papel específico cumprido pela “oposição consentida” que se aglutinava em torno do MDB neste processo.

Aqui, o papel cumprido pelo CEBRAP, em nosso entendimento, pode ser definido como o de uma oposição intelectual que se moveu em torno da justificação teórica de um processo de democratização de caráter *institucional, restrito e conciliatório*. Ao clamar por uma democracia sem qualificação de classe e restrita à institucionalização de um Estado de Direito, os intelectuais cebrapianos colocaram-se no terreno da disputa política por dentro da ordem, reduzindo questões estruturais fundamentais (como a Reforma Agrária, a distribuição de renda, a dependência econômica, etc) a problemas que deveriam ser administrados por meio de políticas públicas. O trecho abaixo, extraído de um artigo de Cardoso escrito para a Folha de SP, expressa essa visão apologética que se tinha do Estado de Direito:

“Dentro do Estado de Direito existe larga faixa para que o Legislador construa canais institucionais capazes de dar vigência ao modo de expressão do interesse geral. O que é inaceitável, porque não passa de um sofisma, é repetir velhas idéias autoritárias, a pretexto de se defender ‘a verdadeira Democracia’” (CARDOSO, 1976, p.3).

Essa adesão ao projeto do “mudancismo democrático” fez-se em consonância com um processo de incorporação de grande parte dessa intelectualidade ao “campo do poder”. Em médio prazo, os quadros intelectuais da instituição, direta ou indiretamente, terminaram ocupando cargos governamentais importantes, começando com a candidatura de Fernando Henrique Cardoso como suplente de Franco Montoro ao Senado nas eleições de 1978. Vale lembrar que neste mesmo ano as movimentações grevistas no ABC pautavam um tipo de mobilização em favor do processo democrático por uma via classista. Não obstante, o que pudemos observar é uma movimentação dos intelectuais cebrapianos a uma *desvinculação em relação à luta dos movimentos populares* e uma aproximação cada vez maior ao terreno da disputa institucional pela democracia.

Nesse sentido, podemos dizer que os intelectuais cebrapianos acabaram por conformar uma intelectualidade que tinha por objetivo consolidar seu prestígio intelectual e político e, a partir dele, ocupar um lugar privilegiado na “intermediação entre o saber técnico e as arenas de processamento político-doutrinário das demandas sociais” (MICELE, 1995, p.365). Ao conferir a esta intelectualidade um papel político primordial no processo de abertura democrática, estes intelectuais atribuíam à *intelligentsia cebrapiana* o papel de definir – por meio de seu *saber científico* – os melhores caminhos para a consolidação da democracia no país.

Teoricamente, os intelectuais aglutinados em torno do CEBRAP consolidaram as bases de um programa social-democrata para o Brasil, que teria como principal característica a *separação entre as esferas da política e da economia* para o entendimento do processo político-social brasileiro. Enquanto do ponto de vista da acumulação esforçavam-se por mobilizar teoricamente aquelas que consideravam as *melhores estratégias adaptativas* da nossa economia em relação aos padrões do capitalismo “moderno” (internacionalizado), do ponto de vista político tratava-se de mobilizar um cenário mais “democrático” por

dentro da ordem, diante de uma concepção segundo a qual, a partir da abertura de canais institucionais, seria possível se alcançar um *capitalismo melhorado*. A “sociedade civil” e o jogo de suas instituições é que determinaria a amplitude da democracia e a capacidade do sistema de *incluir* as classes subalternas *neste* modelo de desenvolvimento. Daí a justificativa para a consolidação de uma “frente ampla pela democracia”, que aglutinasse os diversos setores descontentes com o regime em torno da luta pela democratização. Nas palavras de Cardoso (1984):

“Na prática, todo embrião de organização da sociedade e toda personalidade que se destaca na luta contra o autoritarismo passa a fazer parte deste partido dos sem partido: a sociedade civil” (p.52)

Neste processo, a luta deveria estar dirigida para a consolidação de uma democracia que colocasse o Estado em compasso com a “modernidade” já consolidada no plano da economia. Um Estado “moderno” – este era o adjetivo – deveria ser democrático. A solução encontrada por este tipo de análise, como podemos perceber, abre espaço para a *completa dissolução da luta de classes* enquanto definidora dos rumos do processo de democratização. Se a democracia é um valor e se a luta por este valor está dispersa pela “sociedade civil”, é possível compatibilizar interesses de classe que, sob outro ponto de vista, seriam absolutamente incompatíveis.

O esforço sistemático da *intelligentsia* cebrapiana no sentido de revisar a leitura do capitalismo e da democracia no Brasil conduziu à consolidação de um campo teórico que se mostrou extremamente eficaz para afastar e neutralizar teoricamente as possibilidades do socialismo. Não é por acaso que a teoria ali edificada formou um campo de consenso “consagrado” tanto no interior do pensamento político-social brasileiro, quanto no próprio entendimento que o “senso-comum” tinha sobre a economia e a política do país a partir dos anos 1980. Eliminando o socialismo da “ordem do dia”, a leitura de Brasil cebrapiana, em compasso com um processo histórico de grandes conflitos em torno do caráter da nossa democracia, consolidou as bases para o novo pensamento hegemônico,

abrindo espaço para um entendimento segundo o qual o único campo aberto de atuação política estaria posto no interior da “democracia possível”.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRO, L.F. "74 neles, Brasil!". *Novos Estudos CEBRAP*, n.15, jul.1986.
- ALMEIDA, M. H. T. de. "Os democratas no fio da navalha". *Novos Estudos CEBRAP*, n.1, pp.37-44, dez/1981.
- _____. "Sindicalismo brasileiro e pacto social". *Novos Estudos CEBRAP*, n.13, out.1985.
- _____. *Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Sumaré, 1992.
- ALMOND, G. e POWELL Jr., C.B. *Uma teoria de política comparada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972
- ALMOND, G. e VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- ALVES, G. *O novo e precário mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ARRUDA, M. A. N. "A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a 'escola paulista'". In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil – v.2*. São Paulo: Sumaré, 1995.
- _____. "A modernidade possível: cientistas e Ciências Sociais em Minas Gerais. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil – v.1*. São Paulo: Sumaré, 2001.
- BAMBIRRA, V. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México: Siglo XXI, 1974.
- BASTOS, E. R.; ABRUCIO, F.; LOUREIRO, M. R.; REGO, J. M. (org.). *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- BELLUZZO, L.G.M. & COUTINHO, L.G. "Política Econômica, Inflexões e Crise: 1974/81", in: BELLUZZO, L.G.M. & COUTINHO, R., *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- BERNARDO, J. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2001.

BICHIR, M. M. *A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da dependência*. Dissertação de mestrado em Ciência Política (Unicamp), 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. "Seis interpretações sobre o Brasil". *Revista Dados*, vol.25, n.3. São Paulo, 1983.

_____. "Do Estado patrimonial ao gerencial", in: SACHS, I.; WILHEIM, J. e PINHEIRO, P. S. (orgs.), *Brasil: um século de transformações*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo, *O pensamento econômico brasileiro*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CARCANHOLO, M. D. "Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico". In: VALENCIA, A. S.; MARTINS, C. E. *A América Latina e os desafios da globalização – ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CARDOSO, F. H.; SERRA, J. "As desventuras da dialética da dependência". *Estudos Cebrap*, n.23, 1978.

CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

_____. "Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira". In: FURTADO, Celso et alli. *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

_____. *Mudanças Sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

_____. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

_____. "As tradições do desenvolvimento associado". *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.8, p.41-75, 1974.

_____. “O exercício da abertura”. *Jornal Opinião*, Rio de Janeiro, n.90, p.3, 1974a.

_____. “A democracia do Prof. Huntington”. *Jornal Opinião*, Rio de Janeiro, n.94, p.3-4, 1974b.

_____. “O presidente e os partidos”. *Jornal Opinião*, Rio de Janeiro, n.96, p.4, 1974c.

_____. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. “O projeto institucional e o povo”. *Jornal Opinião*, Rio de Janeiro, n.113, p.11-12, 1975a.

_____. “Estatização e autoritarismo esclarecido: tendências e limites”. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.15, p.5-24, 1976.

_____. “Os impasses do regime autoritário: o caso brasileiro”. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.26, p.170-194, 1979.

_____. *As idéias e seu lugar – ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. “Os anos Figueiredo”. *Novos Estudos CEBRAP*, n.1, dez.1981.

_____. “Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina”. In: COLLIER, D. (org). *O novo autoritarismo na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

_____. “A democracia na América Latina”. *Novos Estudos CEBRAP*, n.10, out.1984.

_____. *A democracia necessária*. Campinas: Papius, 1985.

_____. *A construção da democracia: estudos sobre a política brasileira*. São Paulo: Siciliano, 1993.

CASTRO, A. B. e SOUZA F.E.P. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CASTRO, R. F. “Os intelectuais trotskistas nos anos 1930”. In: REIS FILHO, D. A. (org.) *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. Relatório de atividades, São Paulo, 1970.

_____. Relatório de atividades, São Paulo, 1971.

- _____. Relatório de atividades, São Paulo, 1972.
- _____. Relatório de atividades, São Paulo, 1973.
- CHAUÍ, M; NOGUEIRA, M.A. “O pensamento político e a redemocratização do Brasil”. *Lua Nova*, n.71. São Paulo, 2007.
- CHILCOTE, R. H. & EDELSTEIN, J. *Latin America: the struggle with Dependency and Beyond*. Londres: Schenkman Publishing Company, 1974.
- CHILCOTE, R. H. “Teorias reformistas e revolucionárias de desenvolvimento e subdesenvolvimento”. *Revista de Economia Política*, v.3, n.3, julho/setembro 1983.
- COLETTI, C. *MST, luta pela terra e neoliberalismo*. Disponível no site: www.unicamp.br/cemarx/download/Claudinei1.doc. Acesso em 1/11/2011.
- COMIN, A. & MONTERO, P. (orgs.). *Mão e contramão e outros ensaios contemporâneos*. São Paulo: Globo, 2009.
- COTRIM, Ivan. *O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso*. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DAHL, R. *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989
- _____. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.
- DIAS, E. F. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.
- DOBB, M. *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Lisboa: Presença, 1973.
- DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- FALETTTO, E. “Los años 60 y el tema de la dependencia”. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.33, pp.109-117, maio, 1998.
- FARIA, V. “Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade”. *Estudos CEBRAP*, n.9, 1974.
- FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. *Apontamentos sobre a “Teoria do autoritarismo”*. São Paulo: Hucitec, 1979.

- _____. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- _____. *Que tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *A Constituição inacabada*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.
- FISHLOW, A. *Desenvolvimento no Brasil e na América Latina: uma perspectiva histórica*, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.
- FOLHA DE SP. *Ilustrada – 6 jun 2009*.
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nacional, 1971.
- _____. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1980.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- _____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *O Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GIANNOTTI, J. A. “Notas para uma análise metodológica de *O Capital*”. *Revista Brasiliense*, n.29. São Paulo, 1960.
- _____. “Democracia em obras”. *Novos Estudos CEBRAP*, n.11, jan.1985.
- _____. “Populismo revisitado”. *Novos Estudos CEBRAP*, n.13, out.1985b.
- _____. “Cebrap, vinte anos depois”. In: *Novos Estudos Cebrap*, n.25, São Paulo, 1989.
- _____. “Recepções de Marx”. *Novos Estudos Cebrap*, n.50, São Paulo, 1998.

GIANNOTTI, J. A.; COHN, G. “As instituições de pesquisa independentes e a questão democrática”. In: *Lua Nova*. n.71. São Paulo, 2007, pp.229-250.

GOLDENSTEIN, L. *Repensando a dependência*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere* – v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HERMANN, J. “Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984)”. In: GIAMBIAGI, F. & VILLELA, A. (orgs) *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2005.

IANNI, O. *Imperialismo e cultura*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

_____. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *Pensamento social no Brasil*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

IASI, M. A. *As metamorfoses da consciência de classe - o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JAGUARIBE, H. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

KOWARICK, L. “Capitalismo, dependência e marginalidade urbana na América Latina: uma contribuição teórica”. *Estudos CEBRAP*, n.8, 1974.

_____. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAHUERTA, M. “Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil”. In: *Cadernos AEL*, v.8, n.14, 2001.

LEHMAN, David. “Fernando Henrique Cardoso: da dependência à democracia”. In: *Novos Estudos Cebrap*, n.14. São Paulo, 1986.

LESSA, C. *A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976: Sonho e Fracasso*. Tese para Professor Titular, FEA/UFRJ, 1978.

_____. *Quinze anos de Política Econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LEWIS, W.A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.

LINZ, Juan & STEPAN, Alfred. *Problems of Democratic Transition and Consolidation – Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*. London: The Johns Hopkins University Press, 1996.

LOPES, J. R. B. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1972.

_____. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1964.

MALAN, P. S. “Desenvolvimento econômico e democracia: a problemática mediação do Estado” In: LAMOUNIER; WEFORT; BENEVIDES (orgs.) *Direito, cidadania e participação*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

MANTEGA, G. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo/Petrópolis, Pólis/Vozes, 1984.

_____. “Marxismo na economia brasileira”. In: MORAES, J. Q. (org.) *História do marxismo no Brasil – v.II*. Campinas: Unicamp, 1995.

MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución*. México D.F.: Siglo Veintiuno editores, 1975.

_____. “La lucha por la democracia en America Latina”. In: *Cuadernos Políticos*, n.44, Ediciones Era, México, julio-diciembre 1985, pp.3-11.

_____. *Ruy Mauro Marini – vida e obra*. TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, C. E. *Tecnocracia e Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

MICELI, S. *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1993.

MICELI, S. “O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil”. In: MICELI, S. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil – v.2*. São Paulo: Sumaré, 1995.

MÉSZAROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, J. Q. de. “El ‘Status’ Teorico de la Noción de Dependencia”. In: *Dependencia y Estructura de Clase en America Latina*. Buenos Aires: Ediciones Megalópolis, Asociacion Editorial La Aurora, 1972.

MOURA, F. & MONTERO, P. (orgs.). *Retrato de grupo: 40 anos do CEBRAP*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

MYER, J. “A Crown of Thorns: Cardoso and Counter-Revolution”. *Latin American Perspectives*, v.2, n.1, 1975.

NEUMANN, F. "Notas sobre a Teoria da Ditadura". In: MARCUSE, H. (org.). *Estado Democrático e Estado Autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1983.

NUN, J. "Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal". In: *Revista Latinoamericana de Sociologia*, n.2, 1969.

O'DONNELL, G. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários*. São Paulo: Vértice, 1987.

OLIVEIRA, F. de. *Economia da dependência imperfeita*, Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. "Anos 70: as hostes errantes". *Novos Estudos CEBRAP*, n.1, dez.1981.

_____. "O compromisso dos intelectuais". *Novos Estudos CEBRAP*, n.3, jul.1982.

_____. "As decisões cruciais: democracia ou bestialização?". *Novos Estudos CEBRAP*, n.8, abr.1984.

_____. "Por quem as greves dobram?". *Novos Estudos CEBRAP*, n.12, jun.1985a

_____. "Crise econômica e pacto social". *Novos Estudos CEBRAP*, n.13, out.1985b.

_____. "Além da transição, aquém da imaginação". *Novos Estudos CEBRAP*, n.12, jun, 1985c.

_____. "Crise econômica e pacto social". *Novos Estudos CEBRAP*, n.13, out.1985d.

_____. "E agora, PT?". *Novos Estudos CEBRAP*, n.15, jul.1986.

_____. "Crítica à razão dualista". In: OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista e o Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, A. U. "A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária". In: *Estudos Avançados*, v.15, n.43, pp.185-206, 2001.

PCB: vinte anos de política 1958-1979 - Documentos. São Paulo: Liv. Edit. de Ciências Humanas, 1980.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp, 1999.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PETRAS, J. *Ensaio contra a ordem*. São Paulo: Página Aberta Ltda, 1995.

PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e Realidade Nacional* – v.I. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

PRADO JR., C. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

PREBISCH, R. “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”. *Revista brasileira de economia*. Rio de Janeiro, ano 3, n.3, setembro, 1949.

RANGEL, I. *A inflação brasileira*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963, pp.44-45.

REIS, F.W.; O'DONNELL (orgs.) *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

RICUPERO, B. “Existe um pensamento marxista latino-americano?”. In: BARSOTTI, P.; PERICÁS, L. B. (orgs.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.

RODRIGUEZ, O. *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

QUIJANO, A. “Notas sobre o conceito de marginalidade”. In: PEREIRA, L. (Org.). *Populações marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

RODRIGUES, L. M. *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

RODRIGUEZ, O. *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

ROSTOW, W. W. “A decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado”. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (org.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

_____. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SADER, E. “Nós que amávamos tanto *O Capital* – fragmentos para a história de uma geração”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n.14, jul/dez 2005.

SALLUM Jr., B e KUGELMAS, E. “O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 1980”. *Estudos Avançados*, v.5, n.13, pp.145-159, 1991.

SAMPAIO JR, P. A. *Entre a nação e a barbárie* – os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, T. dos. *Socialismo o fascismo* – dilema latinoamericano. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1969.

_____. *La Crisis Norte Americana y América Latina*. Santiago: Ed. PLA, 1971.

_____. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *A Teoria da dependência – Balanço e perspectivas*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCHUMPETER, J.A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCHWARZ, R. “As idéias fora do lugar”. *Estudos CEBRAP*, n.3, 1973.

SERRA, J. “Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do após-guerra”. *Revista de Economia Política*, v.2/2, n.6, 1982a.

_____. “A economia constrangida”. *Novos Estudos CEBRAP*, n.4, nov.1982b.

SILVA, L. F. *Pensamento social brasileiro: marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações e Mentes, 2004.

SINGER, P. “O milagre brasileiro: causas e conseqüências”. *Cadernos CEBRAP*, n.6, 1972.

_____. “As contradições do milagre”. *Estudos CEBRAP*, n.6, 1973.

_____. *A Crise do Milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SINGER, P. e BRANT, V. C. (orgs). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1983.

SODRÉ, N. W. *Introdução à revolução brasileira*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

- TAVARES, M. C.; SERRA, J. "Além da estagnação". In: TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- TOLEDO, C. N. de. *Iseb: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.
- TRASPADINI, R. *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- VALENCIA, A. S.; MARTINS, C. E. "Apresentação". In: VALENCIA, A. S.; MARTINS, C. E. *A América Latina e os desafios da globalização – ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.
- VARGAS, T. P. *Particularidades da formação do capitalismo dependente brasileiro: o debate entre Cardoso e Marini*. Monografia defendida na Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967.
- _____. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 1999.
- WEFFORT, F.C. "Os trabalhadores calados". *Opinião*, n.12, 22 a 29 jan. 1973a.
- _____. "MDB: elites e massas". *Opinião*, n.14, 5 a 12 fev. 1973b.
- _____. "A democracia e a 'questão social'". *Opinião*, São Paulo, n.94, 1974.
- _____. *O populismo na política brasileira*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. *Porque democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

**ANEXO 1 - Artigos de Fernando Henrique Cardoso escritos para a Folha de SP
(1974-1980)**

Folha de S.Paulo

1976

Alternativas brasileiras. 15 ago. 1976. Tendências/Debates, p. 3.
Ainda as alternativas. 22 ago. 1976. Tendências/Debates, p. 3.
Juscelino e o estilo. 26 ago. 1976. Tendências/Debates, p. 3.
O tempo da democracia. 12 set. 1976. Tendências/Debates, p. 3.
Rousseau e a democracia. 21 set. 1976. Tendências/Debates, p. 3.
Democracia, hoje. 28 set. 1976. Tendências/Debates, p. 3.
A responsabilidade das elites. 12 out. 1976. Tendências/Debates, p. 3.
As injustiças e o silêncio. 24 out. 1976. Tendências/Debates, p. 3.
Eleições: o fato e a versão. 31 out. 1976. Tendências/Debates, p. 3.
As eleições e os partidos. nov. 1976. Tendências/Debates, p. 3.
E agora? 28 nov. 1976. Tendências/Debates, p. 3.

1977

A questão da democracia contemporânea. 17 jul. 1977. Tendências/Debates, p. 3.
A sucessão e o percurso. 16 set. 1977. Tendências/Debates, p. 3.
O diálogo e a constituinte. 1º dez. 1977. Tendências/Debates, p. 3.

1978

A vez e a hora das oposições. 1º mar. 1978. Tendências/Debates, p. 3.
A cidade e D. Paulo. 14 mar. 1978. Tendências/Debates, p. 3.
Os trabalhadores e a democracia. 28 maio 1978. Tendências/Debates, p. 3.
A saída civil. 10 set. 1978. Tendências/Debates, p. 3.

1979

Política e Corrupção. 1979. Tendências/Debates, p. 3.
Democracia lenta e insegura. 14 jan. 1979. Tendências/Debates, p. 3.
A fronda conservadora. 21 jan. 1979. Especial, O Brasil Depois de Geisel, p. 5-6.
Partido dos Trabalhadores. 28 jan. 1979. Tendências/Debates, p. 3.
Os rumos da oposição (1). 24 maio 1979. Tendências/Debates, p. 3.
Os rumos da oposição (2). 17 jun. 1979. Tendências/Debates, p. 3.
Ainda é tempo. 12 ago. 1979. Tendências/Debates, p. 3.
A lei e a vida. 21 nov. 1979. Tendências/Debates, p. 3.
A insensibilidade das elites. 8 dez. 1979. Tendências/Debates, p. 3.

1980

Sem ilusões. 4 abr. 1980. Tendências/Debates, p. 3.
Ainda a greve. 7 maio 1980. Tendências/Debates, p. 3.
Violência e reação. 22 jun. 1980. Tendências/Debates, p. 3.